

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA DO NASCIMENTO GUERREIRO

Manaus
Setembro 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA DO NASCIMENTO GUERREIRO

**VILAS URBANAS DE MANAUS – HABITAÇÃO COLETIVA, HERANÇA
CULTURAL E LUGARES DE MEMÓRIA (1900 -1950)**

*Dissertação apresentada à Banca Examinadora
do Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Amazonas, como
requisito para a obtenção do título de Mestre em
História.*

ORIENTADOR:

PROF. DR. JAMES ROBERTO SILVA

Manaus

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

G934v Guerreiro, Ana
Vilas urbanas de Manaus : habitação coletiva, herança cultural e lugares de memória (1900-1950) / Ana Guerreiro . 2019
182 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: James Roberto Silva
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Vilas. 2. Habitação coletiva. 3. Tipologia. 4. Herança cultural. 5. Memória. I. Silva, James Roberto. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

À Dona Maria e Azamor (em memória).

À Karla e Kayt.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos que contribuíram, de alguma forma, para construção deste trabalho. Sei que não conseguiria realizá-lo sem o estímulo e amizade daqueles que de alguma forma estiveram comigo até o momento.

Agradeço, primeiramente, ao Prof. Dr. James Roberto Silva, por ter me acolhido como orientador e por ter me acompanhado, ao longo desses dois anos e meio. Sua generosidade, paciência e confiança foram lições significativas de como deve ser um professor. Suas intervenções, sempre pertinentes e pontuais, me proporcionaram um crescimento valioso que jamais esquecerei. Minha gratidão é sincera.

Aos demais professores do programa de Mestrado da UFAM, com os quais cursei as disciplinas e pelas participações na qualificação, Prof. Dr. Nelson Tomelin Junior, Prof. Dr. Patrícia Silva, Prof. Dr. Almir Diniz de Carvalho Junior, Prof. Dr. Jaime Gouveia e Prof. Dr. Davi Leal, meus agradecimentos.

Aos colegas professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Nilton Lins, Prof. Msc. Ana Lucia Abraham e Prof. Msc. Taise Freitas, pelos livros, dicas e conversas muito pertinentes, e aos professores Daniel Rocha Filho e Edgard Noronha pelo apoio.

À Lucia Helena Rattigueri, sem a qual, eu não teria chegado aqui.

À colega de profissão Vlândia Pinheiro Cantanhede Heimbecker, obrigada pela sintonia.

À Prof. Dr. Patrícia Alves da Silva, cujas lições no IPHAN me indicaram um caminho.

Aos colegas de Mestrado, Rafael Lima, Luziane Lobato e Daniel Comapa, pelo convívio e apoio mútuo.

Agradeço ao Jailson Mota, secretário do programa, sempre presente e atencioso.

Às colegas arquitetas e guerreiras da defesa do patrimônio no Implurb, Regina Pinto, Luiza Lacerda e Carolina Azevedo, meus agradecimentos pelas informações cadastrais das vilas.

À bibliotecária Ana Claudia dos Santos Lacerda Universidade Nilton Lins pelas informações prestadas ao longo do caminho.

Especialmente, meus agradecimentos, à Etelvina Garcia, pelas conversas e histórias compartilhadas sobre a Vila Itália e sobre a cidade; prof. Maria Luiza Mininéia e Marco Antônio “Chico Preto” pelas informações sobre a Vila Portugal; ao colega arquiteto Paulo

Macedo pelas informações sobre a Vila Ercília; à Gislaine Oliveira e Albertina Dias Sanches Soares da Silva pelas informações sobre a Vila Christiano Marques.

À amiga Marlene Souza pelos livros de seu pai, Genesino Braga.

À amiga Rosalba Campos Furtado pelo livro do Moacir Andrade.

Meus especiais agradecimentos aqueles da família que me deram apoio e amor, Ao primo Zeca Nascimento, pelo incentivo e apoio diário e às minhas irmãs Maria Teresa, pela torcida e livros que herdei; à Marion, pelas memórias inspiradoras e à Margaret, pelo amor incondicional. À minha sobrinha e afilhada Monique, pelo incentivo e amor.

À Maureen Régia Maia Vieira, pelo apoio e confiança.

Aos amigos Alex Sandra e Ricardo Motta, pelo suporte e amizade de sempre.

A todos os alunos que me acompanharam às inúmeras visitas no centro, obrigada.

Minha imensurável gratidão a Deus, por ainda ter no convívio a presença e as recordações intactas sobre a cidade, de meu pai, que aos 100 anos é um exemplo extraordinário de vida.

RESUMO

Este trabalho trata do fenômeno das Vilas Urbanas de Manaus, como experiências de habitação coletiva construídas na primeira metade do século XX. As Vilas inseridas no tecido urbano do Centro Histórico de Manaus se distinguem, morfologicamente, pela implantação no interior dos quarteirões, em que predomina a noção de conjunto estabelecida no partido arquitetônico em relação aos demais edifícios, e que revelam, a partir da sua materialidade, processos que fizeram parte da produção da cidade. Sua importância enquanto herança cultural é demonstrada a partir da análise tipológica da arquitetura e da configuração de seus espaços privado e semipúblico. Ao mesmo tempo, analisa-se a sua condição de receptáculo de parte da memória coletiva da formação da cidade manauara, a partir da interpretação dos espaços de relações de vizinhança que permanecem nas até os dias atuais.

Palavras-chave: Vilas; habitação coletiva; tipologia; herança cultural; memória.

ABSTRACT

This dissertation presents the phenomenon of Manaus Urban Villages as collective housing experiences, built in the first half of the twentieth century. The Vilas inserted at the Historic Center of Manaus urban-fabric, are morphologically distinguished by the emplacement within the blocks, in which predominates the notion of ensemble established in the architectural conception compared to surrounding buildings, and which reveal, from their materiality, processes that were part of the city's production. The relevance as a cultural heritage is demonstrated from the typological analysis of architecture and the configuration of its private and semi-public spaces, and at the same time, as receptacles of part of the collective memory of the formation of the Manauara city, from the interpretation of spaces of relations. neighborhoods that remain in the present day.

Keywords: Villages; collective housing; typology; cultural heritage; memory.

FIGURAS

<i>Figura 1: Planta e corte do prédio central do Familistério de Godin onde se pode ver:</i>	25
<i>Figura 2: Aspecto atual da vila operária em Noisel. Fonte: http://www.aglo-pvm.fr/cite-ouvriere-menier. Acessado em: 26 de junho de 2018</i>	28
<i>Figura 3 Projeto de Jules Saulnier de casas geminadas para vila da fábrica de chocolates Maunier. Fonte: História da Vida Privada vol.4, Cap.3, por Roger-Henri Guerrand p.376</i>	28
<i>Figura 4: Vista geral da cidadela que abrigava a Vila Maria Zélia em 1919, com as casas em primeiro plano, ao fundo a torre da igreja e a chaminé da fábrica. Fonte: Os Pioneiros da Habitação Social, BONDUKI, 2014. (p.23).....</i>	34
<i>Figura 5: Folheto de divulgação com a planta geral da Vila Economizadora (1908), incluindo os grupos de casas e armazéns de comércio e serviços. Fonte: Os Pioneiros da Habitação Social, BONDUKI, 2014. (p.27). 37</i>	
<i>Figura 6: Folheto de divulgação com a vista geral da Vila Economizadora (1908). Fonte: Os Pioneiros da Habitação Social, BONDUKI, 2014. (p.28).</i>	37
<i>Figura 7: Vila Economizadora (1908). Planta baixa do grupo de casas contendo quatro tipos diferentes. Fonte: Alvenaria Burguesa, LEMOS,1989, p.73.</i>	38
<i>Figura 8: Planta baixa acima e fachada abaixo da Villa Operária projetada pelo engenheiro Regino Aragão. Fonte: Extraída do livro Origens da Habitação Social no Brasil de Nabil Bonduki (1989, p.51).....</i>	39
<i>Figura 9: Mapa de Manaus, onde é possível verificar a localização do antigo forte (figura em forma de estrela, na cor azul) próximo à margem do rio Negro. Desenho de 1844, da Engenharia Militar. Original no Ministério da Defesa – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.</i>	41
<i>Figura 10: Planta de Manaus, levantada por J. B. de F. Tenreiro Aranha em 1852.....</i>	43
<i>Figura 11:Planta de Manaus (1893) o contraste entre a cidade que existia em 1852 (em cor laranja) e a cidade planejada por Eduardo Ribeiro (em amarelo). Fonte: Acervo IPHAN-AM. Editada pela autora.....</i>	45
<i>Figura 12: Mapa do Centro Antigo de Manaus – recorte territorial correspondente à poligonal definida pela LOMAN – Lei Orgânica do Município de Manaus. Mapa em escala maior no anexo deste volume.</i>	62
<i>Figura 13: Planta de Manaós e arrabaldes (1906).....</i>	70
<i>Figura 14: Mapa de Zoneamento de Manaus de acordo com a lei Municipal 367 de 28 de julho de 1951. Fonte: Extraído do livro Manaus de 1920-1967 de José Aldemir de Oliveira (2003, p.94).....</i>	72
<i>Figura 15: Localização da Villa Georgette com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno.....</i>	76
<i>Figura 16: Aspecto atual da fachada da Villa Georgette com as quatro casas maiores voltadas para rua principal, rua Lauro Cavalcante (Rua Henrique Martins em 1905).....</i>	76
<i>Figura 17 e Figura 18: A esquerda, detalhe do revestimento cerâmico de “tijolinhos polidos” empregados na fachada com acabamento em formas geométricas; a direita, detalhe ao estado atual da porta em madeira.....</i>	77
<i>Figura 19: Imagem do incêndio na Vila Georgette.....</i>	77
<i>Figura 20 e Figura 21: Aspecto atual da via privada da vila.. À esquerda, casas que resistiram ao incendio e à direita, as últimas ao fundo do lote, em ruínas e tomadas por vegetação além de servirem de lixeira.</i>	78
<i>Figura 22: Vista aérea da parte posterior da Vila Resende em 2001, inserida no miolo de quarteirão do bairro da Aparecida (antigo Plano Inclinado). É possível verificar as alterações feitas comparads às fotos em 2019. 79</i>	

<i>Figura 23: Localização da Vila Resende com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora.</i>	80
<i>Figura 24: Aspecto atual da rua interna da Vila Resende em 2018. Fonte: Foto da autora, 2018.....</i>	80
<i>Figura 25 e Figura 26: Aspecto atual da rua interna da Vila Resende. Foto da autora, 2019</i>	81
<i>Figura 27: Localização da Vila Itália com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora.</i>	82
<i>Figura 28 e Figura 29: Aspecto atual do portão de acesso à escada da Vila Baependi e vista do corredor interno com acesso às casas. Fonte: Fotos da autora e Murilo Santos. 2019.....</i>	82
<i>Figura 30: Vista geral da Villa Ninita, atualmente de uso institucional da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas - SEC. Foto: Murilo Santos. 2019.....</i>	84
<i>Figura 31: Localização da Vila Ninita com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora</i>	84
<i>Figura 32: Localização da Vila Lucy com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora</i>	86
<i>Figura 33: Vista da entrada Vila Lucy. Na frente, um prédio novo e fora do contexto. Ao alto em cor rosa claro, ficam as casas cujos fragmentos e formas podem ser verificados. Foto da autora. 2018.....</i>	86
<i>Figura 34 e Figura 35: Villa Lucy – aspecto do via interna da vila. A esquerda interior da via revela as diversas alterações que dificultam a legibilidade da arquitetura. A direita, uma fachada lisa com ornatos ecléticos na platibanda resistem no tempo. Fonte: Foto da autora.2017.</i>	87
<i>Figura 36: Mapa de localização da Vila Ercília com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno.....</i>	88
<i>Figura 37 e Figura 38: Vista frontal da entrada da Vila Ercília e acesso à via interna. Fotos da autora. 2018.</i>	88
<i>Figura 39 e Figura 40: Vila Baima - acesso à rua privativa da vila e aspecto do corredor da vila. Foto da autora. 2019.</i>	89
<i>Figura 41: Localização da Vila Baima com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora</i>	90
<i>Figura 42: Vista das fachadas das três casas de frente da Vila Baima, com o acesso no portão do lado direito. Fonte: Foto da autora.2018.</i>	90
<i>Figura 43: Localização da Vila do Sr. Christiano Marques com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora.</i>	91
<i>Figura 44 e Figura 45: Aspecto atual da via interna da vila do Sr. Christiano Marques. Fonte: Fotos da autora. 2018.....</i>	92
<i>Figura 46: Localização da Vila Portugal com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora</i>	93
<i>Figura 47 e Figura 48: Vistas dos corredor interno da vila Portugal. Fonte: Fotos Murilo Santos e da autora. 2019.....</i>	93

<i>Figura 49: Vista aérea parcial do centro de Manaus em 1920. Nota-se a configuração do tecido urbano existente e a legibilidade da tipologia arquitetônica dos edifícios que agrupados formam os quarteirões.</i>	94
<i>Figura 50: Vista aérea da Avenida Eduardo Ribeiro e entorno em 1920. Nota-se como a composição dos objetos que configuram a forma do quarteirão e seu interior.</i>	95
<i>Figura 51: "Ilhas" no Porto 1. Planta da zona da rua Anselmo-rua D. João VI com as ilhas preenchidas em preto; 2 Planta da rua das Antas ao nível térreo com o interior; 3 Agenciamento internos e tipos construtivos; 4. Face de quadra da rua das Antas com setas para as entradas das "ilhas". Fonte: GARCIA LAMAS, 2004, pag. 207.</i>	96
<i>Figura 52 e Figura 53: A esquerda, a fachada da casa com porão alto. A direita a parte de trás transformada em vila (ou estância). Fotos da autora e Murilo Santos. 2019.</i>	100
<i>Figura 54 e Figura 55: Detalhe da fachada lateral com nome da vila e corredor de acesso às casas.</i>	100
<i>Figura 56: Vista aérea da situação atual da Villa Georgette na rua Lauro Cavalcante. Ao fundo é possível observar a vegetação tomando espaço das coberturas perdidas no incêndio em 2012.</i>	104
<i>Figura 57: Vista aérea atual da Vila Resende (no sentido oposto a foto anterior).</i>	105
<i>Figura 58: Vista aérea atual da Vila Baependi (Villa Itália) na rua 24 de maio.</i>	106
<i>Figura 59: Vista aérea atual da Vila Ninita na Avenida Sete de Setembro, ao lado do palácio Rio Negro (antigo palacete Scholtz).</i>	107
<i>Figura 60: Vista aérea atual da Vila Lucy na Rua Igarapé de Manaus.</i>	108
<i>Figura 61: Vista aérea da Vila Ercília na avenida Joaquim Nabuco.</i>	109
<i>Figura 62: Vista aérea da Vila Baima na avenida Sete de Setembro. Nota-se, parcialmente, o aspecto das fachadas dos sobrados geminados para o corredor e a inserção da vila no meio do quarteirão.</i>	110
<i>Figura 63: Vista aérea da Vila do Sr. Christiano Marques no sentido Rua Monsenhor Coutinho para Alexandre Amorim. Nota-se a inserção da vila no meio do quarteirão.</i>	111
<i>Figura 64: Vista aérea da Vila Portugal com acesso pela Av. Luiz Antony.</i>	112
<i>Figura 65: Planta Baixa da casa da Villa Georgette, com a casa gêmea rebatida (espelhada). O agrupamento, duas a duas, compõem o conjunto arquitetônico da vila em sua via privativa. Fonte: Croqui da autora. 2019</i>	117
<i>Figura 66 e Figura 67– Villa Georgette - Estado atual de ruínas das casas ao final da rua privativa.</i>	118
<i>Figura 68: Croqui da fachada principal Vila Georgette à rua Lauro Cavalcante. Fonte: Levantamento por Gabriel Queiroz e edição de imagem da autora.2019.</i>	119
<i>Figura 69: Croqui da fachada das casas na via privativa da Vila Georgette. Fonte: Levantamento por Gabriel Queiroz e edição de imagem da autora.2019.</i>	119
<i>Figura 70: Fachada da Vila Resende descaracterizada. Fonte: Foto da autora. 2019.</i>	120
<i>Figura 71: Croqui esquemático da plantas-tipo dos pavimentos térreo e superior da Vila Resende.</i>	122
<i>Figura 72 e Figura 73: Interior da casa 3 da Vila Resende – Vista da escada de acesso ao pavimento superior e detalhe da escada em madeira e piso assoalhado em madeira no pavimento superior. Fonte. Fotos da autora 2019.</i>	124
<i>Figura 74: Tipo de Mosaico presente na sala, cozinha e parte do piso superior. Ao lado, várias telhas tipo Marselha, de origem portuguesa empilhadas. Fonte. Foto de Ully Nunes, 2019</i>	125
<i>Figura 75 – Telha tipo Marselha fabricadas em Lisboa, Portugal. Fonte. Foto da autora, 2019.</i>	126
<i>Figura 76: Croqui esquemático com plantas dos pavimentos térreo e superior da Vila Ercília.</i>	127

Figura 77: Croqui esquemático com plantas dos pavimentos térreo e superior da Vila Sr. Christiano Marques.
..... 128

*Figura 78 – Aspecto da via interna no interior da Villa Georgette em 2013 – extraída do artigo de Nelson
Brilhante, publicado em A Crítica, em 24/02/2013. Crédito da foto: Luiz Vasconcelos (2013).* 137

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
Capítulo 1	19
AS ORIGENS DAS HABITAÇÕES POPULARES COLETIVAS	20
1.1 Habitar as cidades e experiências pioneiras na habitação popular	20
1.2 Manaus: a construção de uma paisagem urbana (re)velada	41
1.3 Vilas de Casas de Manaus do início do século XX	52
Capítulo 2	64
VILAS DE MANAUS: O ESPAÇO CONSTRUÍDO (1900 – 1950)	64
2.1 Aproximações sobre a produção do espaço urbano	64
2.2 Conhecendo as vilas de casas no centro histórico de Manaus	73
2.3 Aspectos da tipologia arquitetônica: discutindo a noção de herança cultural	94
FIGURAS EM DESTAQUE	103
Capítulo 3	114
O ESPAÇO HABITADO E MEMÓRIAS DO MORAR NAS VILAS	114
3.1 Uma abordagem sobre os programas arquitetônicos das casas de vila	114
3.2 Os sentidos da moradia e a formação do lugar de memória	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	141
ANEXO	146

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho é o resultado da pesquisa desenvolvida no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. O tema da pesquisa aborda a problemática do habitar na cidade, mais especificamente das Vilas de Casas, construídas na primeira metade do século XX, como modalidade de habitação popular que se distingue pela singularidade da forma de inserção no tecido urbano. O Centro Histórico de Manaus ainda guarda, em alguns exemplares desses conjuntos arquitetônicos, elementos que nos revelam aspectos relevantes para historiografia urbana brasileira.

A principal contribuição que este trabalho pretende alcançar é um avanço na historiografia urbana de Manaus, ao investigar, dentro de uma perspectiva mais específica, como o fenômeno das vilas de casas foi parte relevante da produção do espaço urbano e na evolução das formas da habitação coletiva dentro do contexto histórico de transformações no Amazonas e no Brasil na primeira metade do século XX. Além disso, espera-se agregar conteúdo acerca da produção da habitação popular para fins de reconhecimento, valorização e preservação, por tratar-se de um tema pouco abordado como objeto de estudo.

Meu envolvimento com os temas “cidade” e “história da cidade” começa na minha formação em Arquitetura e Urbanismo e na especialização em Patrimônio Cultural, quando fui selecionada como bolsista da UNESCO no Programa de Especialização em Patrimônio – PEP, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional – IPHAN, onde trabalhei e vivenciei questões diárias da preservação do patrimônio cultural, e ao desenvolver pesquisa no âmbito dos inventários de identificação das configurações espaciais urbanas a partir da percepção visual.

A motivação para pesquisar sobre as Vilas de Casas no centro histórico tombado de Manaus surgiu de dois momentos distintos. O primeiro, em 2007, quando estudava-se no IPHAN, por meio de levantamentos, a expansão da área protegida do Complexo Portuário e Alfandega visando fundamentar as bases para uma possível poligonal de proteção mais ampla, que veio a ser efetivado em 2010, mediante o Tombamento Federal, por meio de notificação publicada no Diário Oficial da União em 22/11/2010. O documento que deu suporte à aplicação do tombamento é um dossiê Tombamento do Centro Histórico de Manaus, realizado pelo Departamento de Patrimônio Material, o qual apresenta uma série de inconsistências e omissões que acarretaram alguns equívocos na delimitação das áreas selecionadas.

O segundo momento foi em 2012, quando a Villa Georgette sofreu um incêndio que destruiu 7 das 16 casas que formavam o conjunto arquitetônico construído na primeira década do século XX (A CRÍTICA, 09.08.2012). O que causou mais estranhamento, foi flagrar que justamente esta vila e muitos outros conjuntos de habitações coletivas daquele período não estavam incluídos na área protegida, e nem sequer citadas ou consideradas dentro do escopo dos diversos exemplares do patrimônio edificado da cidade que nortearam a definição das áreas. Confirmando assim, que o critério de seleção do IPHAN, reafirmava, por força institucional, que os “bens imóveis” selecionados como protegidos seriam aqueles de estilo eclético caráter monumental, vinculados esteticamente com a imagem de riqueza da *Belle Époque* que quer perpetuar.

Na definição de Françoise Choay, a expressão Patrimônio é muito antiga, está ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, que quer dizer “bem de herança que é transmitido, segundo as leis, de pai para filho”. Em um primeiro momento, compreendido como aqueles bens representativos de gerações passadas e que receberam genericamente o nome “Patrimônio Histórico”, ao qual, às vezes, era adicionada a palavra “Artístico”, como foi o caso brasileiro na identificação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPHAN (sucedido pelo IPHAN), porém, o sentido ampliado ao longo do tempo, abrange um acervo muito maior, chamado Patrimônio Cultural. (CHOAY,2006, p.11; LEMOS, 2006, p.7).

Ao longo dos últimos anos, Patrimônio Cultural, passou a ser compreendido como “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade” e se ampliou em “dimensões planetárias”, resultado da “acumulação contínua de objetos que se congregam por seu passado comum: obras de arte e obras primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos”. Dessa forma, a expressão e seu uso, tem sido exaustivamente utilizado, e até banalizado, em uma sociedade “transformada pela mobilidade e ubiquidade” do mundo presente. (CHOAY,2006, p.11)

No entanto, “o culto que se rende hoje ao patrimônio histórico, deve merecer mais do que uma simples aprovação”. Requer um questionamento porque “constitui um elemento revelador de uma sociedade e das questões que ela encerra” (CHOAY,2006, p.11). Sendo assim, dentro da abrangência do conceito de Patrimônio e Cultura Material, para este estudo, apropriou-se como categoria exemplar, aquela que relaciona mais diretamente à vida cotidiana de todos: o patrimônio histórico edificado que tem como destino e função dar abrigo ao indivíduo e sua família – a habitação familiar (a casa), “o domus”, compreendendo como o caráter construtivo desse espaço é representativo para a compreensão da evolução da vida privada.

Nos dias hoje, as teorias da arquitetura apresentam as categorias de habitação sempre subdivididas em habitação isolada (individual ou unifamiliar) e habitação coletiva (multifamiliar). A expressão “habitação popular” (c.1930e c.1970)¹ foi substituída pela expressão “social” ou “de interesse social” (c.1988 e c.2001)², assim como “habitação coletiva”, posteriormente, substituída, por volta de 1980, dentro da legalidade urbanística, por “habitação multifamiliar”. É dentro deste domínio que trata este trabalho.

O objeto de estudo teórico dessa pesquisa trata das Vilas de Casas existentes no perímetro urbano que corresponde ao Centro Histórico de Manaus e construídas entre 1900 e 1950. Aqui propostas como aquelas que correspondem ao agrupamento de casas geminadas e semelhantes, enfileiradas em um terreno inserido no interior no quarteirão e servido por uma via privada exclusiva. Muito embora seja possível encontrar também pequenos conjuntos de casas geminadas, lado a lado, com placas de identificação onde denominam-se vilas – não são de fato. As vilas tratadas nesta pesquisa se diferem pela representatividade da estrutura espacial no tecido urbano e por possuírem um partido arquitetônico³ predominante – que proporciona a noção de conjunto.

No entanto, a palavra “vila” suscita uma série de acepções que devem vir à luz para discussão. De acordo com *Dicionário da Língua Portuguesa* de Candido de Figueiredo publicado em 1913:

Vila f. Povoação, de categoria inferior a de cidade e superior a de aldeia. Casa de campo ou habitação de recreio, nos arrabaldes das cidades italianas. Ext. Casa de campo, de construção elegante ou mais ou menos caprichosa. Quinta, com casa de habitação. Casa de habitação com jardim, dentro da cidade. * Prov. alg. Fiada ou camada de ameijoas a assar. (Lat. villa) (FIGUEIREDO, 1913, p. 2087)

Ou seja, a palavra poderia designar um determinado núcleo urbano de categoria intermediária, entre a aldeia e a cidade. Ainda hoje existem muitas cidades que possuem, no seu topônimo, a palavra vila, de origem no latim, como herança de antigas denominações, por exemplo, Vila Real, em Portugal. Ou ainda exemplos da influência francesa na América do Norte, como Knoxville, no Tennessee, Estados Unidos, é um exemplo de mais de dezenas de

¹ A partir das referências apresentadas por Nabil Bonduki em *Origens da Habitação Social*, 1998.

² Constituição Federal e Estatuto da Cidade

³ Partido arquitetônico ou simplesmente partido – Linhas gerais que definem e demonstram as ideias que norteiam o projeto: prioridades funcionais, tecnológicas ou estéticas.

cidades americanas que tem o sufixo “ville”. No Canadá é possível ver muitas regiões administrativas das cidades, a exemplo, Victoriaville e Louisville, em Québec.

No campo da arquitetura e urbanismo, mais recentemente, encontramos uma compreensão que abrange “vila” mais amplamente difundida em nossos dias. Tem-se uma definição no *Dicionário de Urbanismo* de Celson Ferrari:

Vila (1) (*small town/village nucléaire, boug/villa*). **1** Aglomerado humano com população pouco maior que a de aldeia ou arraial, dedicada predominantemente a atividades primárias, e que no Brasil é sede administrativa de distrito. Sua população é recenseada como urbana, embora não seja de fato. **2** Conjunto de casas numa cidade servidas por uma via de acesso exclusiva. **3** Parte do nome de alguns bairros, como Vila Maria, Vila Madalena.

Vila (2) (*villa/villote/villa*). Casa residencial, em geral requintada, fina, cercada de espaçosos jardins. (FERRARI, 2004. p. 385)

Note-se que houve um desdobramento do sentido, onde surge brevemente a definição para “conjunto de casas servidas com uma via exclusiva” – é esta “vila” que se aproxima do fenômeno aqui estudado. Surge também uma divisão muito difundida que é nomear bairros, ou divisões administrativas da cidade - em Manaus, temos a exemplo o bairro denominado Vila da Prata ou ainda a Vila Municipal (hoje Adrianópolis). Essas designações de “nomes de lugar”, muitas vezes, partem de diversos acontecimentos e acabam por permanecer, muitas vezes no imaginário popular e retransmitido ao longo do tempo. É o que se percebe nos condomínios de apartamentos de luxo que receberam o complemento “da Vila” no bairro de Adrianópolis (Manaus): Barão da Vila, Portal da Vila, entre outros.

Paulo César Xavier Pereira, na apresentação do livro de Solange Aragão que trata das vilas no interior de quarteirão de São Paulo, lembra que “o prédio da FAU-USP, na rua Maranhão, em Higienópolis, tem o nome de Vila Penteado”. Isso se deve ao fato que a família do Conde Penteado, possuía sua residência no neste local, nos primeiros anos do século XX, denominada Vila Penteado, e ao mesmo tempo, uma vila operária com fins de aluguel para operários, no bairro do Brás, com mesmo nome. (PEREIRA in ARAGÃO, 2010, p.13).

A Vila de uso residencial unifamiliar, se aplica à segunda definição oferecida por Ferrari, ou ainda por Aragão: “Mas vila é também o palacete requintado, cercado por jardins, isolado das divisas do lote, expressando o êxito econômico e profissional de seu proprietário”. (ARAGÃO, 2010, p.17). Esse conceito está sempre associado à ideia de residências ricas e encontram associações com as famosas “villas” italianas, difundidas em todo mundo ocidental, como as casas de campo, chácaras e quintas.

Sendo assim, é de extrema relevância a compreensão de que a habitação está no centro da relação espaço-sociedade, sendo o elemento arquitetônico mais importante do ambiente construído na produção da cidade. Nesse contexto “a habitação coletiva é uma das mais importantes arquiteturas dos tempos modernos”. Apesar disso, poucos autores se detiveram sobre esse tema como objeto teórico “em suas manifestações empíricas” (VAZ, 2002, p.18) A habitação popular, além de ocupar parcelas substanciais da produção do espaço, é parte integrante do cotidiano, a e “interfere nas práticas sociais, apoia a memória individual e coletiva, guardando significados para os diversos segmentos da população e participando da formação das identidades sociais”. (VAZ, 2002, p.17)

Outra preocupação do trabalho foi distinguir, dentro do âmbito das habitações coletivas, as vilas dos outros tipos de habitação coletiva, em diversos momentos e diferentes perspectivas, pois as vilas surgem em um contexto histórico em que estâncias, estalagens, casa-de-cômodos, casas de pensão, avenidas e finalmente os cortiços, que se tornaram uma expressão negativa que simbolizou uma época. De uma maneira geral, todas surgem como objetos arquitetônicos que sucederam a senzala na relação moradia e trabalho na cidade.

A principal distinção entre as vilas e outras formas de habitação coletiva se fará em consequência das transformações estruturais na sociedade na forma de habitar, que demanda espaços com mais salubridade e privacidade, usando da prática de políticas públicas higienistas que encontram como principal instrumento o Código de Posturas. Outra distinção importante é a diferenciação entre as vilas operárias de empresas e vilas privadas. A primeira, construída para abrigar operários de empresas mediante pagamento de aluguel, e a segunda, para obter lucros por meio de aluguel destinado a trabalhadores de diversos segmentos. Esta segunda modalidade corresponde, mais especificamente, aos exemplares encontrados em Manaus – conjuntos de casas agrupadas definidas espacialmente pela unidade formal do conjunto arquitetônico que possui uma via de acesso privativa, construídos para fins de aluguel.

A delimitação do recorte temporal entre 1900 e 1950, corresponde ao período em que foram identificadas e selecionadas para análise, as vilas que melhor exemplificam as características de conjuntos de residências urbanas, implantadas em parcelas do interior das quadras, e que revelam similaridades entre si, por possuírem:

- Partido arquitetônico predominante, que transmite a ideia de unidade plástica do conjunto;

- Programa arquitetônico semelhante: sala, dois quartos, cozinha, banheiro, área livre;
- Casas geminadas agrupadas em organização linear;
- Uma rua e/ou pátio para qual abrem as portas e janelas das residências e liga a mesma à via pública;

Ao mesmo tempo, com base nos mapas produzidos no passado, foi levada em consideração a dimensão do espaço construído, resultado de uma combinação de iniciativas particulares, que ora sim, ora não, observavam as determinações do Estado, ou seja, a cidade que é concebida a partir da Planta de Manaus de 1893 (fig. 1) e o zoneamento executado em 1951 (fig.14).

Para realização da pesquisa, foi realizado um inventário de identificação e localização de todas as vilas existentes, sem distinção de período, no sentido de detectar e verificar morfologicamente a inserção dessas vilas no interior dos quarteirões do centro antigo. Para esse levantamento, foi utilizado, com planta guia, o mapa cadastral do Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB, fotografias nas ruas ao nível do observador e algumas imagens aéreas feitas com uso de *drone* (VANT - veículo aéreo não tripulado).

Dessa forma, buscou-se por meio de percursos feitos a pé e ao utilizar métodos e técnicas de apreensão da forma da cidade, capturar imagens que revelassem as características essenciais do objeto. A pesquisa *in loco* pautou-se na legibilidade e clareza dos lugares, ao encontrar elementos capazes de transmitir essas rupturas que permeiam os interiores dos quarteirões, em um meio urbano demasiadamente denso e descaracterizado pela sobreposição desarmônica de camadas de construção, ou ainda pelas imagens de abandono, que reafirmam a tendência ao caos.

No escopo da pesquisa, foram utilizados, como fontes, alguns documentos oficiais, tais como Cadastro de Bens de Interesse Patrimonial (IMPLURB), Cadastro Imobiliário, Códigos de Posturas e Obras do Município de Manaus, Leis Municipais e Mensagens oficiais. Outra documentação bastante consultada foi a imprensa, principalmente o Jornal do Comércio, disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

A dissertação está dividida em três capítulos: o primeiro, o propósito de apresentar uma introdução à cidade na passagem para o século XX e as experiências pioneiras na habitação popular europeias e brasileiras. Ao abordar o contexto manauara, busca-se revelar as principais condicionantes do crescimento urbano que dão origem ao fenômeno das vilas, no que diz

respeito às políticas públicas intervencionistas disciplinadoras do espaço e dos modos de viver. Apresenta-se também uma abordagem no âmbito da proteção legal do patrimônio arquitetônico, nas três esferas do poder público e como as vilas estão incluídas ou excluídas dessa legislação e então expõe-se alguns dos principais exemplares pesquisados.

No segundo capítulo, foi feita uma abordagem acerca da produção do espaço urbano, no sentido de demonstrar, por meio da descrição da paisagem urbana, como foi produzida a cidade em que se insere o objeto de estudo – as vilas. Seguindo pela apresentação, localização no espaço urbano e identificação das principais características morfológicas das vilas selecionadas no universo pesquisado. Na conclusão do capítulo, traz-se à luz a discussão acerca da tipologia arquitetônica e herança cultural, ao buscar vínculos entre as origens europeias, principalmente portuguesas e arquitetura das vilas concebidas em Manaus.

O terceiro capítulo, a partir da análise e interpretação do programa arquitetônico, obtido por meio de levantamentos feitos nos interiores das edificações, registros em imagens, redesenho das plantas e prospecções dos materiais, técnicas construtivas e elementos que permanecem inalterados, tratou-se de demonstrar, como esses programas arquitetônicos estavam em consonância com as transformações nos modos de viver da época, principalmente em relação às questões relacionadas à higiene e à privacidade. Na última parte deste capítulo, busca-se, por fim, reconstruir parte da memória do que foi habitar nas casas de vila e quem eram esses moradores e o que faziam. Isso foi possível por meio de relatos de memorialistas, literatura e alguns depoimentos de ex-moradores que ainda guardam recordações desses lugares.



Manfred
Paulus-Auero
1995
St. Pauli

Capítulo 1

AS ORIGENS DAS HABITAÇÕES POPULARES COLETIVAS

1.1 Habitar as cidades e experiências pioneiras na habitação popular

O tema deste trabalho está profundamente ligado à história urbana. Isto torna indispensável que a análise das vilas urbanas venha precedida de uma reflexão sobre esse território no qual elas se encontram, que são as cidades. A palavra cidade pode ser compreendida a partir de inúmeras perspectivas distintas. Desde a Antiguidade até os dias atuais, o entendimento do que é uma cidade é dinamicamente transformado em função do espaço e, principalmente, do tempo. Conforme adverte Lewis Mumford, o seu estudo só se faz possível se consideradas em suas implicações históricas:

No alvorecer da História, a cidade já é uma forma amadurecida. Em nossa tentativa de obter a melhor visão de seu atual estado, devemos espreitar por sobre a linha do horizonte histórico, a fim de vislumbrar os obscuros traços de estruturas ainda mais antigas e de funções ainda mais primitivas. É essa a nossa primeira tarefa (MUMFORD, 1998, p.9-10).

A cidade surgiu como uma evolução emergente da aldeia. Na definição mais clara de Leonardo Benévolo, a cidade é local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade – nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu. Ela se forma quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não têm esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto total (BENEVOLO, 1999, p. 23).

O estudo sobre a cidade, como fenômeno na História, exige refletir acerca das transformações ocorridas em seu território associadas aos processos sociais de sua ocupação. Uma das formas de se contemplar tais aspectos passa pelo uso de fontes que revelem os traços morfológicos da urbe para além da presença humana, mas entendendo a cidade como “suporte físico da arquitetura, em oposição ao que poderíamos designar por espaço natural, não humanizado” (LAMAS, 2004, p.63). Claro está que, nos processos de edificação, ao transformar as condições físicas e criar uma nova paisagem, o homem impõe a sua própria ordem.

A mesma cidade, porém, quando desconstruída a fim de que se revele sua substância, deve, pela perspectiva da pesquisa em História, ser compreendida, antes de tudo, como lugar

de disputas, em que: “o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital nas lutas de classes” (HARVEY, 2008, p. 212). O nascimento da sociedade industrial inaugura uma sequência de transformações em relação às práticas materiais, sentidos de propriedade e dinheiro, de domínios dos espaços e tempos, como forma de representação do poder no jogo social. A instituição que protagoniza essas novas forças “leva o nome clássico de capitalismo”. A partir do séc. XVII, é o modo de produção capitalista a força que “altera toda a balança de poder” entre cidade e campo, estimulando a expansão urbana e modificando a vida cotidiana das cidades, por meio dos mercadores, financistas e proprietários de terras. “O crescimento da cidade comercial foi um lento processo, pois enfrentou resistência tanto na estrutura e aporte físico, quanto dos costumes da cidade medieval”. (MUMFORD, 1998, p. 445-446).

Durante o século XIX, por todo o mundo ocidental, novas cidades eram fundadas e antigas se espalhavam. A ordem do crescimento urbano, ditada pela economia capitalista, significou a inexorável destruição da condição natural da paisagem: os rios se transformavam em esgotos, áreas portuárias se tornavam inacessíveis pela quantidade de pessoas, animais e veículos transportando carga para comércio, antigos edifícios eram demolidos para facilitar o tráfego de mercadorias. Em seu livro *A Cidade na História*, Lewis Mumford procurou mostrar o caos que se instaurou nas cidades pela pressão e concentração das atividades econômicas desde que irrompeu a Revolução Industrial: “entre 1820 e 1900, a destruição e desordem, dentro das grandes cidades, é semelhante àquela de um campo de batalha” (MUMFORD, 1998, p. 484). Em sua análise, Mumford entende que a Primeira e Segunda Revolução Industrial fazem parte da mesma força criadora do século XIX, motor do deslocamento de populações num ritmo inédito na História (MUMFORD, *idem*).

A incapacidade das cidades de prover moradia para esse influxo de populações a procura de trabalho e moradia deu margem à especulação por parte dos proprietários de imóveis existentes, que remodelavam todo e qualquer tipo de edifício para transformá-los em moradias coletivas superlotadas e amontoadas de famílias de trabalhadores dessa cidade industrial emergente.

John Stow (1755 apud MUMFORD, 1998) escreveu um livro *The Survey of London: Conteyning The Original, Antiquity, Increase, Modern State, and Description of That City*, cuja primeira edição data de 1528 e reorganizada por John Strype em 1755, que é um dos clássicos da historiografia urbana, onde descreve o processo típico de transformação pelo qual as cidades passavam:

Em Shoreditch, havia uma vila de belas casinhas com jardins para gente pobre decaída, ali colocadas pelo prior do dito hospital (St. Mary Spittle), cada um pagava um pêni por ano, no Natal... mas, após a supressão do hospital, aquelas casas em poucos anos ficaram tão estragadas, por falta de consertos, que ganharam o nome de rua Podre, e os pobres desapareceram... as casas, por pequena quantia de dinheiro, foram vendidas do Goddard a Russel, negociante de panos, que as reconstruiu e as alugou por bastante renda, cobrando também multas elevadas dos inquilinos, quase tanto quanto lhes custaram as casas ente a compra e construção. (STOW, 1755, apud MUMFORD, 1998, p. 452).

Nesse cenário de concentração de riqueza e poder, “O desprezo da classe dominante para com os proletários define uma atitude constante no século XIX” nas palavras de Roger-Henri Guerrand. A vida privada das classes mais pobres estava sujeita ao juízo de valores dos mais abastados, que erguiam uma barreira entre as classes e “consideravam os representantes dos meios populares como inferiores tanto no plano moral como na esfera social”, criando um hiato entre proprietários e trabalhadores assalariados. (GUERRAND, 1992, p. 325)

Nos arredores da cidade esse tipo de exploração por parte desses senhores dos cortiços, segundo os princípios capitalistas vigentes, era virtuosamente recompensado, pois os valores dos aluguéis dessas propriedades decadentes, não eram reduzidos pelo mau estado de conservação, e sim valorizados pela pressão da demanda, em localização privilegiada na cidade. Quando se tratava de lucros, o interesse particular sempre se sobrepunha ao interesse público.

Nas cidades de São Paulo e Santos, o processo de urbanização, ocorrido na segunda metade do século XIX, foi intensificado pela expansão da economia cafeeira, antes concentrada no Rio de Janeiro, cultivada no Vale do Paraíba, cujo emprego de técnicas rudimentares, que esgotava os solos, obrigou o uso de novas terras. Deste modo, as lavouras de café expandiram-se no sentido do oeste paulista, impulsionando a economia do Estado e possibilitando a construção de ferrovias para o transporte do produto, como explica Maria Flora Gonçalves: “a expansão da malha ferroviária e, posteriormente, a rodoviária, foram responsáveis pelo crescimento e enriquecimento de muitas cidades no Estado de São Paulo”, principalmente capital São Paulo e Santos, cujo porto concentrava a maioria das exportações e recebia o influxo de imigrantes (GONÇALVES, 1994, p. 39).

Na cidade de São Paulo, ao mesmo tempo que as atividades urbanas associadas ao complexo cafeeiro aparelhavam a cidade com novas funções e equipamentos, crescimento do comércio, serviços e o surgimento das primeiras indústrias, aumentavam os problemas relacionados à carência de habitações para as classes mais pobres e imigrantes recém chegados, que se instalavam de qualquer maneira em casebres improvisados, estalagens, casas de cômodos que eram sobrados reformados para servir de alojamentos e os mais populares e difundidos na cidade, os chamados “cortiços-pátio”. Por volta de 1890, a precariedade e insalubridade tiveram

consequências graves com a deterioração das condições de vida na cidade, assolada por epidemias de toda ordem. (BONDUKI,1998, p.23).

O crescimento da capital e outros núcleos urbanos no interior foi problemático: levadas ininterruptas de imigrantes, que muitas vezes já chegavam doentes, após longas viagens em péssimas condições nas terceiras classes dos navios; o intenso fluxo de trabalhadores entre Santos, São Paulo e interior; “os alojamentos coletivos desprovidos de saneamento básico nos quais essa população era obrigada a viver”. O poder público combateu o problema em três frentes: no controle sanitário das habitações; por meio de legislação e códigos de posturas; e da promoção direta de obras de saneamento, implantação de redes de água e esgoto. (BONDUKI,1998, p.29).

A vida privada na cidade industrial acontece de várias maneiras, como nos apresenta Michelle Perrot, principalmente a partir da formação de grupos que se aninham em “microsociedades que recortam, nos espaços públicos”, lugares escolhidos para diversão, conversas e conluíus. De um lado, clubes, círculos aristocráticos e burgueses, câmaras e camarotes, gabinetes e salões de festas, de outro lado, “cafés, cabarés e bistrôs - cujos fundos abrigam reuniões clandestinas e associações sindicais – quadriculam a cidade”. São espaços intermediários, de uma sociabilidade predominantemente masculina. As mulheres não frequentam esses lugares, ou as que frequentam o fazem sob olhar suspeito; geralmente elas se ocupam do espaço privado da família, nas paróquias, em oficinas de caridade, igrejas e lavanderias, que se esforçam para redobrar o controle masculino. A sociedade civil não é um mundo vazio calmo e sem vida como o poder gostaria. (PERROT, 1992, p.307).

É nesse cenário da cidade industrial que o sentido do domínio privado ganha uma significância extrema, porque é a casa o espaço de permanência e fundamento material da família que se estabelece nessa cidade, como afirma Perrot: “no do século XIX, a casa é assunto da família, lugar de sua existência, seu ponto de encontro” e cultivo das relações. Encarna o significado das conquistas do casal e reflete seu sucesso. Estabelecer um lar é residir em uma casa. Os jovens casais da classe trabalhadora não querem compartilhar e coabitar nas mesmas casas de seus ascendentes, ter seu espaço, seu “cantinho” reflete uma certa autonomia, como nos relata um depoimento contido nas correspondências de Gustave de Beaumont para Alexis de Tocqueville, quando diz que junto à sua esposa, busca um “buraco” onde se enterrar: “Nós, Clementine e eu temos um desejo incontido de termos um pequeno *home*. A menor choupana, quando se é o dono parece-nos um paraíso terrestre” (PERROT, 1992, p.309).

No entanto, as classes populares urbanas viviam “amontoadas em infectos pardieiros”, afirma Perrot, onde a promiscuidade, aos olhos das camadas dominantes, os aproximava dos selvagens, como se fossem animais (PERROT, 1992, p. 314). As organizações lideradas por entidades patronais e médicos sanitaristas dão início às políticas higienistas, e elaboram as primeiras legislações para prover habitações destinadas a mitigar as consequências desastrosas da tuberculose e do alcoolismo entre os operários. A noção de moradia com conforto mínimo, com normas de dimensionamento de espaços respeitando regras para ventilação, iluminação, circulação e equipamentos individuais de higiene, começa a ser projetado a partir da metade do século XIX. O próprio movimento operário, era insensível a essas questões da habitação, mas a militância aceitava cada vez menos aquela forma de vida, e reivindicava melhorias, por seu crescente desejo de salubridade e dignidade.

A casa passa a ser um objeto importante a conquistar para as famílias que se estabelecem nas cidades industriais que se adensam rapidamente na Europa. A residência é moral e política, é propriedade, objeto de investimento e estabelecimento. Por esse motivo, nota-se a importância do surgimento das vilas operárias da estratégia patronal no sentido de obter uma mão-de-obra estável, como descreve Perrot:

A casa é um elemento de fixação. Daí o papel das vilas operárias na estratégia patronal de formação de uma mão-de-obra estável, das ideologias securitárias os referentes à família. Le Play e seus discípulos vasculham as habitações populares; o rigor de suas descrições, preciosa fonte para o historiador. É uma dissecação de condutas. Antes, a fisiognomonia detalhava o rosto, espelho da alma. De agora em diante, a ordem de um aposento revela uma vida (PERROT, 1992, p.308).

Parece-nos que, desde o princípio do século XIX, a cidade foi tratada como uma aventura comercial privada e não como uma instituição pública. “Ser livre é, pra começar, poder escolher seu domicílio” (PERROT, 1992, p.316). A resistência às primeiras experiências de vilas operárias, fossem elas patronais, filantrópicas ou providas pelos governos – como foi o caso da *Cité Napoléon*, inaugurada em 1851, que foi um grande fracasso – como observou Armand Audiganne em “O projeto das vilas jamais foi popular na França”, porque submetia seus moradores à regulamentação que era um prolongamento da disciplina da fábrica. “Quando voltássemos para casa, encontraríamos mais um regulamento pendurado na porta”, assim, “não seríamos os donos em nossa casa” (AUDIGANNE, 1860, p.315 apud PERROT, 1992, p.317), reclamavam os operários referindo-se às casas que resultavam das ações dos empregadores. Desta forma, em vez de um relativo conforto e controle nas vilas, eles preferem habitações precárias, muitas vezes edificadas clandestinamente nos terrenos baldios e residuais que aconteciam nas grandes cidades do século XIX. (PERROT, 1992, p. 317)

O conceito de habitat unitário para as famílias operárias vem à luz das ideias de Charles Owen e Charles Fourier e serviu como referência para várias experiências no âmbito da moradia popular até os nossos dias: o Falanstério – uma edificação destinada à habitação coletiva tem na sua fundamentação uma crítica à sociedade da época. O resultado foi um plano esquemático e detalhado, a partir da organização de espaços destinados às vocações e funcionalidade que busca a atender aos princípios de harmonização, higiene e salubridade, oferecendo unidades habitacionais com ventilação e luz natural, iluminação a gás, água aquecida por caldeira, além de lavanderia comunitária, escolas creches e serviços médicos. Suas ideias foram continuadas por Considérant e concretizadas pela primeira vez pelo industrial Jean-Baptiste Godin, em Guise, norte da França, chamado por ele de Familistério e administrado por uma cooperativa de operários que trabalhavam na indústria de utensílios domésticos em ferro fundido respectivamente.

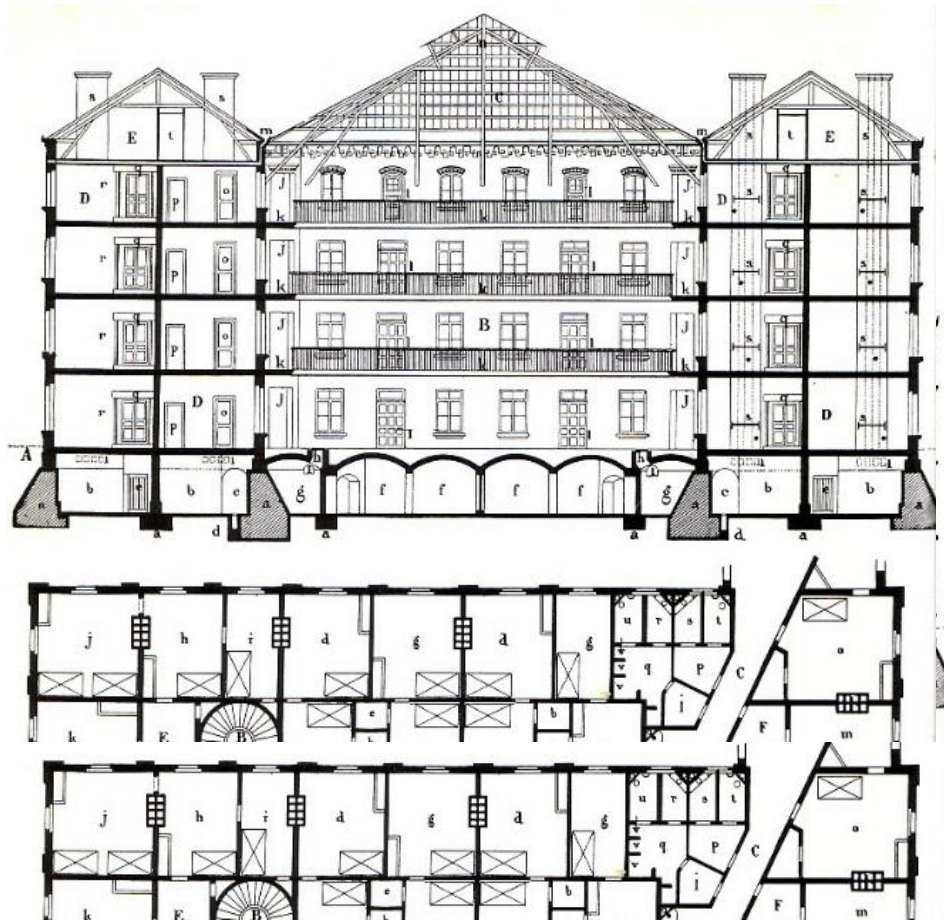


Figura 1: Planta e corte do prédio central do Familistério de Godin onde se pode ver:
A. Subterrâneo B. Pátio C. Claraboia D. Moradias E. Calhas. Fonte: BENEVOLO, 1999, p.571

Esses modelos utópicos e irrealizáveis na primeira metade do século XIX foram superados pelo debate político que segue na segunda metade do século, pois vão exatamente na contramão da teoria da cidade liberal, como afirma Leonardo Benevolo (1999), pois “deslocam o acento da liberdade individual para a organização coletiva, e tem em vista resolver de forma pública todos ou quase todos os aspectos da vida familiar e social”. Emergem dos protestos sobre as condições inaceitáveis da cidade existente, e procuram pela primeira vez romper seus vínculos recorrendo “à análise e à programação racional: são máquinas calculadas para aliviar o homem do peso da organização física tradicional, que retarda as transformações políticas e defende o sistema dos interesses existentes” (BENEVOLO, 1999, 568-569).

A experiência de Godin antecipa, como tentativa isolada, uma solução pensada para a arquitetura que só viria a ser visitada no século seguinte. A revolução de 1848 coloca em crise tanto os movimentos de esquerda quanto os liberais da primeira metade do século. As esquerdas perdem a confiança nas reformas setoriais – e isso inclui aquelas que reivindicam melhorias nos ambientes construídos. Os socialistas científicos (Marx e Engels, que publicam o *Manifesto do Partido Comunista em 1848*) criticam os utopistas como Fourier e Owen e defendem que os operários devem conquistar o poder e realizar as mudanças nas relações de produção. No entanto, as direitas é que saem vitoriosas nas lutas de 1848, isto é, com os regimes comandados por Napoleão III na França, Bismarck, na Alemanha, e os novos conservadores ingleses dirigidos por Disraeli, que abandonam a tese liberal da não intervenção, dando lugar a cidade pós-liberal, como comenta Leonardo Benevolo :

A burguesia vitoriosa estabelece assim um novo modelo de cidade, no qual os interesses dos vários grupos dominantes – empresários e proprietários – estão parcialmente coordenados entre si, e as contradições produzidas pela presença de classes subalternas são parcialmente corretas. A liberdade completa, concedidas às iniciativas privadas, é limitada pela intervenção da administração – que estabelece os regulamentos e executa as obras públicas (BENEVOLO, 1999, p.573).

Essa mudança no cenário que domina a produção do espaço urbano tem um sucesso imediato e duradouro, pois permitiu reorganizar grandes cidades, como a Paris de Haussmann, e influenciar intervenções urbanas em todo o mundo. A partir desse momento o urbanismo⁴

⁴ Urbanismo – Conjunto de disciplinas científicas e artísticas que estudam a problemática da menor unidade territorial, que administrativamente tem por sede uma cidade. (FERRARI, 2004, p.370). Este termo deve ser definido aqui, pois está carregado de ambiguidades, por estar absorvido pela linguagem corrente. No livro *Urbanismo*, uma coleção de estudos organizado por François Choay, a autora observa que a palavra foi usada pela primeira vez em 1910, segundo G. Bardet (*L'Urbanisme*, Paris, 1959). Compreendida nos dicionários como “ciência e teoria da localização humana”, correspondendo à realidade dos fins do século XIX, a expansão da sociedade industrial dá origem a uma disciplina que se diferencia das artes urbanas por seu caráter reflexivo e crítico. Le Corbusier reivindica “o ponto de vista verdadeiro”, mas as críticas ao urbanismo também são feitas em nome da verdade. Para seguir o estudo aqui proposto, toma-se como

assume o papel mediador entre os conflitos e interesses públicos e privados. Na segunda metade do século XIX, surgiram propostas de diferentes organizações e formas alternativas na cidade burguesa industrial, decorrentes de novas tecnologias e pela regulamentação do espaço. Florescem bairros e até cidades periféricas à cidade tradicional: os primeiros, promovidos por industriais, são complexos habitacionais para trabalhadores; as segundas, são habitações de recreação e férias, para classes mais favorecidas. Ambas inauguram a ideia do espaço suburbano.

A partir desse momento, a Europa viu-se tomada por várias experiências de vilas operárias, sendo a grande maioria formada por “casinhas” isoladas, geminadas duas a duas, em blocos de quatro ou mesmo enfileiradas, e sempre próximas às fábricas. Essas habitações eram versões simplificadas da habitação burguesa, localizadas nas periferias e “mais de acordo com o discurso moralizante dos teóricos do paternalismo social”, contrários aos adensamentos e conjuntos coletivos nos grandes centros, como descreve Roger-Henri Guerrand (1992) uma vila operária em Noisiel, construída por Menier em 1874, para abrigar as famílias dos operários da sua fábrica de chocolates, projeto do arquiteto Jules Saulnier:

São casas duplas, em tijolo, sobre porões. Ao rés-do-chão, um cômodo com duas janelas, uma cozinha equipada com fogão e pia. No primeiro andar, um quarto para os pais, outro para as crianças; sótão sob o telhado. Cada cômodo dispõe de chaminé, um armário, persianas. No jardim, varanda coberta, sanitário com fossa móvel: previamente untado com cacau, o conteúdo desta produz um excelente adubo utilizado por todas as famílias. O abastecimento de água é assegurado por numerosas torneiras coletivas. As casinhas, cujo custo não passa de 10 mil francos – 5 mil por moradia – são alugadas por 150 francos anuais, ou seja, 12,5 francos por mês. Graças a um sistema de prêmios compensando o aluguel, alguns operários chegam a ser exonerados dessa modesta contribuição (GUERRAND, 1992, p.375).

fundamental entender o urbanismo e as questões do urbanismo, como sendo aqueles problemas que o planejamento urbano quer resolver, colocados como problemas antes mesmo da disciplina existir: ser e habitar a cidade. (CHOAY, 1965, p.2).



Figura 2: Aspecto atual da vila operária em Noisel. Fonte: <http://www.agglo-pvm.fr/cite-ouvriere-menier>. Acessado em: 26 de junho de 2018

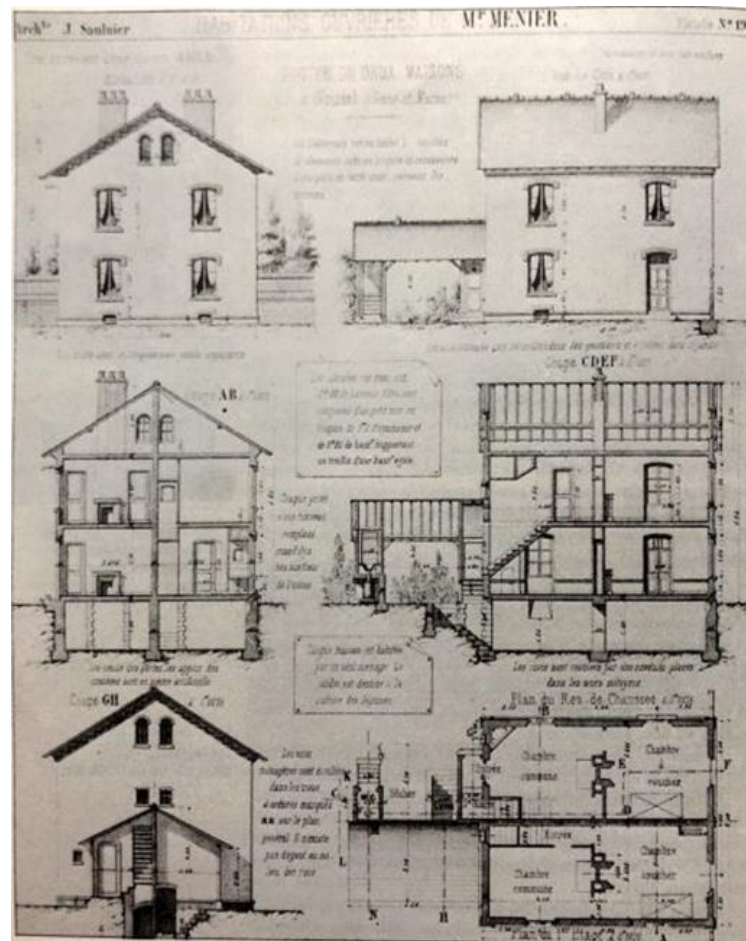


Figura 3 Projeto de Jules Saulnier de casas geminadas para vila da fábrica de chocolates Maunier. Fonte: História da Vida Privada vol.4, Cap.3, por Roger-Henri Guerrand p.376

Durante o período que se estende do final do século XIX e durante toda a Primeira República no Brasil (1889-1930), período em que ocorreu o primeiro surto de crescimento urbano, as cidades não possuíam estrutura física para abrigar o influxo de imigrantes e também

os recém-libertos, que foram tentar a vida nas cidades, todos à procura de oportunidades de trabalho (BONDUKI, 1998, p.29). O número de moradias estava muito aquém da demanda. Nesse momento, surgiram várias modalidades de habitação destinadas a alojar a crescente classe trabalhadora, todas construídas pela iniciativa privada e destinadas ao aluguel. Dentre elas, “as mais difundidas foram o cortiço-corredor, o cortiço casa de cômodos, os vários tipos de vilas e corredores de casas geminadas” (idem, p.43).

Em “Modernidade e Moradia - habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro”, Lilian Fessler Vaz, apresenta uma análise que contrasta as diferentes denominações para o mesmo tipo de habitações coletivas: estalagens, casa-de-cômodos, avenidas e mais tarde, cortiços, como ficaram mais genericamente conhecidos – habitações ao redor de um pátio ou enfileiradas com corredores. Vaz afirma que a única diferença aparente entre algumas estalagens e a senzala estava na posição da chave da fechadura, “na senzala a porta era trancada por fora, na estalagem, por dentro”. De certa forma, as senzalas, os dormitórios e as vilas operárias foram alguns dos objetos arquitetônicos que materializaram a relação moradia-trabalho no espaço. (VAZ, 2002, p.28-29).

Solange de Aragão também apresenta um estudo sobre “vilas no interior de quarteirão” em São Paulo, onde demonstra que havia vários tipos de cortiço, porém, um em particular, que possui as mesmas características de implantação das “vilas”, no que diz respeito a sua distribuição espacial horizontal, situando-se também no interior dos quarteirões – esse era o “cortiço propriamente dito”. Com acesso por um portão lateral e um corredor estreito que conduzia a um pátio para onde se abriam as portas e janelas de pequenas casas enfileiradas de mesmo aspecto e materiais construtivos. Não havia qualquer tipo de calçamento no corredor ou no pátio – o chão era de terra batida. As construções eram de péssima qualidade e não havia nenhum cuidado na distribuição no agenciamento interno dos aposentos no que se refere à iluminação e ventilação e muitas vezes, tratava-se de um único aposento onde famílias inteiras se acomodavam para dormir. No interior desse pátio, ficavam instalados um sanitário de uso comum e tanques para lavar roupa que eram compartilhados por todos. Funcionava como espaço de permanência e de passagem, como lugar de estar e serviço. Um espaço semipúblico, na medida em que era privativo ao cortiço, mas comum aos moradores, serviam como complemento da moradia, onde as sociabilidades aconteciam intensamente e a vida privada praticamente não existia. (ARAGÃO, 2010, p.26-27).

Ambas as autoras, Solange de Aragão e Lilian Vaz, comungam da ideia de que em dado momento, não se diferenciava exatamente o que era “vila” do que era “cortiço”, pois alguns se

autodenominavam vilas. É evidente que no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o poder público passou a exigir as construções de vilas dentro dos padrões higiênicos aceitos pela legislação e compreendidas como “casas higiênicas e baratas”. Ou seja, quando as “vilas” ainda eram novidade, não havia uma clara distinção entre as duas modalidades. Cortiços eram chamados de vilas e vilas eram chamadas de cortiço, por causa da similaridade na situação no interior do quarteirão.

Ao mesmo tempo, do “cortiço” à “vila” havia uma diferenciação de status, ou mudança de categoria, por assim dizer. Morar em cortiço não era indicado; morar em vila, aos olhos da sociedade da época, era mais recomendável. Enquanto o primeiro era estigmatizado pela falta de higiene e insalubridade, sendo local malvisto pela promiscuidade e propício à propagação de epidemias; já o segundo, era, nas palavras de Raquel Rolnik, “a moradia dos pobres/porém/decentes”. (ROLNIK, 1981, p.67 apud ARAGÃO, 2010, p.31).

Com o poder do discurso higienista, seus porta-vozes, como médicos sanitaristas, engenheiros e empresários, se investiram na “missão” de sanear as cidades de suas mazelas, representadas na imagem do espaço “demonizado” das habitações coletivas e generalizado pela expressão “cortiço” como sendo a própria pobreza. Destaca-se o episódio da destruição do Cabeça de Porco, um dos maiores do Rio de Janeiro, em 1893. Foi um caso emblemático, retratado por Sidney Chalhoub em *A Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Para o autor, foi um caso emblemático marcado pela violência com que foi levado a efeito, a insensibilidade do poder público aos apelos dos moradores e na repercussão da imprensa da época. (CHALHOUB, 2017, p. 15-19).

Na descrição de Lilian Vaz, o Cabeça de Porco não apresentava o aspecto comum aos outros cortiços, de casinhas enfileiradas em sequência monótona, mas sim a “uma (des)ordem resultante da mistura de um grande número de térreos, sobrados, correres de casas, casebres e puxados que abrigavam moradia e trabalho”. Esse cortiço concentrava na sua imagem todas as características onde era possível apontar “os vícios e defeitos que se procurava eliminar na habitação”. A divulgação dessa imagem negativa contribuiu para a condenação do padrão existente e a consequente aceitação do novo modelo que se coloca como padrão: casas higiênicas, com agenciamento interno capaz de prover iluminação e ventilação, em prédios com a disposição organizadas de maneira a promover a privacidade, moralidade e disciplina. (VAZ, 2002, p. 35-38)

A urgência da questão higienista em relação aos cortiços, justificou medidas arbitrárias de controle sobre o espaço e sobre a vida privada. A ocorrência da cólera trouxe pânico à

população urbana e foi uma oportunidade para os higienistas usarem todo seu arsenal de enquadramento disciplinar: os agentes da ordem sanitária não hesitaram em invadir casas, através de visitas domiciliares fiscalizadoras e “remover moradores (doentes ou não), desinfetar móveis e objetos pessoais, demolir e queimar casebres, isolar quarteirões, prender suspeitos, atacar focos.” Fica evidente a intenção de eliminar os cortiços da área e acelerar o processo de segregação por meio da intervenção pública. (BONDUKI, 1998, p.31).

Para James Silva, a partir do último quarto do século XIX, “pôs-se em curso um processo de segregação dos universos representados pelas diferentes classes, sob forma de estratégias de diferenciação visual e espacial, associadas à repressão institucional” (SILVA, 2016, p.28). Esse contexto se evidencia por meio da aplicação de sucessivos Códigos Sanitários e de Posturas Municipais, quando buscou-se segregar partes da população rotuladas e maculadas pela falta de higiene, instauradas pelas normas e intervenções que visavam a garantir a salubridade. “Essa conjuntura, em que o controle sobre os usos dos espaços na cidade sobre os corpos que a habitam figuram como o remédio possível para assegurar a vida” (SILVA, 2016, p.29) e sugere, segundo Michel Foucault, que a “medicina urbana” precede e acompanha surgimento da “medicina social”, em um momento em que esta primeira preocupava-se em resolver as questões da qualidade da água e do ar, dos serviços de hospitalização e controle de mortalidade e epidemias (FOUCAULT, 1979, p. 89-91).

O cenário caótico foi logo percebido como ameaça, ao bem-estar social, não somente pelo risco da propagação de doenças, mas também porque representava o risco de uma convulsão social. O aparelhamento, composto de instituições de controle e polícia sanitária, legitimava-se e justificava-se nas questões da salubridade pública, mas comungava, convenientemente com os interesses das classes dominantes, que aos poucos, normatizavam a vida privadas dessas populações mais pobres, começando pela higiene, costumes, comércio informal e até mesmo sobre o direito a aglomerações.

Lilian Vaz observa situação semelhante, no que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. As habitações coletivas passaram a ser responsabilizadas pela insalubridade e, por esse motivo, condenadas a desaparecer, substituídas por moradias higiênicas. Dessa maneira, busca-se controlar o risco de epidemias e também as classes trabalhadoras. No combate às habitações coletivas, destacaram-se dois atores sociais: o Estado, atuando através da obrigatoriedade do licenciamento de obras, aplicação de normas higiênicas e da intervenção direta (fechamento de cortiços); e o emergente empreendedor da nascente indústria da construção civil (VAZ, 2002, p.32).

Teresa Caldeira apresenta uma perspectiva sobre a formação da periferia de São Paulo na primeira metade do século XX. Segundo Caldeira, no início do século a população na área urbana ocupava a área central de forma desordenada: áreas comerciais, novas indústrias, comércios e residências “estavam interpenetradas” e as diferentes classes sociais se avizinham”. No entanto, “Isso obviamente não significa que ricos e pobres vivessem da mesma maneira: os modos de morar paulistanos sempre foram claramente diferenciados”, os mais pobres “orbitavam” as áreas centrais da cidade mas eram claramente mal vistos e indesejados (CALDEIRA, 1984, p.13-15).

A maioria das habitações disponíveis para trabalhadores era alugada, além disso, as opções eram caras, precárias e insalubres. Essa proximidade com a pobreza provocou uma preocupação das elites e do poder público, tendo como reflexo a proibição de cortiços e demolição de moradias consideradas inadequadas. Inicia-se, por assim dizer “um certo projeto de segregação espacial do mais pobres”. Surgiam assim, as Vilas Operárias, distantes do centro como apresenta Caldeira, e promovidas por “empresários particulares para serem alugadas”. Esse fato é determinante no processo de periferização que a crescente urbanização provocou em São Paulo, e que se repetiu na maioria das cidades brasileiras:

São Paulo deixou de ser uma cidade concentrada e onde os trabalhadores viviam no centro e perto das elites, pagando aluguel em cortiços e casa de cômodos, para se transformar numa cidade dispersa e segregada, na qual os trabalhadores vivem em casas próprias autoconstruídas nos loteamentos periféricos. Ou seja, ocorreu um processo de expulsão dos trabalhadores de baixa renda para os bairros distantes, que só eram acessíveis porque não contavam com infraestrutura adequada e nem com uma rede de serviços básicos. Em outras palavras, com o crescimento populacional a queda da oferta de moradia, aos trabalhadores de baixa renda só restava “ir morar no mato”. (CALDEIRA, 1984, p.17).

As vilas operárias europeias foram os primeiros conjuntos urbanos de produção seriada de unidades habitacionais, onde proprietários, agricultores e industriais construíram grandes conjuntos residenciais que possuíam, além das moradias, escolas, farmácias, hospitais e institutos para a formação do caráter dos trabalhadores. Essas realizações contribuíam para a manutenção das relações paternalistas ente patrões e empregados, além de barateamento da força de trabalho e serviram de exemplo para as experiências brasileiras. No entanto, na versão brasileira, deu origem a dois diferentes tipos de vila: uma, o assentamento habitacional promovido por indústrias, as “vilas-cidadela”, também chamadas de “vila operária de empresa” e “vila operária particular”, ou “vila de empresa” e “vila particular” (ARAGÃO, 2010, p.29; BONDUKI, 1998, p.47)

A política governamental no campo da habitação, no sentido de promover moradia dentro dos padrões higienicamente aceitáveis pelos regulamentos e códigos de posturas, foi

praticamente nula. A concessão de favores fiscais foi a única medida aceita pelo Estado para incentivar a produção habitacional. Em São Paulo, as vilas operárias, compostas de conjuntos de moradias unifamiliares construídas em série, foram produções rentistas⁵ ou pequeno-burguesas (RIBEIRO, 1989, p.209 apud BONDUKI, 1998, p.46), de investidores que visavam a obter retorno do investimento por meio da cobrança de aluguel, compreendendo que o aluguel é uma espécie de juros calculados sobre um capital empregado – material, força de trabalho e propriedade fundiária. Edificadas com materiais de baixo custo, em terrenos, normalmente localizados nos centros dos quarteirões, abrangiam diferentes tamanhos de conjuntos, que iam desde pequenos núcleos de casas até núcleos maiores, que poderiam também envolver vários quarteirões. (BONDUKI, 1998, p.46)

É importante notar que o modelo rodoviário e a mobilidade foram fatores determinantes no processo de espraiamento de São Paulo. A implantação do Plano de Avenidas, em 1938, que ligava o centro aos bairros e o transporte público de massas, por meio de ônibus (que substituíram os bondes), possibilitaram a dispersão do povoamento. (CALDEIRA, 1984, p.16). Essa dispersão possibilitou a implantação de algumas vilas no modelo europeu, tipo “vilas-cidadela” ou “vilas operárias de empresa”, pois possuíam infraestrutura capaz de suprir grande parte das necessidades dos trabalhadores. Esses modelos foram seguidos em vários lugares mais distantes e mais carentes de serviços urbanos. Assim sendo, essas vilas patronais assumiram cada vez mais o aspecto de vilas-jardins, atendendo às condições higienistas e sanitaristas na luta contra os surtos de doenças e epidemias constantes, que atingiam sobretudo, as populações que habitavam os lugares mais carentes.

A maioria das indústrias situadas próximas ao núcleo central, construía vilas operárias destinadas aos operários mais qualificados, no sentido em que exerciam cargos de supervisão e controle junto à produção. No interior, podia-se encontrar tipos diferentes de habitação, destinadas aos diferentes cargos dentro da empresa, mas todas seguiam critérios de padronização em série, com programas que procuravam atender simultaneamente às exigências de proporcionar um mínimo conforto necessário aos seus habitantes, e a máxima economia para

⁵ BONDUKI (1998, p.46-47), define como “essa produção de casas para locação será aqui chamada de produção rentista, pois o investimento visava a obtenção de uma renda mensal “como retorno do capital investido. Essa produção era realizada pelo investidor, que comprava o terreno, contratava um empreiteiro que construía em etapas; assim, lentamente ia financiando as novas construções com o aluguel das já alugadas. Com isso, a produção rentista acabou por promover o surgimento de várias vilas que através de incentivos fiscais para estimular a construção, permitiam um aluguel mais baixo. Essas construções eram recomendadas pelo poder público e pelo higienistas como melhor solução para habitação operária.

seus construtores. No entanto, nas palavras de Bonduki (1998) “só uma parcela dos operários teve acesso a essas moradias: em geral operários com algumas qualificações, funcionários públicos, comerciários e outros segmentos da baixa classe média” (BONDUKI, 1998, p.47).

Rapidamente, esse tipo de investimento gerou especulação imobiliária, elevando os preços dos terrenos e afastando cada vez mais para a periferia a construção de novas vilas. Carlos Lemos afirma que “foram esses capitalistas, interessados em bons aluguéis, em grande parte, responsáveis pela nova fisionomia da cidade” ao abrir novos bairros, e promover o prolongamento das linhas de bondes, ao construir mais e mais conjuntos residenciais, tanto de casas operárias como residências para classe média. Na maioria dos casos, os empreendimentos se justificavam pela proximidade das casas ofertadas do local de trabalho, de modo que pudessem chegar ao trabalho rapidamente. (LEMOS, 1989, p.57).



Figura 4: Vista geral da cidadela que abrigava a Vila Maria Zélia em 1919, com as casas em primeiro plano, ao fundo a torre da igreja e a chaminé da fábrica. Fonte: Os Pioneiros da Habitação Social, BONDUKI, 2014. (p.23)

Segundo Bonduki (1998, p.47), “diferentes modalidades” aconteciam nessa produção privada de assentamentos habitacionais, muito diversas e denominadas vilas operárias: uma promovida por empresas para seus funcionários; outras produzidas por investidores privados e destinadas ao mercado de locação. “Muitas vezes essas modalidades apresentavam as mesmas características físicas e confundiam-se no espaço urbano”. Bonduki usa as seguintes denominações “vila operária de empresa” e “vila operária particular”, ou ainda “vila de empresa” e “vila particular”.

A historiografia urbana apresenta várias análises para explicar a emergência das vilas operárias de empresas como “um gesto filantrópico de empresários favoráveis à harmonia entre o capital e o trabalho, como ilustra Guerrand sobre a experiência de Mulhouse – a vila somava oitocentas casas e moravam 6 mil pessoas em 1867 e foi copiada em várias cidades: “o espírito

que presidira estas iniciativas era cheiro de conservadorismo e paternalismo social – uma obra de filantropia” (GUERRAND,1992, p.381). De fato, revela-se mais claramente como uma estratégia que atraía operários em um mercado de trabalho incipiente, onde a empresa fazia toda diferença no lugar, controlando e civilizando-os submetidos à ordem burguesa. Motivo pelo qual, muitas empresas criaram não somente vilas, mas verdadeiras cidadelas, quando se estabeleciam em locais isolados, sem serviços urbanos ou vantagens comparativas capazes de atrair trabalhadores. Essas interpretações, no entanto, explicam parcialmente o fenômeno das vilas de casas nas cidades brasileiras, inclusive naquelas que são objeto de estudo, em Manaus.

As vilas produzidas pelas companhias privadas, destinadas aos seus operários, chamadas de núcleo fabril ou vila operária de empresa, se encontraram no mesmo contexto de controle patronal de que falamos nos exemplos europeus. Como apresentou Raquel Rolnik (1981, apud BONDUKI, 1998, p.47): “A vida cotidiana obedecia ao ritmo imposto pela sirene da fábrica e a vila funcionava como um verdadeiro laboratório de uma sociedade disciplinada, combinando um saber higienista com um poder que ao mesmo tempo proíbe, pune, reprime e educa”. Dentro desse contexto, o empresário conseguia manter “cativa” a mão de obra, pois apesar de baixos valores de aluguel, era o empresário que já descontava em folha, ou seja, menos riscos; as vezes, vários membros da mesma família trabalhavam na mesma fábrica e isso era uma barganha que pesava na hora de perder ou procurar outro emprego. Embora destacadas pela relevância enquanto “imagem em tijolo e cimento das fantasias burguesas da servidão operária”, não são muitos os exemplares brasileiros de vilas operárias que materializam modelos ou refletem intenções idealistas no sentido de promover avanços sociais e melhorias na qualidade de vida a partir da arquitetura construída.

Na cidade de São Paulo, destaca-se a Vila Maria Zélia, projetada pelo arquiteto francês Paul Pedarrieux e construída entre 1911 e 1916 no Belenzinho, por Jorge Street, cujo programa implantado, segundo Bonduki (2014, p.23), “aproximou-se muito do padrão de conjunto residencial defendido na arquitetura moderna”, que introduziu a noção de que a habitação “não é somente a casa, mas todo um conjunto de equipamentos coletivos” no entorno que são necessários ao “habitar”; incluindo escola para meninos, outra para meninas, creche e jardim de infância, igreja, farmácia, armazém, biblioteca, restaurante, sapataria, salão de festa, áreas para recreação e esporte, além de uma praça com coreto na entrada da vila. Contígua à Companhia Nacional de Tecidos de Juta, a Vila Maria Zélia foi considerada como um modelo de moradia operária.

As vilas particulares, por sua vez, constituíam a grande parte dos conjuntos urbanos de produção seriada construídas nesse primeiro quarto do século XX. Era um tipo de empreendimento realizado tanto por pequenos investidores como por grandes empresas construtoras e sociedades mutuárias, abrangendo desde pequenos conjuntos de casas até grandes núcleos que ocupavam quarteirões. Não importava o tamanho, agenciamento arquitetônico ou implantação urbana. Essas vilas visavam a tirar o máximo do investimento realizado. Por isso, procuravam o aproveitamento máximo do terreno, principalmente a utilização de terrenos longos no interior (miolo) do quarteirão onde a terra era mais barata, racionalização dos projetos buscando a economia dos materiais, como casinhas ou sobrados geminados (com paredes comuns), áreas livres mínimas e ausência de recuos. Esses princípios garantiam a rentabilidade do capital investido, que também se beneficiava de isenções fiscais.

O exemplar mais conhecido e documentado de vila particular implementado por companhias mutuárias e sociedades imobiliárias⁶ foi a Vila Economizadora, de propriedade da Companhia Economizadora Paulista. O projeto foi realizado pelo arquiteto italiano Giuseppe Sacchetti e incluía 147 casas de tipos diferentes, de um a três dormitórios e vinte armazéns destinados ao comércio e serviços. Para maximizar o uso do terreno, foram implantadas ruas no interior da gleba circundada por obstáculos urbanos, a Estrada de Ferro Central do Brasil e o Rio Tamanduateí.

⁶ Bonduki explica que essas companhias mutuárias e sociedades imobiliárias eram entidades privadas que administravam a poupança dos cidadãos para aposentadoria. Essas empresas tiveram regulamentação por lei federal e podiam concentrar grande volume de recursos que eram aplicados na construção de casas de aluguel, que garantiam segurança, rentabilidade e valorização imobiliária. (BONDUKI, 2014, p.26)

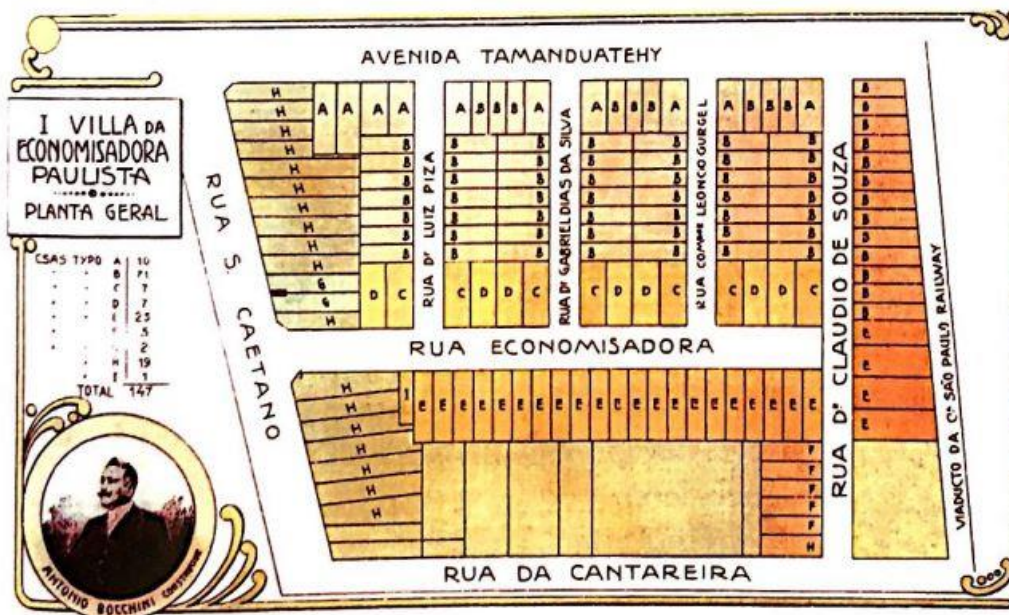


Figura 5: Folheto de divulgação com a planta geral da Vila Economizadora (1908), incluindo os grupos de casas e armazéns de comércio e serviços. Fonte: Os Pioneiros da Habitação Social, BONDUKI, 2014. (p.27).

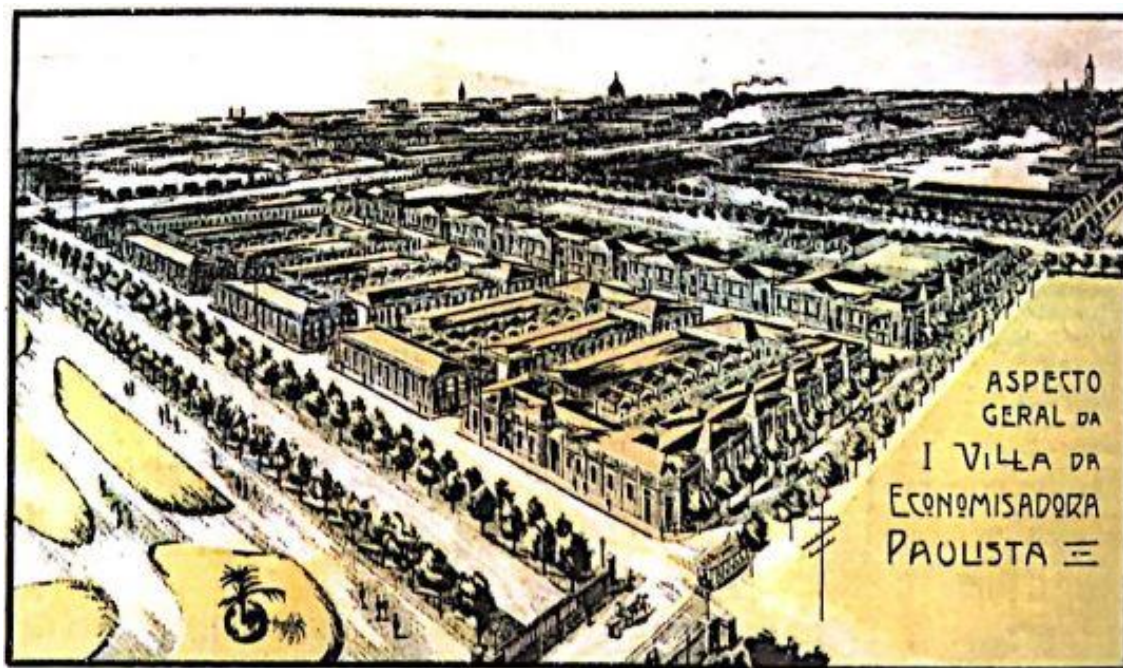


Figura 6: Folheto de divulgação com a vista geral da Vila Economizadora (1908). Fonte: Os Pioneiros da Habitação Social, BONDUKI, 2014. (p.28).

As figuras 5, 6 e 7 demonstram a organização espacial da Vila Economizadora Paulista, ocupando cerca de 14mil m². O programa estava distribuído em 127 edifícios residenciais térreos e 20 comerciais. O agenciamento interno do grupo de casas pode ser verificado na figura 7, como segue:

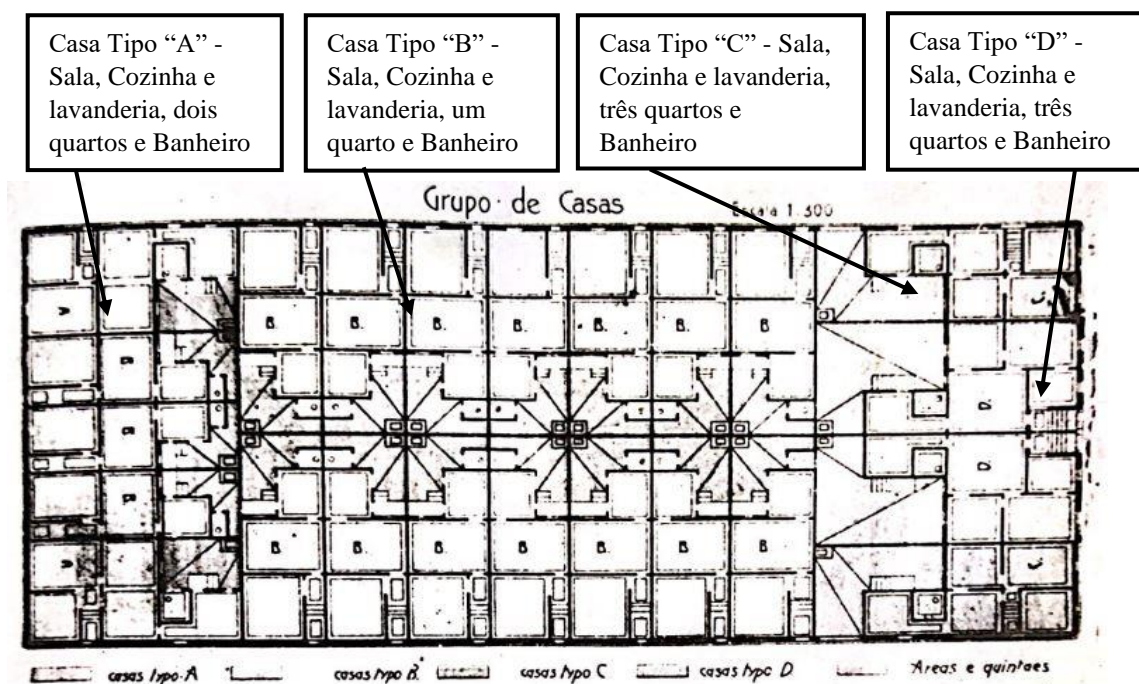


Figura 7: Vila Economizadora (1908). Planta baixa do grupo de casas contendo quatro tipos diferentes. Fonte: Alvenaria Burguesa, LEMOS, 1989, p.73.

Outro exemplar ilustrado por Bonduki para compreendermos o contexto dessas habitações coletivas emergentes na Primeira República, é a Vila Operária do Sr. Regino Aragão, de tamanho médio, construída por um engenheiro e investidor privado, construída em 1911 na rua São João, entre as alamedas Northmann e Glette, no bairro de Santa Efigênia.

Composta de 33 casas de médio padrão, custou ao seu proprietário 150 contos, dos quais 125 contos foram utilizados na construção e 25 contos na aquisição do terreno. As 27 casas internas que davam para o corredor foram alugadas por 60\$000 e asseis que davam para rua, por 75\$000. A renda total, portanto, era quase 25 contos por ano, cerca de 16% do capital investido, que pode ser considerado altíssimo (BONDUKI, 1998, p.50).

Ao analisarmos a planta da vila do Sr. Regino (Fig.8), observamos a racionalização da organização espacial, buscando aproveitar o terreno ao máximo e economizar na construção, utilizando de práticas de projeto que mais tarde foram e são até hoje recursos projetuais que otimizam o uso de materiais e instalações prediais, que ao mesmo tempo, tinham que atender aos padrões higienistas exigidos nas posturas municipais para poder desfrutar das isenções fiscais. Sobre esse aspecto, Bonduki observa que “tal característica assinala uma clara diferença em relação à produção da habitação pelos trabalhadores na periferia, onde a inexistência de racionalidade no projeto ou construção eleva substancialmente os custos da produção” (idem, 1998, p.50).

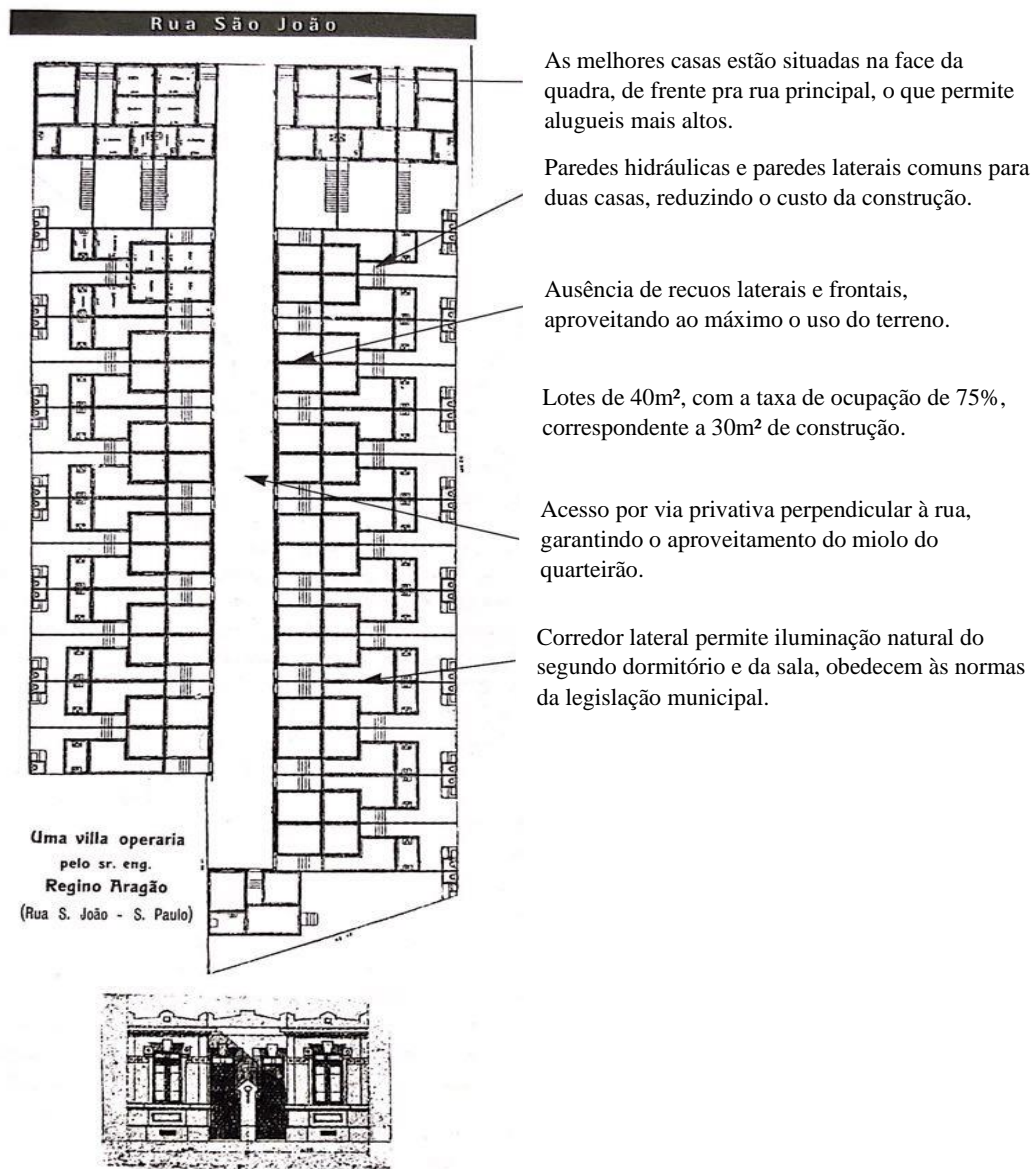


Figura 8: Planta baixa acima e fachada abaixo da Villa Operária projetada pelo engenheiro Regino Aragão.
Fonte: Extraída do livro *Origens da Habitação Social no Brasil* de Nabil Bonduki (1989, p.51)

Esse fato se confirma na descrição de Teresa Caldeira, acerca dos loteamentos e autoconstruções que ocorrem em São Paulo por volta de 1930. Os loteamentos eram relativamente grandes e seguiam a lógica descontinuada, tal qual acontecia na cidade, de modo geral. Isso provocou o surgimento de inúmeras vilas e jardins sem qualquer infraestrutura, onde “a edificação da casa, propriamente dita, generalizou o processo de autoconstrução”, ou seja, os operários conseguiam adquirir lotes a preços acessíveis em locais distantes, onde não havia infraestrutura. Ao mesmo tempo, na posse do lote, conseguiam os meios necessários para iniciar a edificação da casa, onde também floresceram pequenos negócios para venda de material de

construção, “marca registrada na paisagem dos bairros periféricos”, mais baratos e de baixa qualidade com flexibilidade de crédito. Esse fenômeno das vilas, é “símbolo da aquisição da casa própria, construída aos domingos e feriados, como num mutirão, sobre terreno pago em interminas prestações” acaba por caracterizar um fator típico e determinante na periferização das cidades brasileiras. (CALDEIRA,1984, p. 39-40)

A vila do Sr. Regino, erguida em 1911, está localizada, na rua São João, entre as alamedas Nothman e Glette, no Bairro de Santa Efigênia (Fig. 8). Mostra-se similar a muitos outros empreendimentos, maiores ou menores, que aconteciam dentro do centro da cidade e que atendiam às normas da “cidade legal” e realizadas por investidores privados. Na maioria, os terrenos eram longos, e reparcelados em pequenos lotes onde eram construídas, lado a lado, casas geminadas, com uma viela central ou ao lado.

1.2 Manaus: a construção de uma paisagem urbana (re)velada

O lugar onde, mais tarde, irá se edificar a cidade de Manaus surge do processo de conquista e ocupação portuguesa da Amazônia no período colonial, século XVII. Esse processo de ocupação foi planejado, conduzido e executado como prioridade política pela metrópole portuguesa, por meio de ações militares, administrativas, políticas e diplomáticas que tinham por finalidade manter e assegurar a posse desse território para o império colonial português. Para Mario Ypiranga Monteiro e Otoni Mesquita, o início da ocupação do sítio deu-se em 1669, onde foi construída uma pequena fortificação chamada de São José do Rio Negro pelo capitão de artilharia Francisco Mota Falcão com objetivo de controlar a circulação de embarcações holandesas ou espanholas junto aos rios Negro, Solimões e Amazonas. O sítio foi escolhido em função de suas características estratégicas militares: um grande platô de desenho triangular, bastante irrigado, localizado na margem esquerda do rio Negro, próximo à confluência com o rio Solimões. Com a proteção do Forte e a presença dos religiosos carmelitas, floresceu um povoado denominado São José da Barra do Rio Negro ou Lugar da Barra, situado onde hoje se conhece a área entre o igarapé de São Raimundo (Ilha de São Vicente) e o igarapé do Educandos (Largo dos Remédios). (MONTEIRO, 1994, p.11; MESQUITA, 2019, p.28)

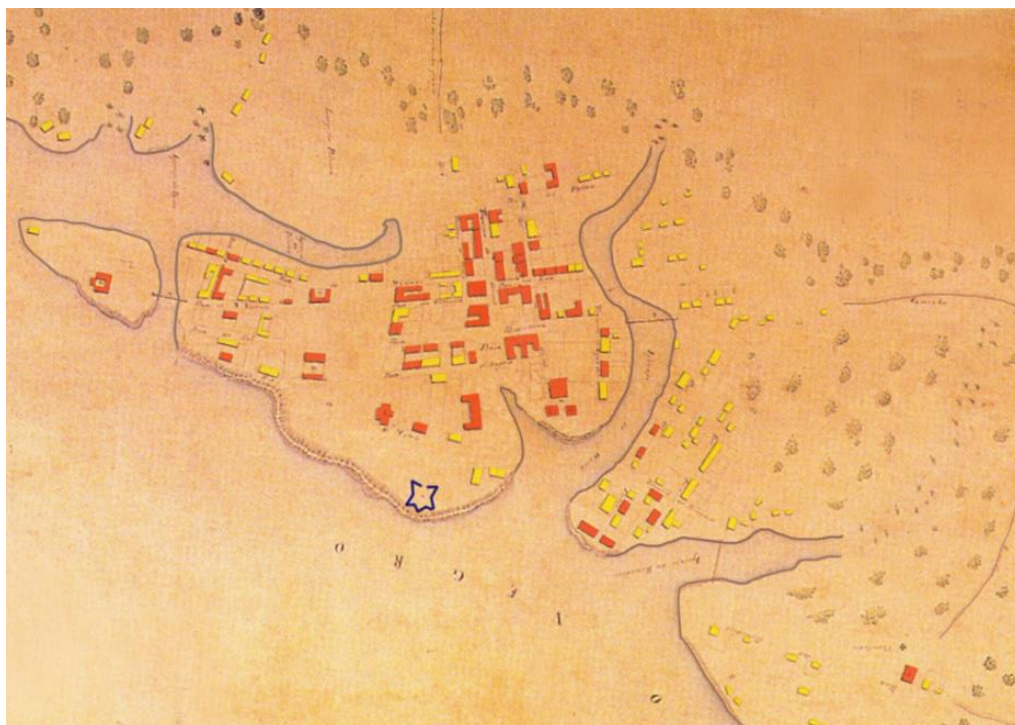


Figura 9: Mapa de Manaus, onde é possível verificar a localização do antigo forte (figura em forma de estrela, na cor azul) próximo à margem do rio Negro. Desenho de 1844, da Engenharia Militar. Original no Ministério da Defesa – Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.
Fonte: Formação das Cidades no Brasil Colonial, SANTOS, 2017, p.147.

De acordo com Mesquita, apesar da consolidação da ocupação, a região pouco evoluiu até meados do século XIX. A descrição era sempre de um cenário precário, em termos de habitação e infraestrutura, na maioria dos relatos. Em 1823, o lugar foi descrito pelo padre José Maria Coelho “como uma povoação com apenas onze pequenas ruas e uma praça quadrada” (COELHO, 1949, p.121 apud MESQUITA, 2019, p.33), com a presença de construções cobertas de telhas, muito embora os prédios públicos como o Palácio do Governo, a Secretaria da Provedoria, e o quartel militar fossem cobertos com palha. (MESQUITA, 2019, p.33).

Somente em 1832, o Lugar da Barra passou à categoria de Vila e em 1848, tornou-se Cidade da Barra de São José do Rio Negro, e logo em 1850⁷ passa a se chamar Manaós, em homenagem a tribo dos Manáos, que dominava grande parte das diversas tribos que habitavam às margens do rio Negro. Em janeiro de 1852, foi oficialmente instalada a Província do Amazonas em Manaus com a finalidade de garantir a soberania do Império na parte ocidental da Amazônia brasileira e, também, de administrar as mudanças econômicas e sociais que deveriam ocorrer no seu extenso território. (MESQUITA, 2019, p.35).

A posição de capital rendeu recursos à cidade com a chegada, no mesmo ano, do presidente da província, João Baptista de Tenreiro Aranha. O primeiro presidente da província se preocupou em fazer melhoramentos locais e trouxe funcionários. No entanto, um dos grandes problemas que Manaus enfrentaria naquele momento, e em várias décadas seguintes, era a falta de mão de obra bem como materiais de construção. (MESQUITA, 2019, p.36).

O mapa da cidade levantado por Tenreiro Aranha em 1852 (Fig.10) revela um traçado simples, em que as características da topografia local, com seus acidentes naturais, foram determinantes na definição das vias do núcleo inicial da cidade. Na descrição de Mesquita, durante o período provincial, “a cidade apresentava um aspecto tanto bucólico, marcado pela presença dos igarapés e da farta vegetação”, onde a pequena malha urbana era constituída por ruas curtas e estreitas, formando quarteirões irregulares. “Estas características imprimiam um traçado de aparência pouco organizado”, apesar de estar muito mais de acordo com a natureza local; ou seja, as ruas com suas edificações subiam e desciam nas ondulações das colinas,

⁷ Otoni Mesquita verifica que apesar da data de elevação à categoria de província ser setembro de 1850, a instalação de fato só ocorreu em 1º de janeiro de 1852, quando desembarcou em Barra o seu primeiro presidente, João Baptista Tenreiro Aranha, que verifica a data a partir de relatório de 1852 Adotou-se aqui a datação conforme MESQUITA, Otoni. Manaus – história e arquitetura (1852-1910). Manaus: Editora Valer, 2019.

seguiram a sinuosidade dos igarapés que serpenteavam a cidade, de acordo com a topografia natural e determinavam os limites dos poucos bairros (MESQUITA, 2019, p.180).



Figura 10: Planta de Manaus, levantada por J. B. de F. Tenreiro Aranha em 1852.
Fonte: Acervo IPHAN-AM

Em meados do século XIX, vários acontecimentos contribuíram para a modificação da paisagem urbana da cidade de Manaus, e determinaram, em linhas gerais, o que transformaria essa pequena vila em cidade. Dentre esses acontecimentos se encontra uma fase econômica impar na história: o período da borracha, na segunda metade do sec. XIX, impulsionado pela a exploração da economia extrativista da látex, matéria prima retirada dos seringais nativos da Amazônia e de altíssimo valor naquele contexto da industrialização em escala mundial. O produto acabou por proporcionar o florescimento econômico das cidades como Manaus, Belém e Rio Branco, dentre outras. O valor histórico da cidade de Manaus não se deve apenas ao conjunto arquitetônico que ainda permanece, mas também pelas memórias que fazem parte da construção dessa cidade: seus bairros, praças, casas, moradores, significados e contradições no projeto presunçoso de “Paris dos trópicos”, que povoava o imaginário ideal dos governantes e da elite dominante⁸ da época, a despeito da cidade que veio a se construir de fato.

⁸ Para uma compreensão mais específica nesse estudo, o uso da expressão “elite”, é apropriada seguindo a ideia apresentada por Ana Maria Daou (2014) em A Cidade, o teatro e o “paiz das seringueiras” - práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Na reflexão antropológica apresentada para elucidar a gênese de uma “Elite” dominante na construção da Manaus da “*belle époque*” a partir de várias fontes e perspectivas, desde o período pré-borracha à consolidação da mesma. Compreendendo “Elites” como minorias que se distinguem por sua preeminência em diferentes aspectos da vida social, em diferentes contextos,

O plano de Embelezamento implantado por Eduardo Ribeiro, foi anunciado em 10 de julho de 1893 em mensagem lida em Sessão do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas. Segundo Mesquita, esse é o principal documento anunciador de uma era de grandes transformações em Manaus. A área de abrangência do projeto se alargava além dos limites do núcleo histórico tradicional, e incluía, além da construção de palácios e praças, obras de infraestrutura.

As intervenções urbanísticas de embelezamento da cidade encontraram suporte através do instrumento legal do Código de Posturas Municipais, que regulamentou e impôs não somente um desenho urbanístico, mas também um tipo de comportamento que determinaria a cidade que queria construir. Funcionou “como uma verdadeira cartilha para civilizar os costumes”, nas palavras de Mesquita (2006, p.201), ao impor mais que um desenho urbanístico, “buscava-se padronizar o aspecto visual da cidade e afastar da sua área urbana as construções de aspecto pouco cuidado”, com o objetivo de “retirar da cidade sua marca indígena e pobre”. Manaus deveria buscar o ideal de cidade moderna inspiradas no padrão europeu de urbanização, ordenando os espaços e o comportamento de seus habitantes e de produtividade, principalmente das transformações urbanas executadas por Georges-Eugène Haussmann entre 1852 e 1870 em Paris, cujo caráter higienista, estético e disciplinador privilegiavam os interesses econômicos impostos pelo poder público. (MESQUITA, 2009, p.134).

Obras públicas foram iniciadas, como aterros, implantação de redes de esgotos, canalização de águas e energia elétrica, além de construções de pontes e marcos como o Teatro Amazonas, o Porto Fluvial com o Cais Flutuante, o prédio da Alfândega, o Mercado Municipal e o reservatório Mocó. A paisagem da cidade foi modificada em um intenso processo na busca de uma concretização do discurso da burguesia ascendente e dominante, evidenciando a imagem de riqueza e prosperidade, como nos revela Edineia Dias (2007):

[...] a modernidade em Manaus não só substitui a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pelas avenidas, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo (DIAS, 2007, p.29

esses grupos tem ação remetida a interesses econômicos, ao monopólio do poder político e às orientações culturais na vida em comunidade, traduzidas em seu papel de orientadoras da opinião pública, promotoras de identidade e fazendo-se representar como protetoras dos interesses da coletividade.

É possível então observar a ruptura que acontece com a superposição de uma nova cidade (Fig. 11) sobre a anterior (Fig. 9 e 10), onde é evidente que, naquele momento, os grandes investimentos na reformulação da cidade, a transformaram em um grande canteiro de obras, como descreve Ana Maria Daou em “A belle époque amazônica” (2004): “Entre 1892 e 1896, durante a administração do jovem maranhense Eduardo Ribeiro, um engenheiro militar, Manaus foi transformada”. Através da introdução e prática de mecanismos legais que visavam a promover um melhor controle do espaço urbano e a nortear a ocupação de novas áreas, garantindo assim os rumos da expansão urbana, sobretudo, o Código Municipal de Manaus, de 1893, “fornece as indicações de uma cidade pensada como moderna”. Daou afirma que ainda não se tratou de “apenas um instrumento de ação sobre o espaço; é também um artifício para a consecução de uma nova sociedade”. (DAOU, 2004, p.35)

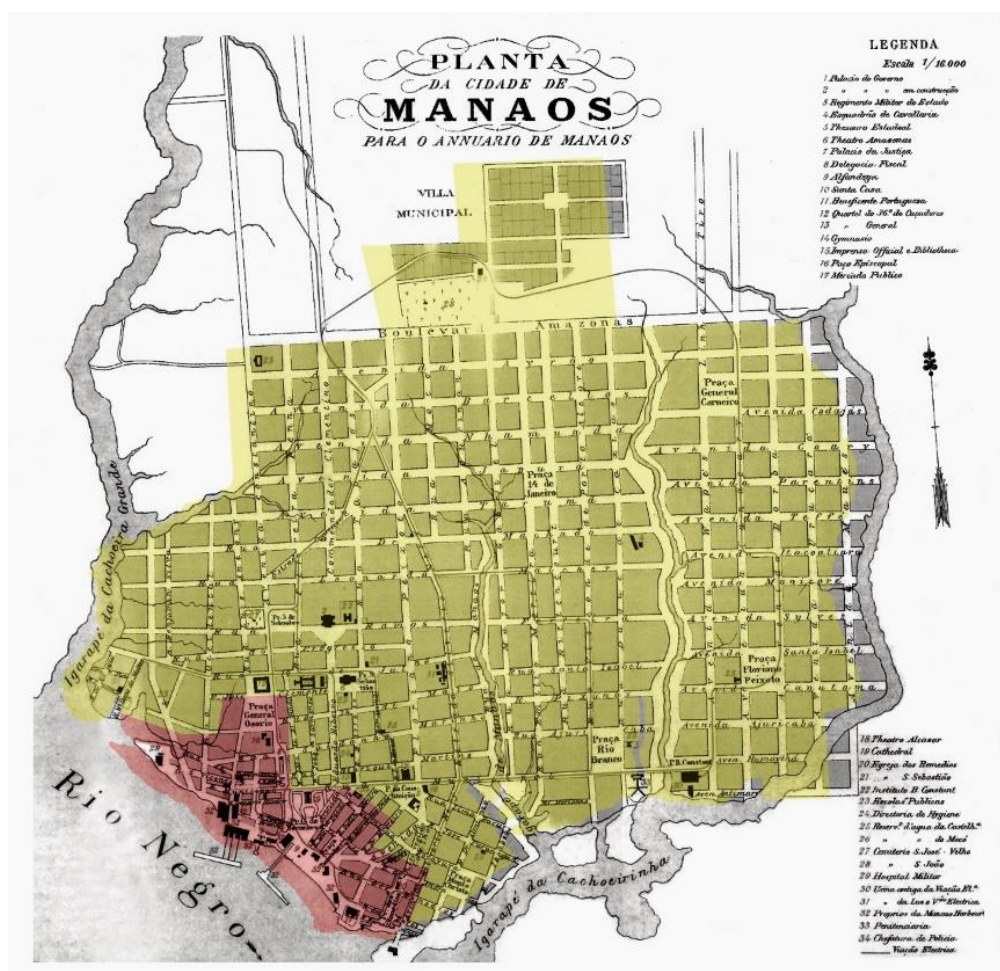


Figura 11: Planta de Manaus (1893) o contraste entre a cidade que existia em 1852 (em cor laranja) e a cidade planejada por Eduardo Ribeiro (em amarelo). Fonte: Acervo IPHAN-AM. Editada pela autora.

O novo traçado (Fig.11), esquadrinhado e avançando ao norte, para longe do rio, formava bairros inteiramente distintos da implantação anterior (Fig.9 e Fig.10), pautada numa ligação tradicional com o rio. Avenidas, ruas largas e quarteirões em traçado reto significavam, por assim dizer, “uma atitude de ação sobre a natureza, submetendo aos trabalhos de canalização as águas dos igarapés que dividiam a antiga cidade”. O novo modelo urbanístico adotado era um projeto concebido “em forma de tabuleiro de xadrez, e as obras, a partir daí, fizeram com que colinas fossem aplainadas, os igarapés aterrados, e as ruas avançassem em direção à mata”. A cidade passou a ter dois patamares: um voltado para o rio e outro que dele se distanciava. (DAOU, 2004, p.36)

O desenho da cidade torna-se espaço que evidencia a imposição da ideologia que deu suporte ao modo de produção capitalista vigente, ao consolidar a hegemonia dos interesses de grupos dominantes, transformando a estrutura e forma, conteúdos e significados, construindo a imagem dessa cidade burguesa. O eixo principal que organizava esse espaço, quando inaugurado em 1901, foi denominado Avenida do Palácio, pois receberia um suntuoso edifício sede do Palácio do Governo em seu platô mais alto (projeto nunca concluído), mais tarde teve seu nome alterado para Eduardo Ribeiro, em homenagem póstuma. Porém, era chamada pela população simplesmente de “Avenida” e simbolizava essa nova cidade. (DAOU, 2004, p.36)

Edineia Dias (2007), em “A Ilusão do Fausto – Manaus (1890-1920)”, revela a cidade em contradição à imagem que se construía a partir dos discursos do grupo dominante, que queria atrair capital e investimentos ao mundo. Ao mesmo tempo em que havia uma intensa transformação, escondia problemas como abastecimento precário, falta de higiene e custo de vida e habitação elevados, agravadas por questões sociais, “pois no espaço urbano, o roubo, a vadiagem, a prostituição, o jogo, a mendicância e doença de toda ordem contradizem a idealização de cidade ordenada e sem problemas”. Dentre os fatos, encontram-se relatos de observadores que afirmavam “que o desenvolvimento e o progresso da cidade foram acompanhados de um quadro muito grande de miséria”. No entanto, “tudo que significasse ameaça à imagem de uma cidade civilizada, impossibilitando os possíveis investimentos de capitais e o desenvolvimento do trabalho, passa a ser objeto de preocupação, por parte dos setores dominantes” (DIAS, 2007, p. 118-120).

Dias ainda aprofunda sobre o controle do espaço da cidade através de instrumentos legais, como Código de Posturas, impondo uma série de ações que disciplinavam a vida urbana, por meio de pena de prisão e multas. Eram medidas de caráter civilizatório, na perspectiva da gestão pública, que ditavam desde a higiene e salubridade até condutas sociais, pois os

interesses sociais se sobrepujam à liberdade individual. A imagem da cidade urbanizada vai se formando aos poucos, a partir de uma estratégia autoritária e excludente. Autoritária porque é executada a partir de obras intervencionistas que interessam economicamente, garantida pela aplicação severa das leis e normas de controle social; e excludente porque tenta ocultar na periferia ou nas margens dos igarapés aqueles que não conseguem se enquadrar nessa reformulação de hábitos e costumes ou por incapacidade de se manter diante dos altos preços na cidade civilizada.

O que se percebe, ao se tentar recuperar a constituição histórica de Manaus como capital da borracha, é que o poder público, aliado aos interesses privados, desenvolve uma política de pressão, exclusão e dominação contra pessoas ou grupos de pessoas que emergem na cidade, e que não se enquadram nos conceitos de valores da elite local. Foi necessário desenvolver uma política de preservação e defesa da ordem urbana e, na medida em que os valores são afrontados, cabiam providências de excluir do espaço urbano os pobres, desocupados, doentes, pedintes, prostitutas, vadios, etc. Numa cidade de 'fausto', a pobreza, a doença, a vagabundagem agrediam e, ao mesmo tempo, ameaçavam a ordem e a harmonia da cidade que se projetava na representação burguesa, como limpa ordeira e sem problemas (DIAS, 2007, p.120).

A cidade ocultada e revelada por Dias (2007) evidencia-se na tentativa de esconder os segmentos pobres da população que não participavam de forma organizada, “a preocupação em livrar a cidade dos elementos nocivos à saúde, à ordem e aos bons costumes, ao mesmo tempo em que definem o espaço da cidade em seus mais diferentes níveis econômicos, social e cultural”. (DIAS, 2007, p. 122).

As normas contidas nas Posturas Municipais desde 1872 já traziam aspectos que impunham mudança nos costumes, justificados em princípios higienistas e moralistas, que foram evoluindo, na medida em que os fatos contrariavam o modelo que se pretendia e encontravam resistência pelos costumes locais. As normas do período posterior, de 1875, trazem em seu texto, um significativo acréscimo nas restrições e exigências, quanto ao alinhamento das edificações em relação aos passeios públicos, padronização das alturas, portas, telhado além da proibição de construção de novos “casebres” no meio das ruas, exigências de ocultação e demolição de casebres expostos à vista da rua, enfim, um conjunto de restrições e exigências que passam a determinar um padrão de imagem de cidade.

A afirmação dessa imagem de cidade burguesa se confirma nos prédios de arquitetura tipicamente comerciais, no sentido de fazer a cidade funcionar para a economia exportadora de matéria prima para o mundo industrial, transformando a estrutura e forma, conteúdos e significados, construindo a imagem dessa cidade, como escreve Pierre Bourdieu (1989) acerca das produções simbólicas como instrumentos de dominação:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produz a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante (BOURDIEU, 1989, p. 10).

O modelo de “civilidade” francês assumiu grande importância na sociedade ocidental como formador de estilo e sendo imitado ao longo do tempo por muitos países. O estudo de Norbert Elias nos apresenta o conceito de “*civilité*”, compreendendo que o processo civilizador constitui uma mudança a longo prazo, onde sentimentos e a compreensão sobre o mundo acontecem independentes de pré-condição. A sociedade ocidental moveu-se, ao longo do tempo, com mudanças de padrões de comportamento e se apropriou da denominação “civilizada” em detrimento das outras formas de habitar e viver, compreendidas como “bárbaros” ou “incivilizado”. (ELIAS, 1994, p.73).

É possível imaginar as dificuldades encontradas na tentativa de mudar os comportamentos, principalmente dos indígenas e por outro lado, o impacto que essas normas civilizatórias causaram na população. As restrições e proibições aos costumes “não civilizados” dos indígenas locais e da população que não comungava dos hábitos impostos pela lei, eram condicionados a uma situação de inferioridade civilizacional e classificados como infrações, punidas pelo pagamento de multa ou pela restrição à liberdade, com o objetivo de, ao longo do tempo, excluir esse tipo de comportamento do mundo civilizado. No entanto, para concluir o projeto de civilizar, era imprescindível resolver o problema da mão-de-obra na região, e para isso, seria necessário um grande esforço nesse sentido.

Fica evidente que o discurso disciplinador das Posturas Municipais de Manaus sobre o controle do corpo era preceito básico organizado em um sistema de regras e punições pecuniárias rígidas. A estratégia do processo civilizador visava a fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular no cotidiano e de responsabilidade e aprovação por parte da sociedade, fazendo do infrator um inimigo comum, lembrando as reflexões de Michel Foucault (1999), sobre a mecânica da disciplina é exercida pelo poder. As sociedades modernas, a partir do século XIX, até os nossos dias, apresentam de um lado a legislação, um discurso, uma organização do direito público articulados em torno do princípio da soberania do corpo social e da delegação, por cada qual, de sua soberania de Estado; e depois temos, ao mesmo

tempo, uma trama cerrada de coerções disciplinares que garante, de fato, a coesão desse mesmo corpo social (FOUCAULT, 1999, p. 44).

A formulação das leis e instrumentos normatizadores fortaleciam o discurso de controle sobre o Estado e expandiam os limites do espaço público em direção ao privado, no que concerne às regulamentações das construções das habitações, como podemos verificar, nos códigos de postura (reunidos em SAMPAIO, 2016). O governo justificava o seu avanço sob o pretexto da conveniência de “aformoseamento e regularidade da cidade”, tema tratado desde o Código de Posturas promulgado em 1872, cujo 1º artigo diz: “Sem prévia licença da câmara e alinhamento dado pelos empregados competentes, não se dará o começo, dentro dos limites da cidade, a qualquer edifício ou muro nem reconstrução deles” (SAMPALIO, 2016, p.43). O texto do artigo sugere também que o edifício seja “de aparência elegante”, não podendo medir menos que cinco metros de altura.

Em 1890, o primeiro código de posturas da República, reafirma o caráter disciplinador higienista, no que diz respeito ao controle da salubridade pública, introduzindo a figura do inspetor de saúde que, por meio de “visitas domiciliares”, tem o poder de fiscalizar e adentrar o espaço privado, (2016, p 85): “Art. 80 – Ficam criadas nesta cidade as visitas domiciliares para inspecionar, em bem da salubridade pública, se o interior dos domicílios se conservam limpos e não se convertam em focos de infecção que prejudiquem o saneamento da cidade.” Os principais alvos dessas visitas fiscalizadoras eram as habitações coletivas: cortiços, estalagens e hotéis, como se pode verificar em algumas das publicações do Diário Oficial:

Intendência Municipal - De ordem da Inspeção municipal da limpeza pública, fazemos público que no dia 17 do corrente, às 9 horas da manhã, se dará princípio a vistoria do interior dos prédios onde estiverem estabelecidos hotéis, e das avenidas, estalagens e cortiços, para cumprimento das posturas da Intendência. (DIÁRIO OFFICIAL, 01/08/1896).

O resultado dessas visitas, eram intimações a proceder reformas, “asseio higiênico”, desinfecção e construção de latrinas e na pior das hipóteses, a demolição da edificação por não apresentar condições de funcionamento. Como exemplo: “Na rua 10 de Julho - Cortiço do Sr. Urbano Câmara, intimado para em 10 dias mandar demolir o dito cortiço, e sendo ao mesmo tempo desinfetado todos esses cortiços”. (DIÁRIO OFFICIAL, 01/12/1896)

Nesse sentido, pode-se confirmar como a administração pública estava empenhada no exercício do poder de aplicar as normas, fiscalizando o uso, não somente os espaços públicos, mas também nos espaços privados. Na primeira década do século XX, essas ações se intensificaram, na medida em que a cidade se expandia e os problemas de habitação se

agravavam, justificadas nas questões de salubridade e segurança públicas, e alargavam o poder do Estado como ordenador, imbuído do discurso comprometido com a sociedade.

A imagem da cidade urbanizada foi se instalando aos poucos, a partir de uma estratégia autoritária e excludente. Autoritária porque é executada a partir de obras intervencionistas que interessam a uma elite dominante, garantida pela aplicação severa das leis e normas de controle social; e excludente porque expulsa e tenta ocultar, na periferia e igarapés aqueles que não conseguem se enquadrar nessa reformulação de hábitos e costumes ou por incapacidade de se manter diante dos altos preços na cidade civilizada. Como afirma Dias (2007):

As proibições, com multas e prisões, transformam-se em medidas eficazes no processo civilizatório. Elas regulam o estabelecimento de quiosques nas ruas, até punição para quem jogar lixo nos igarapés; despejar lixo a céu aberto nas ruas; conservar águas estagnadas ou lixo nos quintais das casas, oficinas, tabernas, casas de pasto e hotéis; deixar gado *vacum* e cavalos vagando pelas ruas e praças, fazer de porcos nas vias públicas, tomar banhos nos igarapés (DIAS,2007, p.122-123).

Os códigos também regulavam sobre a estética das habitações, proibindo edificar casas cobertas por palha e exigia a padronização das fachadas no estilo eclético, com platibandas, cornijas e frontispícios adornados. Ou seja, era mais importante a aparência externa do quarteirão e obediência às normas de alinhamento, garantido a exibição da estética formal da cidade que se queira exibir, como se pode observar no Código de Posturas de 1893 (Lei no. 23, de 06 maio de 1893) organizado por Sampaio (2016):

Art. 8º - Fica proibida a edificação de casebres ou pequenos quartos dentro do alinhamento das ruas e praças o perímetro urbano e fora desse limite, sem que os donos ou possuidores dos terrenos levantem primeiramente no alinhamento uma parede imitando frente de casa, na altura e conformidade dom o disposto no art. 4º. O contraventor incorrerá na multa de 30\$, ou seis dias de prisão. (SAMPAIO, 2016, p.97).

As disposições gerais e detalhamentos sobre como construir as habitações dentro do padrão desejável sujeitavam a construção ao licenciamento por parte do órgão público competente, além de um conteúdo extremamente moralizante que pretendia impor um tipo de comportamento ideal. A aplicação dessas medidas no perímetro urbano excluiu parte da população que crescia na cidade, mas não se enquadrava nas possibilidades e conceitos da cidade dentro da visão burguesa de uma cidade ideal. Emerge assim, o problema da habitação – fica claro que o poder público não tem uma estratégia nem instrumentos para habitações para trabalhadores e classes mais pobres, a não ser o controle sobre os cortiços, que deveriam possuir uma fachada de acordo com a estética aceitável, mas aceitavam as condições precárias de moradias sobre o aparecimento dos cortiços. Edneia Dias (2007) afirma que:

Seguramente os cortiços surgem no momento em que as antigas barracas ou palhoças são destruídas, dando oportunidade para que os especuladores construam, em pleno centro, prédios de fachadas, escuros, sem luz, sem águas nem ventilação, sem nenhuma condição de higiene, que são alugados por preços elevados a pessoas absorvidas pelo mercado de trabalho e de consumo que se amplia cada vez mais (DIAS, 2007, p.124).

Esse contexto de transformação da imagem da cidade fez com que a classe trabalhadora mais pobre buscasse terrenos mais distantes, nas áreas mais desvalorizadas, fora do perímetro urbano central e da cidade legal. Isso porque, a maioria dos operários empregados na cidade, fosse nas obras de construção, nas poucas indústrias ou no comércio, não podia pagar os altos preços de aluguéis de casas na cidade, ou mesmo nos cortiços e estâncias, que cobravam preços altos e ofereciam espaços precários, mas que eram dentro da área urbana e perto dos locais de trabalho. Iniciou-se um processo de segregação e exclusão espacial dos mais pobres para áreas a beira dos igarapés da Cachoerinha (Educandos) e Igarapé da Cachoeira Grande (São Raimundo), que ficavam fora do alcance da fiscalização ostensiva, atravessando os igarapés para acessar a cidade e local de trabalho através dos serviços dos catraieiros⁹. Os novos bairros, na periferia e nas margens dos igarapés, surgiram sem o traçado ordenado pelo urbanismo vigente, desenhados pela forma natural de ocupar a topografia dos terrenos e à mercê das sobras entre as construções que iam se espraiando no território. Para Flavio Villaça (1998):

Há segregações das mais variadas naturezas na metrópole brasileira, principalmente de classes e de etnias ou nacionalidades (...) tal como aqui entendida, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole. (VILLAÇA, 1998, p. 142).

Nessa perspectiva histórica, faz-se muito claro como as práticas operadas pelo poder público, no sentido de transformar e modernizar a cidade, acabaram por trazer conceitos higienistas que melhoraram o espaço da moradia, seja nos aspectos da higiene e de conforto ambiental, no que refere à ventilação, iluminação; esses conceitos modelaram, de forma radical, os hábitos domésticos e sociabilidades que foram incorporados pela sociedade local. No entanto, esse processo se fez acompanhar, paralelamente, de uma exclusão social e espacial, ao afastar as classes mais pobres dos benefícios dessa cidade “civilizada” que se instalava.

⁹ Catraieiro é a denominação dada para os condutores de barcos, movidos a remo, que cobravam um determinado valor para atravessar as pessoas de uma margem para outra dos igarapés e rios. Em Manaus, as catraias foram muito utilizadas nas áreas centrais de Manaus antes das construções das pontes que ligam ao leste ao bairro de Educandos e Colônia Oliveira Machado e a oeste ao bairro do São Raimundo.

1.3 Vilas de Casas de Manaus do início do século XX

As narrativas sobre a cidade, quase sempre, privilegiam os aspectos do fausto econômico, desviando o olhar dos aspectos mais negativos e o alto preço que sociedade acaba sempre a pagar pela desigualdade. As opções tomadas pela administração pública, em uma perspectiva histórica, quase sempre emergem do discurso que defende a sociedade, a moral, os bons e saudáveis costumes, a ordem e o trabalho. No entanto, ao nos distanciarmos no tempo, podemos lançar um olhar mais crítico sobre a produção do espaço urbano manauara em 1900, no que tange à arquitetura e seus significados, na reflexão de Leandro Tocantins (1972):

Se a arquitetura é o símbolo mais visível de uma sociedade, a fisionomia urbana de Manaus reflete bom o espírito da sociedade que floresceu em fins do século passado e princípios do atual. Não se trata de uma frase, ou simples generalização sociológica. A arquitetura de Manaus – arquitetura mais antiga – exprime uma atitude emocional e estética da burguesia enriquecida pelo comércio (TOCANTINS, 1972, p. 265).

A exemplo do que acontecia nas grandes metrópoles emergentes no início do século XX, o espaço urbano que se produzia na Manaus de 1900 é incontestavelmente fruto das transformações advindas do progresso tecnológico e industrial na lógica capitalista que se consolidava no mundo, onde as cidades amazônicas prosperaram, e representam uma peça importante para compreensão de um curto e intenso período na história. Ao mesmo tempo, contradições à riqueza e à prosperidade emergem nas camadas sociais cuja mão de obra é explorada nesse processo: a exclusão social e espacial a qual as classes trabalhadoras sofrem no período de fausto da *Belle Époque* não era um dado ignorado pelo poder público. Como exposto no Relatório do Diretor de Obras Públicas ao Governador do Estado, Dr. Silvério Nery, em 1901:

É preciso fomentar, por meio de prêmios e isenções fiscais prazo que compense o emprego de capitais, as construções mais em voga em outros países – agrupamentos de casas, formando vilas e núcleos de famílias – seria, com efeito, magnífica tentativa para mais depressa se povoar os subúrbios da capital, sem onerar os cofres da municipalidade (DIAS, 2007, p.125).

A situação urgente fica evidente na manifestação do superintendente municipal, o Cel. Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa em 15 de fevereiro de 1905, na leitura do relatório apresentado ao Conselho Municipal de Manaós, cuja fala explicita a situação precária, insalubre e promíscua das habitações do proletariado da cidade, e propõe a construção de uma “Villa Operária” para solucionar o problema. Essas vilas seriam alugadas à classe proletária, onde a “construção e exploração” da “Villa” poderia ser confiada a uma empresa privada e capitalizada, cabendo ao poder público “alguns auxílios”, como o terreno e isenção de impostos. Como segue a transcrição na íntegra de sua fala:

É de conhecimento de vós todos a luta que sustenta o proletariado em Manaus com as habitações para si e suas famílias.

Não é muito grande o salário entre nós e a vida é caríssima, sendo que a renda do mais acanhado cubículo custa 60\$000 e 80\$000 réis por mês, e todos sabemos o que vem a ser de doentio e devassado esses quartos ou cortiços, onde se arruína a saúde e se perde a noção da moral, pela promiscuidade que ali reina.

Os “cortiços” são, por excelência, focos de infecção e origens da devassidão e da imoralidade: - dentro de um quarto com paredes de tabique, que não tem 6 metros de comprimento por 4 de largo e 4 de altura, como podem dormir 4, 6 e 8 pessoas, sem mudarem quase de roupa, ou fazendo-o na mais condenável das intimidades?

Ao mesmo tempo, a carestia das casas não permite ao operário outra habitação além do cortiço, mil vezes condenado, ou então o obriga a procurar casa fora da cidade, nos arredores, onde a febre palustre reina de uma forma sensível, sacrificando assim a saúde e forças o que pensou economizar dinheiro.

Precisamos, pois, pensar a sério no bem-estar das classes pobres e menos remediadas, fazendo por lhes tornar menos custosa a vida.

Entendo que, até certo ponto, resolve o problema a construção, por iniciativa da municipalidade e sua assistência e fiscalização, em um bairro reconhecidamente saudável e por enquanto pouco edificado, de uma “Villa Operária”, ocupando um largo ou uma praça, por exemplo, e construída por muitos grupos de casinhas modestas e simples, mas higiênicas e quanto possível independentes umas das outras.

A construção e exploração da Villa poderia ser confiada a uma Empresa Predial, com capitais suficientes, concedendo-lhe a Intendência alguns auxílios como sejam o terreno de graça por um grande número de anos, dispensa dos impostos, etc., e sujeitando-se a Empresa a organizar os preços dos aluguéis das casas da Villa de acordo com a Superintendência, e ainda concorrendo para os cofres municipais com uma determinada quantia anualmente.

Espero que estudeis o assunto, que é muito importante, e, se assim o entenderdes, me autorizeis a promover a construção da “Villa Operária”, para a qual, com desvanecimento vos comunico desde já, V. Exa. Sr. Dr. Governador do Estado oferece o terreno. (JORNAL DO COMMERCIO, 16/02/1905)

A iniciativa de Adolpho Lisboa deu partida para contratação feita ao engenheiro arquiteto francês Amadêe Victor Derbés em 1906, para a construção da Villa Operária Adolpho Lisboa a ser implantada em terreno cedido pelo governo em uma praça no “plano inclinado” (nota explicativa), que gerou um imbróglgio jurídico em torno de irregularidades no aforamento do terreno e consequente paralisação das obras em 1909. Tratava-se de uma modalidade de casas individuais, com afastamentos laterais e inseridas em lote (diferentes das vilas objeto desse estudo). De acordo com Mario Ypiranga Monteiro (2006), em seu livro *Arquitetura – Tratado sobre a evolução do prédio amazonense*, eram casas construídas em “cantaria de pedrajolo”, lado a lado, “é a Vila Lisboa, no Plano Inclinado, quatro casas na rua 10 de Julho e quatro (não concluídas), para a rua Wilkens de Mattos”. (MONTEIRO 2006, p.84).

Ainda em 1909, depois do fracasso na Vila Lisboa, a superintendência municipal, ao final da administração de Agnello Bittencourt, publicou diversas vezes, uma série de Editais chamando para concorrência pública visando a contratação de vilas operárias em diversos

pontos da cidade. Nesse contexto, para “a construção das chamadas vilas operárias” (DIAS, 2007, p.126), a municipalidade oferecia a vantagem da isenção do Imposto Predial durante o prazo de 15 anos, mas em contrapartida, fazia uma série de exigências que, aos olhos dos investidores, findavam por inviabilizar as propostas. A ideia era que essas vilas fossem construídas em terrenos mais afastados, em áreas menos valorizadas que o centro. No entanto, os investidores teriam que arcar com as despesas de desapropriação dos terrenos necessário, assim como apresentar a submissão da administração a tabela de preços de aluguel. “As casas proletárias seriam alugadas à classe proletária, a funcionários públicos ou a qualquer um que se obrigasse a sua conservação e aluguel” (idem, p.126).

Editais eram publicados nos jornais locais chamando concorrentes para a construção dessas vilas segundo o exemplo a seguir publicado no Jornal do Comércio em 26/12/1999:

De ordem do Sr. Coronel Superintendente municipal e nos termos da lei no. 583 de 27 de novembro do corrente ano, chamo concorrentes por 60 dias, para a construção de vilas operárias em diversos pontos desta cidade, sob as seguintes condições:

1º A municipalidade concede ao contratante isenção de imposto predial durante 15 anos;

2º As vilas serão construídas em localidades escolhidas pelo contratante com aquiescência do superintendente;

3º As despesas com desapropriação dos terrenos necessários para essas construções serão efetuadas por conta do contratante;

4º As vilas serão construídas por grupos de 25 a 80 e de 100 a 300 casas, de acordo com as plantasse orçamentos que forem aprovados pelo superintendente;

5º Os grupos de casas construídas serão designados com nomes de pessoas notáveis do Estado e do País, sendo que o seu número de casas não será inferior a 25;

6º A fiscalização de todas as construções das vilas será exercida por um dos engenheiros do Município, designado pelo superintendente;

7º O prazo para início das obras será de seis meses, contados da data da assinatura do respectivo contrato, e deverão ficar concluídas dentro de dois anos do primeiro grupo, e três anos as do segundo grupo, limite máximo par cada grupo;

8º As casas concluídas serão alugadas à classe proletária, à funcionários públicos ou a qualquer que se obrigue pela sua conservação e aluguel, sob a responsabilidade do contratante e de acordo com a tabela de aluguéis que for aprovada pela superintendência.

9º Se terminado o prazo para conclusão das obras, o contratante não puder satisfazer essa parte do seu contrato, pagará multa correspondente a 10% do capital que teria sido empregado nas obras, cuja importância constará do plano previamente apresentado pela superintendência, devendo essa quantia ser depositada ou caucionada à intendência, como garantia da execução do contrato;

10º As propostas declararão o prazo de vigência do contrato e só será tomada em consideração a que se char acompanhada de plantas, orçamentos e de uma guia que prove ter sido depositada nos cofres da intendência a quantia de 2.000.000 de réis em dinheiro ou título das dívidas do Estado e Município;

11º As propostas serão dirigidas ao superintendente, em carta fechada até 1:00 hora da tarde do dia 10 de fevereiro de 1910.

Secretaria da Superintendência Municipal de Manaus, 13 de dezembro de 1909.
(JORNAL DO COMMERCIO, 26/12/1909)

O resultado dessa contenda foi que os investidores e proprietários continuaram a optar pela construção de vilas no centro. Atendendo as conformidades da aparência externa, mas internamente com péssimas condições de moradia, no que se refere a ventilação e iluminação e equipamento sanitário. Essas habitações eram alugadas aos trabalhadores por 50, 60, 70 mil réis mensais. Muitos dos investidores que exploravam esse tipo de moradia, ganhavam tanto dinheiro a partir dos aluguéis, que passaram a morar em outras capitais do país ou até na Europa; na primeira década de 1900, muitos imóveis localizados em ruas de alto valor lucrativo pertenciam à mesma família.

A partir de 1909, é possível verificar uma intensificação da fiscalização das habitações coletivas a partir de intimações e denúncias publicadas em jornais, tanto nas questões da salubridade e higiene, mas também ocorrências que revelam a desordem e forma promiscuas nas formas de habitar esses espaços, que se instalavam nesses quartos de aluguel, casas de pensão, estâncias, hospedarias, etc.; até mesmo porões de casas particulares foram utilizadas para alugar como moradia. Seguem alguns exemplos de ocorrências publicadas, que revelam certas tensões sociais:

Fatos policiais: Anteontem, as nove horas de noite foi uma parte desta pacífica e ordeira cidade alarmada por uma luta de graves consequências, no qual resultou três feridos, sendo um de morte. O fato passou-se a rua Joaquim Sarmento, esquina com a 24 de maio, sítio onde, desde longo tempo, se tem dado desordens, devido a uns tantos cortiços e espeluncas ali existentes. (JORNAL DO COMMERCIO, 17/06/1909);

Fatos policiais: Foi ontem recolhido ao xadrez da 2ª delegacia por estarem promovendo desordens, os moradores dos cortiços da rua Saldanha marinho, nº 45, de nomes Antônio Gomes, Probatí Francisco e Antônio de Consolo, todos italianos. (JORNAL DO COMMERCIO, 29/03/1909);

Queixas do povo: Moradores de rua dos Remédios e adjacências, pedem, intervenção de autoridade competente sobre uns cortiços ... onde todas as noites se reúnem desocupados par a dança de coco ou maxixe, trazendo em sobressalto as famílias residentes naquele local. (JORNAL DO COMMERCIO, 08/09/1910);

Queixas do povo: Peço a vossa senhoria que pelo vosso conceituado jornal chame a atenção de quem competir para as casas à rua Ramos Ferreira nº 122 e 124 que tem canos de esgoto inteiramente entupidos.... Com os mesmos números existem uns cortiços que por trás das mesmas, onde o lixo está acumulado por baixo do soalho. Agradece – Um constante leitor. (JORNAL DO COMMERCIO, 13/08/1910).

Um importante agravante que acelerou as motivações das autoridades no sentido de acabar com os cortiços foi a propagação da febre amarela e da malária. As inspeções sanitaristas higienizadoras apontavam para essas habitações coletivas como foco principal de propagação das doenças. “Grande parte das notificações de febre amarela tem vindo dos cortiços do centro

da cidade e das habitações nas proximidades desses cortiços ...” (JORNAL DO COMMERCIO 25/12/1910)

Saúde Pública – Expurgos – A 8ª turma começou a fazer o expurgo dos cortiços à rua Quintino Bocaiuva, 22. A 9ª fumigou a casa 52, à rua Henrique Martins. (JORNAL DO COMMERCIO, 15/12/1910).

A secção sanitária de profilaxia recebeu uma notificação de caso confirmado de febre amarela em Braz Antônio Saino, recém-chegado no paquete Rio Grande... outro David Rodrigues da Silva, à rua Municipal, nº 18, nos cortiços bem conhecidos (JORNAL DO COMMERCIO, 04/01/1911).

As turmas sanitárias de profilaxia da febre amarela e impaludismo sanearam os seguintes lugares na cidade: - a 6ª saneou o cortiço nº 120 à rua Henrique Martins e a casa nº 77 à rua 24 de maio; todos os cortiços da rua Mundurucus; todo o Hotel nº 7 na av. Joaquim Nabuco; o porão da casa nº 5 `rua Barroso e os cortiços da rua Demétrio Ribeiro, do Sr. Júlio Carpinteiro. (JORNAL DO COMMERCIO, 06/01/1911).

Na gestão de Adrião Ribeiro Nepomuceno como superintendente municipal, foi promulgado mais um Código de Posturas, por meio da lei no. 639, de 13 de setembro de 1910. Desta feita, é incluída no texto expressamente a proibição dos cortiços no perímetro urbano e define o que é considerado cortiço:

Art. 108 – É expressamente proibida, dentro do perímetro urbano de Manaus, a construção de casebres e dos quartos vulgarmente denominados – Cortiços.

Parágrafo Único – Por cortiço, entende-se uma serie de quartos, geralmente de madeira, dando todos para um pátio ou corredor comum, pelo qual se comunicam com a via pública, sem o conforto e as exigências da boa higiene, servindo de residência a muitos indivíduos e não dispendo de cozinhas, banheiros e sentinas em número correspondente a cada quarto habitado. (SAMPAIO, 2014, p. 178-179)

Em mensagem do Governo à Assembleia em 1911, o governador Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt expressou sobre a determinação da sua gestão no propósito de solucionar os problemas de insalubridade nas habitações:

Este governo, procura por todos os meios, extinguir essas causas determinantes e nesse particular temos a poderosa e eficiente coadjuvação do chefe da Comuna, o Exmo. Sr. Dr. Jorge de Moraes, empenhado na resolução de altos problemas atinentes ao município, e, entre eles, a construção de vilas operárias, eliminando numerosos focos resultantes das habitações insalubres, apelidadas de “cortiços”. (JORNAL DO COMMERCIO, 8/2/1911)

Verifica-se, de fato, que o superintendente e médico sanitário, Dr. Jorge de Moraes, recém assumido na gestão do município, passa a adotar uma atitude mais enérgica, ao exigir obediências às prescrições higiênicas, ao licenciar obras de reforma e adaptação de habitações coletivas e ao ordenar a demolição daquelas que não podiam adaptar-se, ou que os proprietários não cumprissem os prazos para enquadramento legal. Jorge de Moraes faz uma declaração com discurso inflamado sobre como as administrações passadas eram “excessivamente brandas”, e expressa radicalmente sua preocupação e determinação em resolver o “grande mal”, ao classificar as habitações coletivas como “arapucas, as pocilgas, construídas de alvenaria ou

com retalhos de caixas de sabão e querosene, paredes de papel e serapilheiras, tetos de zinco – imundas, sem ar, sem luz, sem janelas, sem banheiros e latrinas” e alugueis caríssimos e injustos cobrados pelos proprietários que moram na Europa, como publicado pela intendência municipal no Jornal do Comércio da época:

Não é novidade para Manáos – o milagre das rendas fartas – permitindo aos proprietários a vida folgada e higiênica nos centros europeus, obtidas com algumas folhas de zinco e retalhos de caixões !!

Lograrei assim aparelhar a administração para uma real arrecadação das rendas e, no eu respeito às habitações coletivas, usarei de recurso indireto para, combatendo o cortiço, operar lenta e gradativamente a sua extinção (JORNAL DO COMMERCIO, 8 /2/1911)

Como se pode verificar posteriormente, as regulamentações que tratam especificamente das Vilas Operárias só entraram nas exigências das posturas municipais em 1920 Lei nº 1059, de 22 de outubro de 1920: Promulga o Código de Posturas do Município de Manaus, na administração de Sergio Rodrigues Pessoa:

Art. 86 – As Vilas Operárias serão construídas em casas isoladas ou grupos de casas e terão todos os compartimentos abertos para o exterior. As casas em grupos deverão receberá e luz pelo menos por duas faces. Cada casa constituirá uma moradia separada e independente, e terá cozinha, sentina, banheiro, água, esgoto e quintal privativos. As casas serão de um só pavimento sobre porão de 1 metro pelo menos. As ruas das Vilas Operárias terão uma largura mínima de seis metros e serão calçadas e iluminadas, sendo separadas dos logradouros públicos por muro com gradil. (SAMPAIO, 2016, p.237).

No entanto, ao conhecermos as vilas de casas construídas no Centro Histórico de Manaus, verificamos que é uma modalidade de habitação que se assemelha às “vilas particulares” rentistas, e muito distantes de corresponder a “vilas operárias”, no sentido de atender às necessidades dos proletários.

Mario Ypiranga Monteiro (2006) nos traz à luz algumas lembranças muito elucidativas sobre o surgimento das Vilas de Manaus, que são muito importantes para delinear o recorte no tempo e a tipologia arquitetônica de habitação que aqui queremos nos aproximar da história:

As famosas Vilas, não as particulares, mas as coletivas, teriam que ser nomeadas aqui à parte, porque não fazem parelha com as estâncias. Geralmente é um arruado de casas de andar, dotadas de maiores cômodos, em uma ou duas fileiras, mas quando são de uma fileira, está normalmente voltada para o nascente, uma requisição da boa política construtiva. Habitadas por gente de capacidade aquisitiva superior, funcionários públicos, professores, empresários, militares, delas não se fala senão em termos agradáveis (MONTEIRO, 2006, p. 87)

Monteiro (2006), em poucas palavras, afirma que a moradia coletiva é uma herança do colonizador, e ao mesmo tempo, nos auxilia a elucidar acerca do sentido das palavras usadas para designar essas habitações: “o colonizador europeu desembarcou na Barra um sistema de moradia coletiva conhecido por vários nomes”, de acordo com a implantação e conforme a

natureza da construção: “estância” (cortiço); “vila” (avenida), “vila” (mansão) e “maromba”, que, segundo o autor, trata-se de um termo tupi que significa casa ou “correr de casas sobre estacas”. (MONTEIRO, 2006, p.83-84). É possível afirmar, a priori, que essas habitações aproximam-se formalmente das chamadas “ilhas de casas”, existentes na cidade do Porto e aos “pátios de casas” em Lisboa.

Em Manaus, usou-se (e usa-se ainda) a expressão “estância” para denominar algumas dessas formas coletivas de habitar. Observando que “que natureza da estância é serem casas sumariamente reduzidas a um quarto somente”, arruados e alinhados em um pátio e sanitários coletivos. “Geralmente formam arruados de casas de dois lados ou um lado só, com uma espécie de pátio central destinados ao serviço geral dos inquilinos”. (MONTEIRO, 2006, p.84).

Havia, nas primeiras décadas do século XX, em Manaus, uma nítida sobreposição de designações para “vila”, “estância” e “cortiços”, muito embora, mais tarde, haja uma tentativa de diferenciá-las. Algumas estancias eram conhecidas pelo nome, como se vilas fossem. Era o caso da “Vila Castanho”, de propriedade de Luís Castanho, com entradas pela rua 10 de julho (Alexandre Amorim) e pelo outro lado do quarteirão, pela rua Monsenhor Coutinho. Segundo Monteiro, tratava-se de uma “estância”, com “arruado de casas de um lado só, com vasto pátio cimentado” onde muitas mulheres lavavam roupas dos patrões e entoavam canções. A estância tornou-se muito conhecida pelo constantes denúncias em jornais, feitas pela vizinhança, de falta de higiene, ofensas, gritarias e brigas entre as lavadeiras. (MONTEIRO, 2006, p.85).

Na maior parte, os exemplos de habitações coletivas em Manaus, no recorte temporal em estudo, eram compostas por pequenas unidades enfileiradas (estalagens), mais conhecidas como “cortiços”, ou por casas maiores subdivididas internamente (casas-de-cômodos). Nessas duas versões, banheiros e serviços eram compartilhados.

Já as “vilas de casas”, objetos deste estudo, representam “um grau acima”, porque são unidades habitacionais que passam não demonizadas pela opinião pública e aceitas como “habitações baratas higiênicas”, bem compartimentadas do ponto de vista funcional, mais cômodos com iluminação natural e ventilação, instalações elétricas, hidráulicas, e banheiro individual, além de construídas com materiais superiores. Seus moradores são funcionários do setor público ou privado.

Faz-se necessário distinguir aqui as Vilas que são objeto desta pesquisa; isso porque, mesmo em Manaus duas tipologias arquitetônicas distintas são chamadas de vilas. As primeiras, e objetos de estudo, são vilas privadas, como a Vila Resende, de propriedade do Dr. Simplício

Resende, no bairro da Aparecida, habitações em grupo geminadas feitas em série, construídas a priori para o aluguel, mas que, com o passar do tempo foram ou não adquiridas por moradores; algumas são ainda das famílias ou de herdeiros dos proprietários originais. O segundo tipo, que não tratamos nesse estudo, tem como exemplo mais conhecido, a Vila Zulmira (conhecido por “Castelinho” da Vila Municipal, hoje bairro Adrianópolis), de propriedade do Cel. Adolpho Lisboa, também residencial, mas de padrão superior e unifamiliar; remetem às vilas italianas, mas não são semelhantes na arquitetura; são casarões dotados de itens de luxo e conforto e eram também muito comuns junto aos palacetes da burguesia do *Belle Époque* manauara.

Dentro do perímetro do Centro Antigo de Manaus e, as vezes no entorno, ainda é possível encontrar significativos exemplares de Vilas de Casas possíveis de identificar morfologicamente, apesar da descaracterização e decadência física. Alguns conjuntos são vilas de casas lado a lado, muitas vezes, até quatro casas, mas todas dispostas com a fachada para rua, ou seja, na face da quadra. As Vilas de Casas de que tratamos na pesquisa são as que, implantadas em um lote longo ocupando o miolo do quarteirão, organizam-se com casa (ou casas) na fachada principal voltada para face da quadra e por meio de uma via privativa perpendicular à rua que dá acesso às casinhas, que são sobrados “gêmeos” construídos lado a lado (casas geminadas), com parede lateral comum e fachadas harmonizadas para essa via; chegam a ter, em certos casos até 20 casas.

O fenômeno das Vilas de Casas em Manaus acontece de maneira semelhante e diferente das Vilas Operárias de outras capitais aqui citadas: Semelhante, naquilo que compreendemos com fato gerador da decisão do edificar essas habitações, o incômodo causado aos grupos dominantes, pela presença de cortiços insalubres, precários e pobres em áreas centrais valorizadas e “bem habitadas”, ao construir e disponibilizar para alugueis, casas em condições de habitabilidade e salubridade, com as inovações técnicas e sanitárias. Diferente, porque não correspondem, em momento algum, às vilas operárias que supostamente serviriam ao proletariado. Localizadas nas áreas centrais e valorizadas da época, e não nas periferias, as vilas foram, na sua maioria, ocupadas por famílias de classe média.

Em Manaus, as vilas acabaram por representar uma maneira marcante na cultura do viver no centro. Essas habitações que hoje estão localizadas e incluídas em perímetros delimitados pelos órgãos que protegem o Patrimônio Histórico edificado, onde muitas delas se encontram esvaziadas, deterioradas e desvalorizadas, enquanto propriedades, pelo mercado imobiliário.

Compreendendo o Centro Histórico de Manaus como sendo um espaço que tem a função de guardião da memória social e coletiva, a apropriação do conhecimento, por meio de levantamentos, identificação e registro de suas características físicas de suas edificações, bem como levantamentos sobre os dados históricos tem sido executada por meio inventários por órgãos públicos desde 1985. Sendo assim, A proteção legal do Centro Histórico como Patrimônio Cultural está fundamentada nas três esferas do poder público:

- Lei Orgânica do Município de Manaus (art.342), de 1990 que delimita e tomba a área denominada Centro Antigo abrangendo o segmento denominado Sítio Histórico (art.235, §2);
- O Decreto municipal nº 7176 de 2004, estabelece o Setor Especial das Unidades de Interesse Patrimonial - SEIUIP, que classifica e lista as edificações que devem conservar suas características originais, quanto às fachadas, à volumetria e taxa de ocupação do solo;
- Plano Diretor e Ambiental do Município de Manaus, Lei Complementar no.002 de 16/01/2014.
- Lei Estadual no. 1582 de 26/05/1982, que dispõe sobre o patrimônio histórico e artístico do Estado do Amazonas e os respectivos decretos pelos quais foram tombados 30 imóveis.
- Decreto-Lei nº 25 de 1937, a proteção Federal do patrimônio, na cidade de Manaus, no âmbito da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, estava restrita a quatro certidões de tombamento do IPHAN, sendo o Teatro Amazonas, o Mercado Municipal Adolpho Lisboa, o Reservatório do Mocó (localizado fora do perímetro do centro histórico) e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus;
- Tombamento Federal em 22/11/2010, conforme notificação a respeito do Tombamento do Centro Histórico de Manaus promovido através do Processo n.º 1.614-T-10 (Processo n.º 01450.012718/2010-93).

Somente em 2004, a partir da publicação do decreto municipal nº7176 de 10 de fevereiro de 2004, foi criado o Setor Especial das Unidades de Conservação no Centro Antigo de Manaus, comprometendo enfim a administração pública em promover e incentivar a preservação, recuperação e revitalização das edificações de relevante interesse, como forma de proteção do patrimônio histórico, artística e turístico da cidade de Manaus. Essas unidades de interesse de preservação foram cadastradas e classificadas como sendo de 1º e 2º Grau, Orla Portuária e

Praças Históricas. Essa listagem contém cerca de 1666 imóveis e 10 praças, onde se pode observar pela primeira vez a inclusão de cerca de 10 “vilas de casas”, um número inexpressivo e equivocado, como está demonstrado no capítulo 2, que apresenta um levantamento que identifica um número bem superior de vilas localizadas no centro histórico; seja na interpretação dos critérios que determinam o interesse da preservação, seja no reconhecimento do caráter simbólico dessa tipologia de habitação. Todavia, neste momento se apresenta como um ponto de partida referencial para construção de um panorama geral. São listadas como patrimônio a proteger, na legislação municipal, as seguintes Vilas de Casas:

Tabela 1: Vilas localizadas no Centro Antigo tombadas pela legislação municipal.

Denominação	Endereço	Unidades	Uso Atual
Vila Nair	Av. Joaquim Nabuco nº 1771	Alterado	Serviços de Saúde - Samel
Vila Georgette	Rua Lauro Cavalcante nº 73	20	Residencial
Vila Ninita	Av. Sete de Setembro ao lado Palácio Rio Negro	Alterado	Secretária de Cultura do Amazonas -SEC
Vila Rezende	Rua. Alexandre Amorim nº 193	16 casas	Residencial
Vila Lucy	Rua. Igarapé de Manaus nº 151	5 casas	Residencial
Vila Ercília	Av. Joaquim Nabuco nº 991	10 casas	Residencial
Vila Augusta	Beco José Casemiro nº 12	8 casas	Residencial
Vila Baima	Av. Sete de setembro nº 1419	8 casas	Residencial
Vila Portela	Rua Visconde de Porto Alegre nº 85	Alterado	Residencial
Vila Arminda	Rua Visconde de Porto Alegre nº 684	Alterado	Residencial

Fonte: Anexos I e II do Decreto nº7176 de 10 de fevereiro de 2004 – Prefeitura Municipal de Manaus.

É preciso esclarecer que foi verificado que uma dessas vilas incluídas nessa listagem, trata-se, na verdade, de outro tipo de vila (casarões), como é o caso da Vila Nair, onde hoje funciona o Hospital Samel, que incorporou um segmento de prédios históricos na Av. Joaquim Nabuco, e embora partes das fachadas sejam identificáveis, as alterações não revelam fragmentos da formação de “vilas de casas”. Além disso, de acordo com Mario Ypiranga Monteiro:

A Vila Nair (antes Vila Fanny) na avenida Joaquim Nabuco, construção alta, com gradis e portão inglês, escadaria de mármore (não de calcário de Lisboa), porão habitável, sobrado recuado, plantada em terreno sólido em amplo, voltado para o nascente. Pertenceu a uma dama de alto coturno, Fanny Becker, que presumo ainda vivesse na década de trinta, quando recebia para carteados, principalmente a jovens. (MONTEIRO,2006, p.88).

As vilas residenciais do centro antigo não são um capítulo encerrado no passado da formação da cidade. Permanecem na paisagem, marcam que o espaço da moradia tem um papel fundamental na compreensão das dinâmicas que organizam e reajustam, ao longo do tempo, os meios de produção, as relações sociais e os modos de viver.

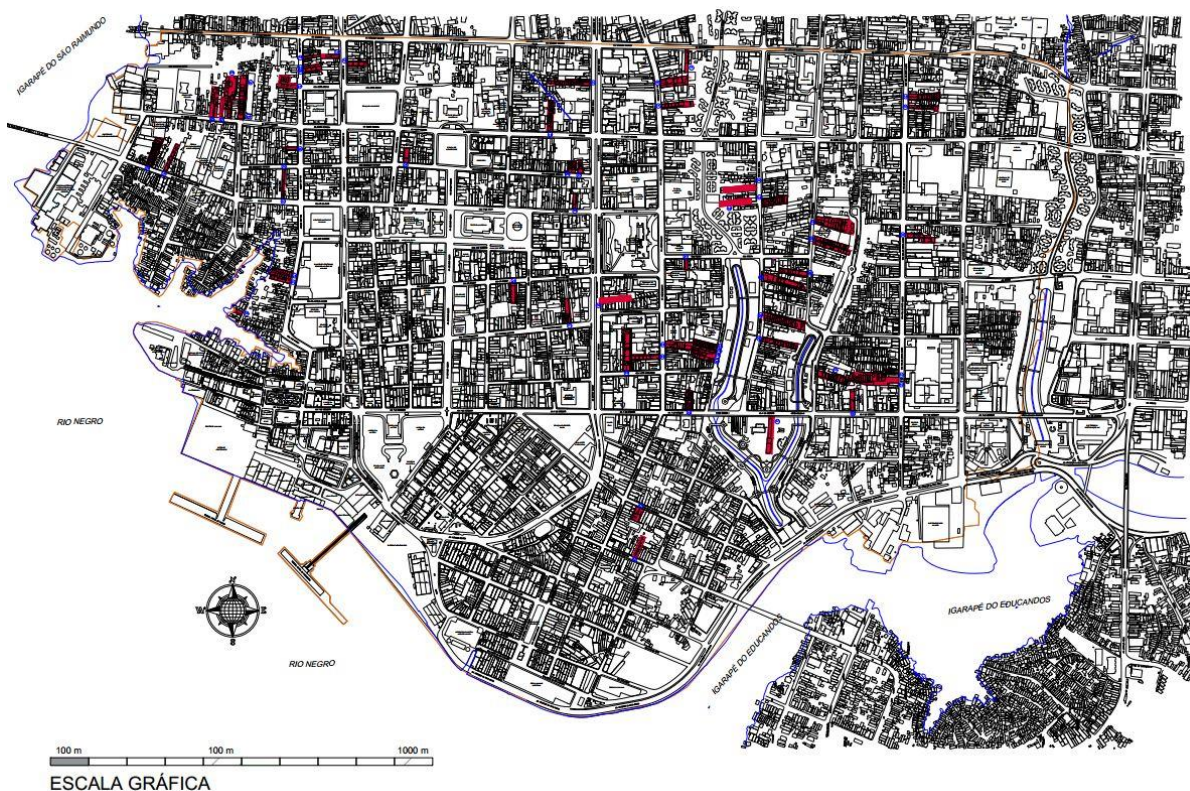


Figura 12: Mapa do Centro Antigo de Manaus – recorte territorial correspondente à poligonal definida pela LOMAN – Lei Orgânica do Município de Manaus. Mapa em escala maior no anexo deste volume. Fonte: Mapa cadastral do IMPLURB (2010), editado pela autora.

Ao fazer percursos a pé pelas ruas do centro histórico, foi possível identificar e mapear cerca de 58 vilas de casas (Fig.12), isto é, conjuntos de casas construídas lado a lado no interior de um terreno e com acesso por uma via interna privada para qual as casas estão voltadas. Este número foi obtido ao considerar todas as vilas, a despeito do recorte temporal delimitado na pesquisa. Foi considerada a descrição mais usual de vila, porém existem variações estruturais na formação e consolidação.

Cabe ressaltar o que essas vilas de casas possuem em comum: eram praticamente todas moradias de aluguel no momento de sua concepção. A forma dominante de morar da população (incluindo a classe média) era em casas alugadas. Isso era uma situação comum e normal, tendo em vista que, àquele tempo, não existiam formas de financiamento à habitação.



Rua Isabel - Vista
da 2ª ponte
Ilacina Ancha
8/7/1979

Capítulo 2

VILAS DE MANAUS: O ESPAÇO CONSTRUÍDO (1900 – 1950)

2.1 Aproximações sobre a produção do espaço urbano

No primeiro capítulo, foi feita uma abordagem acerca do surgimento e formação da cidade de Manaus naquele contexto histórico, das problemáticas que envolviam as questões do morar na cidade nos aspectos físico-espaciais e econômico-sociais que propiciaram o fenômeno das vilas de casas. No entanto, faz-se imprescindível refletir sobre como se dá a produção do espaço, dentro da perspectiva e consonância do planejamento e controle da ocupação do território. É preciso sublinhar que naquele momento, no início do século XX, já eram tratadas, com bastante urgência, as questões do urbanismo.

As disciplinas espaciais¹⁰ utilizam-se do método de aproximações sucessivas, que se inicia por uma visualização mais distante e generalizada e se aproxima, por etapas, até os diversos pormenores e detalhes, e vice-versa. Na perspectiva mais imediata de sua materialidade, as cidades se apresentam, na realidade brasileira, como grandes massas volumétricas historicamente construídas. Isso exige um aprofundamento na compreensão de cidade como espaço produzido e inacabado, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido.

A natureza simultaneamente física e social do espaço arquitetônico urbano revela a cidade enquanto produto, isto é, porção territorial fisicamente alterada, onde se desenvolvem práticas sociais diversas e complexas. Nas palavras de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço urbano, tomando o termo “produção” num sentido amplo, compreendendo produção de obras e produção de relações sociais:

¹⁰ Esclarecendo aqui, o protagonismo do “espaço”, enquanto objeto de estudo para a Arquitetura e Urbanismo. Bruno Zevi, em “Saber ver a Arquitetura”, apresenta um reflexão sobre como o espaço é o caráter essencial da arquitetura – o que a distingue de outras atividades artísticas – isso se explica pelo fato de agir com um vocabulário tridimensional que inclui o homem. A pintura atua sobre duas dimensões, mesmo quando sugere três ou quatro. A escultura atua sobre três dimensões, mas homem fica do lado de fora. Já a arquitetura, é como uma grande escultura em cujo interior o homem penetra e caminha. Assim, consecutivamente, a experiência espacial prolonga-se dos espaços interiores para os exteriores (ou urbanísticos), da casa para as ruas, quarteirões, praças, parques, edifícios, estádios e arranha-céus. O desenho, a planta, nada mais é do que representação do espaço tridimensional, em projeção abstrata no plano horizontal (o papel), a partir de relações de proporção das dimensões do objeto real para o representado definidas pela escala. (ZEVI,2009, p.17-18; idem, p.30).

A cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações da cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”. (LEFEBVRE, 2016, p.52)

As diversas narrativas sobre a produção do espaço urbano manauara na primeira metade do século XX, são unânimes na observação de dois momentos distintos: o primeiro, entre 1900 e 1920, período que perpassa o apogeu e declínio da riqueza produzida pela economia da extração do látex; o segundo entre 1920 e 1967, considerado pela maioria dos estudos, o tempo da cidade em crise, que se arrasta até a criação da Zona Franca de Manaus.

Nessa perspectiva, tudo em Manaus entre 1890 e 1920, aconteceu à sombra do desenvolvimento comercial de exportação da borracha e dos produtos florestais da Amazônia. Na leitura feita sobre a cidade em 1953, Aziz Ab’Sáber, que observou as transformações radicais na “fisionomia urbana”, discorre sobre o processo de imigração e crescimento da cidade:

Somente por volta da proclamação da República é que Manaus atingiu 10.000 habitantes; note-se que por essa época, Belém já possuía aproximadamente 60.000 almas, constituindo uma das grandes cidades brasileiras do tempo. Mais do que transformações políticas e sociais dos fins do século XIX, no Brasil, foi a transformação econômica ligada ao advento do ciclo da borracha que veio beneficiar Manaus, tanto no seu desenvolvimento demográfico quanto urbanístico. De 1889 para 1920, sua população saltou de 10.000 para 75.000 habitantes; crescimento invejável para uma cidade distante e pouco desenvolvida Amazônia Central (AB’SÁBER, 1953, p.29)

Ainda a exposição de Ab’Sáber sobre a paisagem urbana, descreve um aspecto muito singular”, onde ressalta a herança arquitetônica pouco alterada, testemunha dos anos de transformação intensa nos primeiros anos daquele século. “É de se notar que não variou muito a paisagem da porção central de Manaus, desde o começo do século até os nossos dias”, e completa na observação feita a partir de uma descrição de 1908, onde acrescenta: “Paul Walle, que visitou a cidade em 1908, encontrou-a, aparentemente, muito parecida com aquela que visitamos em 1953”. Sobre a população e o incremento demográfico, pode-se verificar uma comparação entre Manaus e outras capitais de estados brasileiros no mesmo período:

Tabela 02: População das cidades de Manaus em comparação a outras capitais brasileiras entre 1872 e 1960

Cidade / Ano	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960
Manaus	29.334	38.720	50.300	75.704	106.399	139.620	175.343
Belém	61.997	50.064	96.560	236.402	206.331	254.949	402.170
Fortaleza	42.458	40.902	48.369	78.536	180.185	270.169	514.818
Rio de Janeiro	274.972	522.651	811.443	1.157.873	1.764.141	2.377.451	3.307.163
São Paulo	31.385	64.934	239.820	579.033	1.326.261	2.198.096	3.825.351

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872-2010. Disponível em: <https://ibge.gov.br/> Acessado em 28/05/2019

É possível verificar na Tabela 02, em dados gerais, o quanto foi significativo o crescimento populacional urbano no período entre 1890 a 1920, auge da economia gomífera na Amazônia e momento em que apresenta um incremento populacional expressivo. Nos trinta anos de crescimento acelerado, entre 1890 a 1920, a cidade viveu dias de grande movimentação e tinha ambições de tornar-se uma metrópole moderna. Nos anos que seguem, a população da cidade continua a crescer, porém, em ritmo mais lento. No cômputo geral, observa-se que o crescimento populacional de Manaus é bastante diferente de outras capitais brasileiras (aqui exemplificadas) na primeira metade do século XX.

Tabela 03: Relação entre a população da capital Manaus em comparação ao Estado do Amazonas 1872 e 1960

ANOS	AMAZONAS	MANAUS	Manaus/AM %
1872	57.610	29.334	50,9
1890	147.915	38.720	26,2
1900	249.756	50.300	20,1
1920	363.166	75.704	20,8
1940	438.008	106.399	24,3
1950	514.099	139.620	27,2
1960	708.459	173.703	24,5
1970	955.235	311.622	32,6
1980	1.430.314	634.756	44,4
1990	2.103.243	1.011.501	48,1
2000	2.840.889	1.403.796	49,4
2010	3.483.985	1.802.014	51,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872-2010. Disponível em: <https://ibge.gov.br/> Acessado em 28/05/2019

A instabilidade dos preços e perda de competitividade do principal produto de exportação, a borracha, acarretou consequências graves para uma economia que não tinha alternativa ou diversificação nos produtos exportáveis. É possível afirmar, portanto, que diferentes fluxos migratórios convergem em direção a Manaus, em dois momentos distintos: o primeiro, de 1890 a 1920, impulsionado pelo “fausto”¹¹, quando “o afluxo de pessoas foi notável, assinalando um forte crescimento das migrações, especialmente cearenses e maranhenses” (DAOU, 2014, p.102), e embora parte desses trabalhadores tivessem como destino os seringais no interior, outra parte fixava-se na capital, cujo dinamismo da vida urbana expressava uma agitação ligada à circulação de passageiros, mercadorias e o comércio exportador. Note-se que a capital concentrava 50% da população do estado em 1872, tendência que se altera no período do auge da exploração da borracha, de modo que chega em torno de 20% entre 1900 a 1920 (Tabela 3). Isso demonstra, de certa maneira, o modo como se manteve o crescimento da população da capital em relação à do interior do estado. “A grande maioria da população aportava em Manaus, permanecia por um breve intervalo, até que fosse arrematada para os trabalhos no seringal.” (DAOU, 2014, p.102).

Num segundo momento, de 1920 a 1950, quando a crise econômica se instalou e suas consequências se agravaram, o cenário da cidade tornou-se desolador. Muitos comerciantes fecharam as portas, desfizeram-se de suas propriedades e retornaram às suas origens. Ao mesmo tempo, parte dos trabalhadores dos seringais e famílias de seringalistas empobrecidos, aos poucos, começaram a migrar para Manaus, como retrata Arthur Reis (apud OLIVEIRA, 2003, p.46):

A decadência atingiu toda estrutura econômica e social da Amazônia, em especial do Amazonas e Pará e, principalmente, Manaus. A diminuição do preço e da produção determinou o abandono dos seringais e a migração da população envolvida no processo produtivo, sem condições de retornar a seu local de origem, permaneceu em Manaus (REIS, 1997, p.130 apud OLIVEIRA, 2003, p.46)

É nesse segundo momento, que surge a “cidade flutuante” (1920-1967), na parte ao sul da orla ribeirinha (margem fluvial) que compreendia a parte alagável em frente à escadaria dos Remédios. Configurava-se um fenômeno urbano e cultural ligado à própria dinâmica da cidade com implicações sociais contraditórias: os populares instalavam suas moradias, uma prática de morar muito comum e em áreas rurais e vilas ribeirinhas, que é a habitação flutuante, sobre troncos – ancoradas umas às outras e ligadas por passarelas flutuantes, que cresceu ao longo

¹¹ Referência a expressão usada por Edinea Mascarenhas. A Ilusão do Fausto – Manaus 1890 -1920. Editora Valer. 2007.

dos anos, e passou a incomodar quando sua visibilidade, pela própria morfologia, contrastou com a imagem de cidade ideal – dentro dos padrões do planejamento urbano desejado.

Essas pessoas encontraram, em frente a cidade, um meio de habitar a cidade sem ocupar a “cidade legal”, que acontece sobre o solo, é mapeada, cadastrada e paga impostos. Foi “uma alternativa mais barata de moradia para aqueles que não tinham condições de habitar em terra”, pois a água não constituiria propriedade privada. (OLIVEIRA, 2003, p.81). De acordo com Leno Barata Souza, a ocupação chegou a ter “cerca de 2 mil casas com seus 12 mil habitantes” (SOUZA, 2010 p.119). Na gestão da saúde pública estava incutida uma lógica higienista dirigida aos espaços urbanos, na qual a cidade flutuante foi objeto de interesse e ação pública, conforme Vlândia Heimbecker, “A remoção desses habitantes consistiu em uma medida saneadora de monta que desconsiderou a trajetória pregressa de homens e mulheres, ao deslocá-los de seu lugar de moradia” (HEIMBECKER, 2015, p.290). Compreendida pelo poder público “como uma problemática social, sanitária e urbana e, por isso, a resolução do problema foi a sua completa destruição” (SOUZA, 2010 p.17).

Ainda que prevaleça nos discursos uma certa homogeneidade sobre o período de estagnação entre 1920 e 1967, alguns autores chegam a discordar. No entanto, a cidade estava relativamente estruturada e aparelhada em termos de conjunto das funções urbanas. “Apesar da crise, a cidade continuou a existir”, como observa José Aldemir de Oliveira (2003, p.19). Pode-se comparar, no período posterior a 1920, que Manaus continua a crescer, mesmo em ritmo lento, porém contínuo até meados de 1950, quando novos investimentos impulsionam a economia para outros segmentos e novas indústrias começam a surgir nas áreas de expansão da cidade.

Dentro da perspectiva que aborda grande parte da arquitetura brasileira, é essencial que se faça uma análise que relaciona a arquitetura com um quadro mais amplo, especialmente com as estruturas urbanas e com as condições de evolução social e cultural. A interpretação da arquitetura e urbanismo brasileiros não pode ser encarada como uma simples transposição europeia. Para identificá-la e reconhecê-la, faz-se necessário conhecer as condições em que foi produzida.

As narrativas que descrevem como se processou o desenvolvimento do tecido urbano de Manaus, como as de Mesquita e Daou, sempre enfatizam a influência do desenho europeu, desenhado em malha de ruas em traçado ortogonal, como “quadrículas” ou em “tabuleiro de xadrez” e inspiradas na Paris do prefeito parisiense Georges-Eugène Haussmann, com espacialidades racionalmente definidas, que partem de feixes de praças, criam raios e

cruzamentos que geram perspectivas cenográficas e ao mesmo tempo, de maneira a corresponder às funções sociais da cidade civilizada.

Para Garcia Lamas, “As sucessivas intervenções de Haussmann vão construir uma obra-prima da arte urbana: a imagem fundamental que ainda hoje existe em Paris e que será exportada para outras cidades francesas e europeias”. (LAMAS, 2004, p. 212). Porém, para identificarmos elementos morfológicos da produção do espaço, é pressuposto conhecer quais as partes da forma e como se estruturam nas diferentes escalas. Os elementos utilizados são:

- Os eixos organizadores traçados por avenidas – *o boulevard* – que une pontos da cidade;
- A praça como lugar de confluência de vias;
- Rotatórias (rotundas giratórias) que articulam os cruzamentos de várias vias e circulações;
- O quarteirão, que é determinado como produto “residual” de vários traçados, e não como módulo da composição urbana, pode ter várias formas: poligonal, retangular triangular ou vai adaptar-se ao bloco.

A estrutura interna do quarteirão corresponde a uma lógica de reparcelamento cadastral, que segue do mesmo, onde todo “lote”¹² é definido por perpendiculares à rua e a linha divisória destes. (LAMAS, 2004, p. 212-214)

Garcia Lamas, afirma ainda, que “a forma urbana não poderá ser desligada do seu suporte geográfico” (LAMAS, 2004, p.63). Um dos aspectos importantes para entender a cidade, em cada época, é observar como a arquitetura é produzida dentro da estrutura urbana em que se instala – o lote urbano. Reis Filho, em “Quadro da Arquitetura no Brasil”, enfatiza que “um traço característico da arquitetura urbana é a relação que a prende ao tipo de lote em que está implantada” e deste em relação à quadra. Isso não significa, que o lote, em seu tamanho e topografia, determina o tipo de arquitetura que será implantada. Deve-se notar que “a arquitetura é mais facilmente adaptável às transformações no plano econômico-social do que o

¹² Lote ou lote urbano - Unidade básica do cadastro imobiliário, resultante do parcelamento de um terreno situado em zona urbana ou de expansão urbana. O lote urbano pode ser edificado ou não, e as vezes pode constituir até um terreno baldio; em relação ao logradouro, há lote de esquina, lote interno, lote interno, lote encravado e lote de fundo. Um lote urbano possui confrontações com logradouro público e se denominam testadas ou frentes; com lotes contíguos, que constituem seus lados; e com lotes contíguos que não tem testadas voltadas para o mesmo logradouro público, que se denominam fundos (geralmente, opostos à sua frente). A frente ou testada de um lote chama-se também alinhamento. FERRARI, Celson. Dicionário de Urbanismo. São Paulo. Disal, 2004 (p.220)

lote urbano, pois as modificações deste exigem, quase sempre, a alteração da própria configuração do traçado urbano”. (REIS FILHO, 1987, p.16)

Ao longo da história, a arquitetura na cidade é produzida e utilizada de modos diversos. Dessa forma, a estrutura da cidade e sua produção material não está dissociada das práticas e conflitos sociais entre os vários atores e produtores do espaço urbano. Nessa perspectiva, faz-se claro que a espacialidade da cidade explicita contradições e acontece em meio a conflitos e disputas por espaços para viver, mas onde prevalecem os interesses daqueles que exercem influência e domínio nas relações de poder, acarretando espaços que evidenciam uma sociedade desigual. Isso se confirma em observações apresentadas por Oliveira, quando afirma que a adoção de um urbanismo que foi esquadrihando (aos moldes de Haussmann), a partir de intervenções no território natural e produzindo espaços fragmentados “ocupando-o aos pedaços para fazer frente às necessidades impostas para inserção de Manaus e da Amazônia na escala do mundo”. Dessa forma, “o papel do Estado na produção do espaço urbano não ocorreu apenas enquanto mediador, mas capturador e instrumento de reprodução social diferenciada”, sendo o planejador, financiador e construtor de pontes, rede de esgoto, energia elétrica, trilhos de bondes, porto e edifícios públicos suntuosos. (OLIVEIRA, 2003, p.75).



Figura 13: Planta de Manáos e arrabaldes (1906)
Fonte: Acervo IPHAN-AM

É possível distinguir claramente na imagem (fig.13) a compartimentação e distribuição do tecido urbano que acontece em parcelas de solo e platôs entrecortados pelos Igarapés do São Raimundo (Cachoeira Grande), de Manaus, do Mestre Chico e do Educandos (Cachoeirinha), como na descrição feita por Aziz Ab'Sáber, sobre a estrutura urbana de Manaus como uma “porção ribeirinha de um sistema de colinas tubuliformes, pertencentes a uma vasta seção de um tabuleiro de sedimentos terciários situado na confluência do Rio Negro com o Rio Solimões”. O autor ainda discorre sobre a amplitude altimétrica, “baixo planalto, colocado de 20 a 30 metros acima do nível médio do Rio Negro”, descrevendo a fachada ribeirinha como “marcada pelo alinhamento de falésias fluviais de 20 a 50 metros de altura” que rompem bruscamente em relação às praias arenosas ribeirinhas e alagáveis. O autor destaca uma certa “compartimentação dos diversos blocos urbanos” separados pelos igarapés e ligados por pontes que acontecem entre estes. Sendo que o igarapé típico “é um baixo vale afogado pela sucessão habitual das cheias”, concebendo verdadeiras “rias” (rua + via), como observado por Pierre Gourou (apud Pierre Gourou, 1949 p.391-395) e fazendo uma alusão à costumeira utilização dos igarapés como solução de via de transporte. (AB’SÁBER, 1953, p.20).

Em 1951, foi elaborado um zoneamento da cidade, para fins administrativos e regulamentado pela Lei Municipal no. 367 de 28 de julho de 1951, que dividiu o município em quatro zonas, com as denominações de Zona Central, Zona Urbana, Zona Suburbana e Zona Rural, as três primeiras compreendidas nos limites da cidade e os seus limites são os seguintes:

ZONA CENTRAL – Ao Norte, a Rua Comendador Alexandre Amorim e a rua 10 de Julho, partindo do igarapé da Cachoeira Grande até a avenida Joaquim Nabuco e prosseguindo até a avenida Ipixuna no seu encontro com o igarapé de Manaus; ao Sul, a margem esquerda do Rio Negro, partindo da foz do igarapé da Cachoeira Grande até a foz do igarapé de Manaus; a Leste, a avenida Joaquim Nabuco, do seu encontro com a rua 10 de Julho até a avenida Ipixuna e o igarapé de Manaus, desde o seu encontro com a avenida Ipixuna até a sua foz; a Oeste, o igarapé da Cachoeira Grande, partindo da rua Comendador Alexandre Amorim até sua foz.

ZONA URBANA – Ao Norte, a avenida Barcelos, partindo da avenida Constantino Nery até o seu encontro com a rua Major Gabriel, a rua Ramos Ferreira, partindo do seu encontro com a rua Major Gabriel até o igarapé do Mestre Chico e rua Leonardo Malquer, partindo do igarapé da Cachoeira Grande até a avenida Constantino Nery; ao Sul, a rua Comendador Alexandre Amorim e rua 10 de Julho, partindo do igarapé da Cachoeira Grande até a avenida Joaquim Nabuco e a avenida Ipixuna, partindo do seu encontro com a avenida Joaquim Nabuco até o igarapé de Manaus e a margem esquerda do Rio Negro, desde a foz do igarapé de Manaus, até a foz do igarapé do Mestre Chico; a Leste, a rua Major Gabriel, partindo da avenida Barcelos até seu encontro com a rua Ramos Ferreira e o igarapé do Mestre Chico, desde a rua Ramos Ferreira até a sua foz; Oeste, a avenida Constantino Nery, partindo da avenida Barcelos até a rua Leonardo Malcher e o igarapé da Cachoeira Grande, partindo da rua Leonardo Malcher até a rua Comendador Alexandre Amorim.

ZONA SUBURBANA – Ao Norte, partindo do limite norte do bairro de São Geraldo, seguindo pela margem do igarapé da Cachoeira Grande até a ponte do igarapé do Mindú, continuando daí por uma linha de 3.000 (três mil) metros de extensão até a Estrada do Aleixo, no local onde a mesma se limita com terras de Herdeiros de Manoel de Matos; ao Sul, a rua Leonardo Malcher, partindo do igarapé da Cachoeira Grande até a avenida Constantino Neri, avenida Barcelos, partindo da avenida Constantino Neri até a rua Major Gabriel, rua Ramos Ferreira partindo do seu encontro com a rua Major Gabriel até o igarapé do Mestre Chico; a Leste, partindo da Estrada do Aleixo, no ponto em que se limita com terras de Herdeiros de Manoel de Matos, seguindo por uma linha de 3.000 (três mil) metros de extensão, até a rua Codajás (margem direita do igarapé da Cachoeirinha), prosseguindo pela mesma margem até a foz do igarapé do Mestre Chico; a Oeste, o igarapé da Cachoeira Grande, partindo do limite norte do bairro de São Geraldo até o Boulevard Amazonas, avenida Constantino Neri, partindo do Boulevard Amazonas até a avenida Barcelos, a rua Major Gabriel, partindo do seu encontro com a avenida Barcelos, até a rua Ramos Ferreira e o igarapé do Mestre Chico desde a rua Ramos Ferreira até a sua foz.

ZONA RURAL – São os seus limites compreendidos pelo restante do território do Município.



Figura 14: Mapa de Zoneamento de Manaus de acordo com a lei Municipal 367 de 28 de julho de 1951. Fonte: Extraído do livro Manaus de 1920-1967 de José Aldemir de Oliveira (2003, p.94)

2.2 Conhecendo as vilas de casas no centro histórico de Manaus

A aproximação, dentro destes limites da concepção urbana desse período (1900-1950), permite recortes, por meio dos quais é possível identificar morfologicamente, no interior desses ou quarteirões, suas subdivisões em lotes. A maioria deles, onde estão situadas as vilas, são grandes e se alongam no interior do quarteirão, com esses conjuntos de casas agrupadas e construídas lado a lado no interior desse mesmo terreno. Entretanto, essa descrição, presumível por mapas cadastrais ou imagens de satélite, somente se confirma ao percorrer o centro antigo da cidade de Manaus e seus antigos bairros como Aparecida, Bairro do Céu, Praça 14 e Centro.

Tendo como premissa a necessidade de investigar e identificar morfologicamente a inserção dessas vilas em um tecido urbano extremamente denso e alterado, decidiu-se pela utilização parcial de um dos métodos do manual de aplicação do Inventário de Configuração de Espaços Urbanos – INCEU/IPHAN, através da análise nos níveis da percepção visual do espaço urbano. Foi a partir de investigações em percursos feitos a pé, por meio de conversas com moradores, passantes e imagens *in loco*, algumas feitas com uso de *drone* (VANT – veículo aéreo não tripulado), que se pode investigar a existência de vilas (e algumas estâncias) remanescentes desse período e de outros, pouco reconhecíveis no tempo - devido à descaracterização causada pelas alterações nas fachadas, barreiras visuais de toda ordem, bem como sobreposições de construções sobre as antigas, reposição de telhados e revestimentos com materiais modernos e muitas vezes adições ao volume original das casas.

Foram identificadas, 58 vilas existentes (inventário com listagem geral e mapeamento em anexo), algumas com características morfológicas evidentes de época ou periodicidade, seja pela marcação da data na fachada, seja pela presença de fragmentos de ornatos e resquícios de estilo arquitetônico, seja pela detecção de materiais específicos empregados na construção; porém, dentro desse universo, também foram consideradas algumas que foram remodeladas para outro uso, mas possuem características formais de vila e, o que foi mais difícil, algumas autodenominadas vilas (pelos moradores ou por meio de sinalização legível), que configuram o mesmo tipo de espaço produzido, sem características homogêneas no conjunto, porém, guardam na espacialidade os mesmos tipos de relações de sociabilidades e vizinhança. Singularidades socioculturais, históricas e da paisagem urbana sinalizaram como moldura conceitual capaz de explicitar os atributos que caracterizam as vilas.

No interior desses quarteirões, as vilas de casas que ainda permanecem no interior das quadras e lotes do centro antigo de Manaus constituem um aspecto singular na conformação de um processo mais amplo que é a construção de habitações. As vilas sofreram uma série de

transformações acompanhando a dinâmica da própria cidade em processo ou ainda mudanças conjunturais que acabaram por acarretar venda para outros proprietários e imbrólios jurídicos envolvendo disputas familiares pela propriedade de acervos hereditários.

Algumas vilas, que ficavam mais afastadas da área central da cidade, tornaram-se mais próximas na medida em que os terrenos vazios em área urbana iam sendo ocupados, dentro dessa estrutura pré-existente, onde essa infraestrutura viária e demarcação de quarteirões foi implantada. Notam-se, inclusive, algumas vilas implantadas em terrenos que acontecem em declive dentro das quadras, verdadeiros buracos, entre uma rua e avenida que foi, certamente, produto de aterro nas “obras de embelezamento”, como é o caso da avenida Getúlio Vargas (antiga Avenida 13 de Maio). Esses terrenos, certamente eram menos valorizados, isso porque eram terrenos menos procurados pelo comércio, cuja busca era preferencialmente por terrenos onde a fachada tivesse uma boa visibilidade para quem olha da rua; o que se tornava atrativo para o investidor que iria construir para alugar, pois a implantação de casas em série em terreno acidentado poderia perfeitamente ser feita de maneira gradativa e escalonada, adaptando-se ao terreno.

Foi possível, também, descobrir lugares onde já existiram vilas - são as “vilas desaparecidas”, porém não são mais identificáveis ou reconhecidas, tanto morfologicamente, como pelo uso alterado, descaracterização, ou até mesmo pelo esquecimento dos vizinhos e moradores sobre o passado do lugar que habitam. Uma delas, que cabe registrar aqui, porque, de acordo com Mario Ypiranga Monteiro, é a mais antiga de todas (1865), era a Vila Pedrosa, construída por um português chamado José Pedrosa, localizada na avenida Joaquim Nabuco, com saída para avenida Getúlio Vargas (hoje chama-se travessa Rotary e tem a função de uma rua local comum, porém, mais estreita e foi incorporada ao sistema viário). Monteiro descreve a vila como “um arruado de casas iguais, direito e esquerdo, uma porta e uma janela, sem andar superior e sem porão”. A confirmação da localização foi possível, ao encontrar nos jornais, diversas ocorrências e anúncios, cujo conteúdo esclarece: “Precisa-se de uma empregada de preferência senhora idosa e de responsabilidade. Podendo dormir ou não no emprego. Tratar na rua Rotari, 88 (Antiga Vila Pedrosa).” (JORNAL DO COMÉRCIO, 27/12/1963)

A Vila Georgette (Figura 16) já existia em 1905, sendo o exemplar mais conhecido dentre as vilas do centro histórico de Manaus. Mario Ypiranga Monteiro afirma que “é uma das mais velhas vilas que se tem notícia em Manaus” (MONTEIRO, 2006, p.87). Localizada na

Rua Lauro Cavalcante, no. 73 (C5-42)¹³, foi construída com fins rentistas pelo comerciante português Isaias Bento Luiz, que foi fundador da loja Central de Ferragens e teve como último herdeiro Isaias Soares Bento. Encontrou-se um registro da existência da vila em 1905 cujo conteúdo revela os frequentes problemas em relação ao depósito de lixo em lugares inadequados.

Encontrou-se um registro publicado na coluna Queixas do Povo, no Jornal do Comércio em 07/09/1905, que comprova que a vila já exista em 1905, cujo conteúdo revela os frequentes problemas em relação à inadequação do depósito de lixo:

Os moradores da avenida e Silvério Nery, cujas casas têm fundos para Villa Georgette, reclamam providencias contra o lixo que é depositado naquelas imediações, que além de ser um atentado à higiene, é motivo de constante mal estar para as narinas dos mesmos. (JORNAL DO COMMERCIO, 07/09/1905)

A implantação da vila acontece de modo muito peculiar e racionalmente organizado: O terreno mede 22m x 110m e está localizado na rua Lauro Cavalcante (rua Henrique Martins em 1900). São quatro casas maiores na fachada em gosto eclético simples e sóbrio, alinhada com quadra, com cornijas que arrematam a platibanda adornada com aberturas circulares que completam o coroamento do edifício. As paredes são revestidas de “tijolinhos polidos” com acabamento no mesmo material com desenhos geométricos, técnica e produto tipicamente portugueses. As quatro casas cujas fachadas se encontram na rua principal, são bem maiores e de materiais de qualidade superior; sendo, muito provavelmente alugadas por preços mais altos do que as casas menores e com fachada para via particular da vila. Um portão de ferro com pórtico em arco tem o nome da vila e abre para o “arruado de casas ao lado esquerdo” no interior do quarteirão, contendo 16 casas geminadas em gosto eclético simples e sem revestimento cerâmico, com platibanda e bordas nas portas e janelas. (MONTEIRO, 2006, p.87).

No porão da última casa funcionava o jornal “Vanguarda”, do Sr. Jacy Zany, em que me fiz jornalista ali pelas calendas de 1927. À entrada dessa “avenida” existem casas de fachadas de tijolinhos polidos, produto daquele ciclo de azulejos, e numa delas residiu o professor de língua portuguesa, Dr. Encarnação. Como ele era de espírito tradicionalista, até em conservar aquele sotaque luso, e somente ler obras produzidas em Portugal, os tijolinhos da fachada continuam a respeitar a idiosincrasia, e a excelente biblioteca não foi extraviada. (MONTEIRO, 2006, p.87).

¹³ (C5_42) Referência para busca no mapa e listagem geral das vilas inventariadas em anexo.

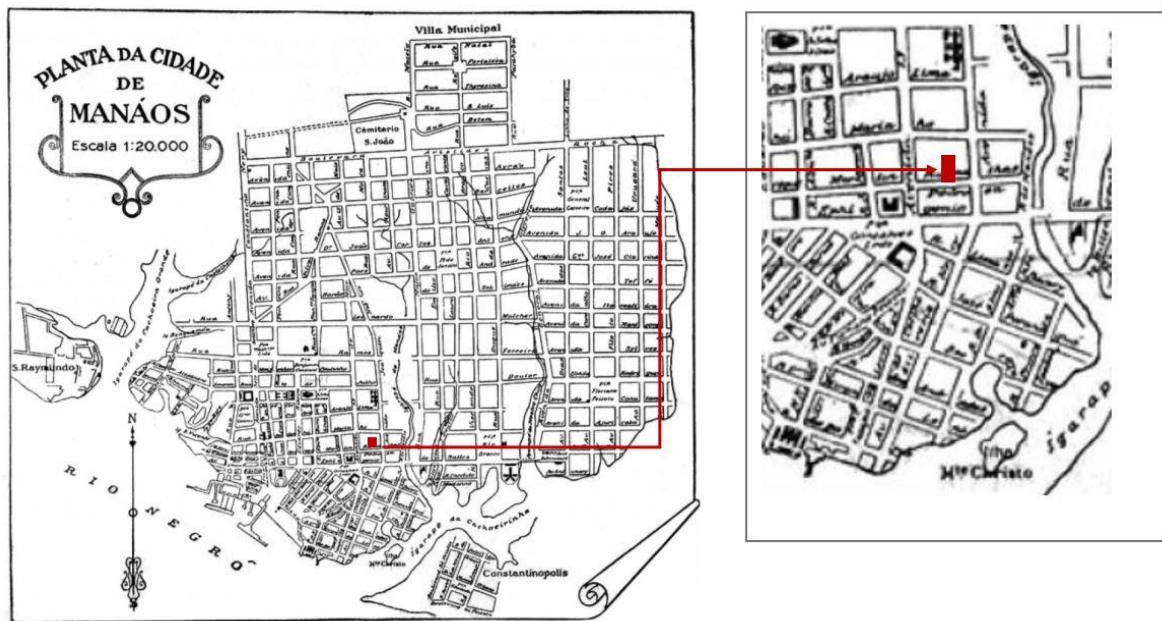


Figura 15: Localização da Villa Georgette com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno.
 Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora.



Figura 16: Aspecto atual da fachada da Villa Georgette com as quatro casas maiores voltadas para rua principal, rua Lauro Cavalcante (Rua Henrique Martins em 1905).
 Foto da autora. 2017.



Figura 17 e Figura 18: A esquerda, detalhe do revestimento cerâmico de “tijolinhos polidos” empregados na fachada com acabamento em formas geométricas; a direita, detalhe ao estado atual da porta em madeira.
Fonte: Fotos da autora. 2017.



Figura 19: Imagem do incêndio na Vila Georgette
Fonte: Reportagem/fotos de Bruno Strahm e Camila Pereira de 09.08.2012. Disponível em:
<https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/incendio-atinge-a-vila-jorgete-no-centro-de-manaus>.
Acessado em: 09/11/2016

O conjunto possuía 16 casas no interior da vila, até o incêndio em 08 de agosto de 2012, que destruiu 7 das casas situadas ao fim da viela privativa da vila. Eram casas geminadas com porão, construídas com fundações em pedra “jacaré” e paredes estruturais em tijolo; compostas

de três cômodos ligados por um corredor, cozinha, banheiro e área aberta aos fundos, com piso em assoalho de madeira e forro em madeira; cobertura em telhas cerâmicas de tipo “Marselha”.

As investigações do corpo de bombeiros apontaram para uma fábrica de salgados clandestina que funcionava na unidade no fundo da vila. No entanto, imbróglis jurídicos acerca do inventário do Sr. Isaias Bento Soares, além de ações judiciais de moradores deixam sem solução o restauro ou reconstrução da vila. A situação urgente no enfrentamento dos aspectos tangíveis e condições de arruinamento e destruição dessa vila foram fatores definitivamente motivadores dessa pesquisa.



Figura 20 e Figura 21: Aspecto atual da via privada da vila.. À esquerda, casas que resistiram ao incêndio e à direita, as últimas ao fundo do lote, em ruínas e tomadas por vegetação além de servirem de lixeira.

Fonte: Fotos da autora. 2017

A Vila Resende (Figura 22) está localizada no bairro de Nossa Senhora de Aparecida (B1-20), mais conhecido como Plano Inclinado e Tocos no início do século XX. Trata-se de uma porção do centro histórico que apresenta um grau bastante elevado de pregnância na percepção, na retenção da imagem pelo observador, em conjunto de elementos históricos em termos de associatividade e sociabilidades. Nas palavras de Mario Ypiranga Monteiro, que nos fala das “famosas vilas”, na rua Comendador Alexandre Amorim “foi resistindo ao tempo a Vila Resende (B1-20), um arruado de casas voltadas para sol, do lado esquerdo, no bairro do

Plano Inclinado (Aparecida) e pertenceu ao velho desembargador Simplício de Melo Resende”. (MONTEIRO, 2006, p.87)

É um dos exemplares mais significativos no tecido urbano do centro antigo. Foi erguida em 1910 em um terreno onde a vila se situa no meio da quadra, medindo 17m de frente, por 77m de comprimento no interior do quarteirão. São 16 casas, sendo a primeira, com fachada voltada para rua principal e as outras, geminadas, lado a lado, com fachadas para rua privativa da vila, que por sua vez, é uma via larga e bastante generosa, pois propiciou a iluminação e ventilação natural dos cômodos através das aberturas nas fachadas voltadas para o nascente, além de representar um espaço compartilhado comum, que transita entre o público e privado de maneira bastante harmoniosa.



Figura 22: Vista aérea da parte posterior da Vila Resende em 2001, inserida no miolo de quarteirão do bairro da Aparecida (antigo Plano Inclinado). É possível verificar as alterações feitas comparadas às fotos em 2019. Foto da autora. 2001.

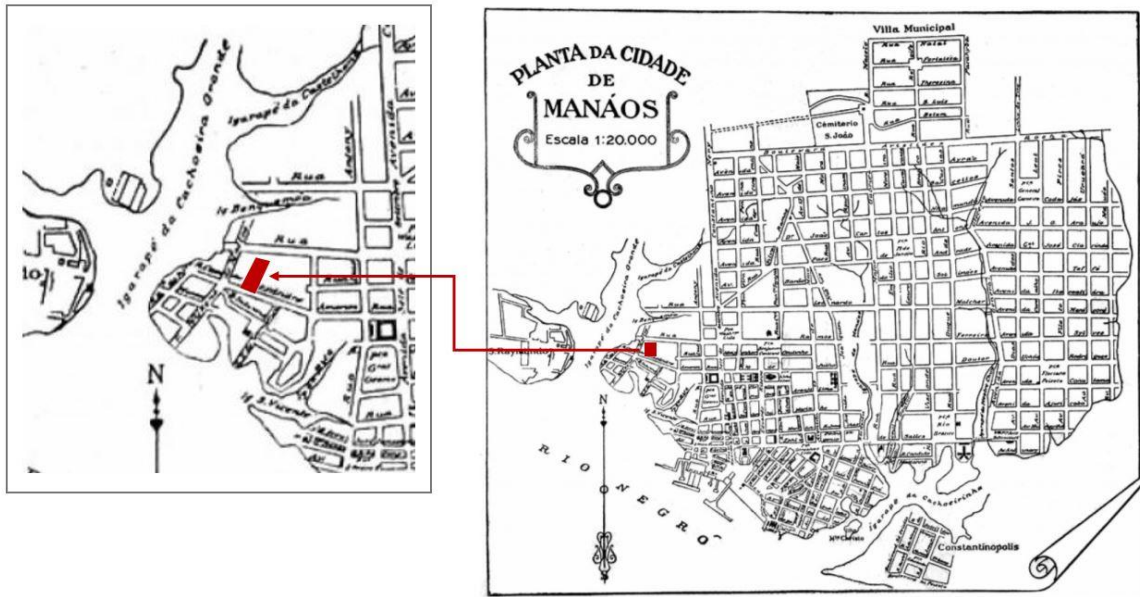


Figura 23: Localização da Vila Resende com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora.



Figura 24: Aspecto atual da rua interna da Vila Resende em 2018. Fonte: Foto da autora, 2018

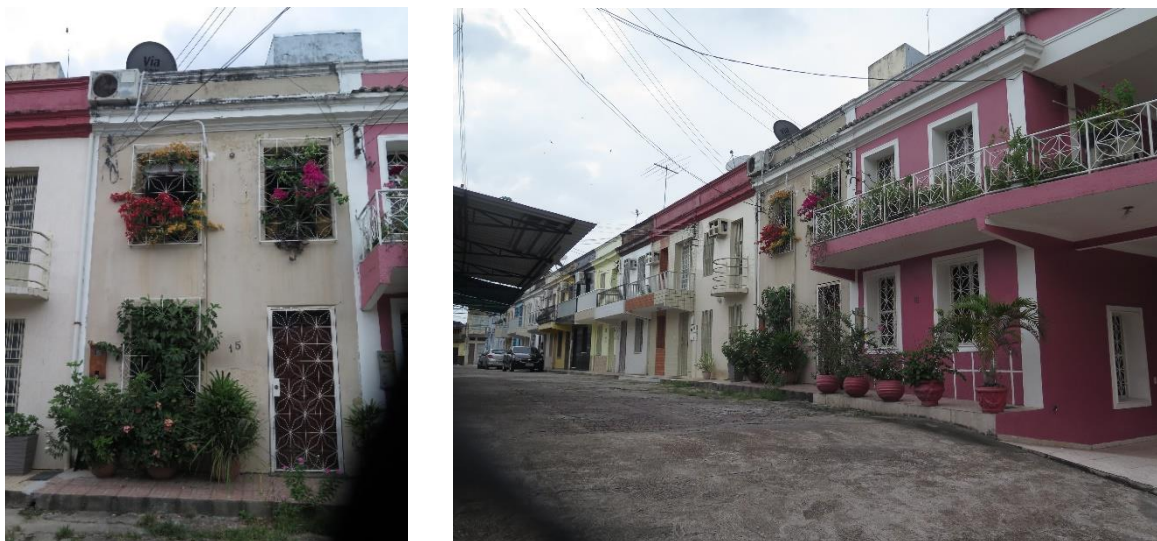


Figura 25 e Figura 26: Aspecto atual da rua interna da Vila Resende. Foto da autora, 2019

A Vila Resende foi adquirida, por volta dos anos 1940, pelo empresário Isaac Jacob Benzecry, nascido no Pará, filho de imigrantes judeus marroquinos, que se mudou para Manaus na década de 1930. Este possuía vários empreendimentos voltados para exportação de produtos regionais e negócios no setor imobiliário.

A Vila Baependi, antes chamada Villa Itália (B4-29), estranhamente, não foi incluída na listagem de imóveis de interesse de preservação no decreto municipal no.7176 de 2004. No entanto, acabou ficando dentro de área protegida pela Notificação de Tombamento do IPHAN em 2010. A vila está a um quarteirão de distância do Teatro Amazonas, e apesar da visibilidade bastante comprometida, permanece com o mesmo uso residencial e possui os atributos formais e aspectos de associatividade bastante pregnantes na sua configuração (Figuras 29 e 29).

Neste registro pode-se verificar a data em que ficaram prontas as casas da denominada Villa Itália, publicado no Jornal do Comércio em 25 de setembro de 1913. O anúncio, bastante elucidativo, sintetiza as práticas disciplinares da produção do espaço urbano manauara da época: evidenciando que tratava-se de “habitações baratas e higiênicas”, ou seja, que atendiam às normas e posturas higienistas; esclarece sobre a composição dos cômodos, instalações sanitárias individuais, ventilação e iluminação natural, eletricidade e proximidade das paradas de bonde, preço do aluguel e um aviso para afastar comportamentos mal vistos, “só se alugam para famílias”.

HABITAÇÕES BARATAS e Higiênicas – Acabadas de construir - Alugam-se desde já as magníficas casas da “Villa Itália”, núcleo de sobrados recentemente construídos à rua 24 de Maio, compondo-se, cada uma, de sala de jantar, cozinha, área, banheiro e sentina na parte térrea e duas boas salas com duas janelas cada um no sobrado, todas com instalação elétrica e próximo das linhas de bondes da “Costa Azevedo” e “Avenida”. Preço mensal de casa – Rs. 152:000. “Só se alugam para Famílias”. Trata-se no Café Avenida” - Avenida Eduardo Ribeiro nº 39. (JORNAL DO COMMERCIO, 26/09/1913)

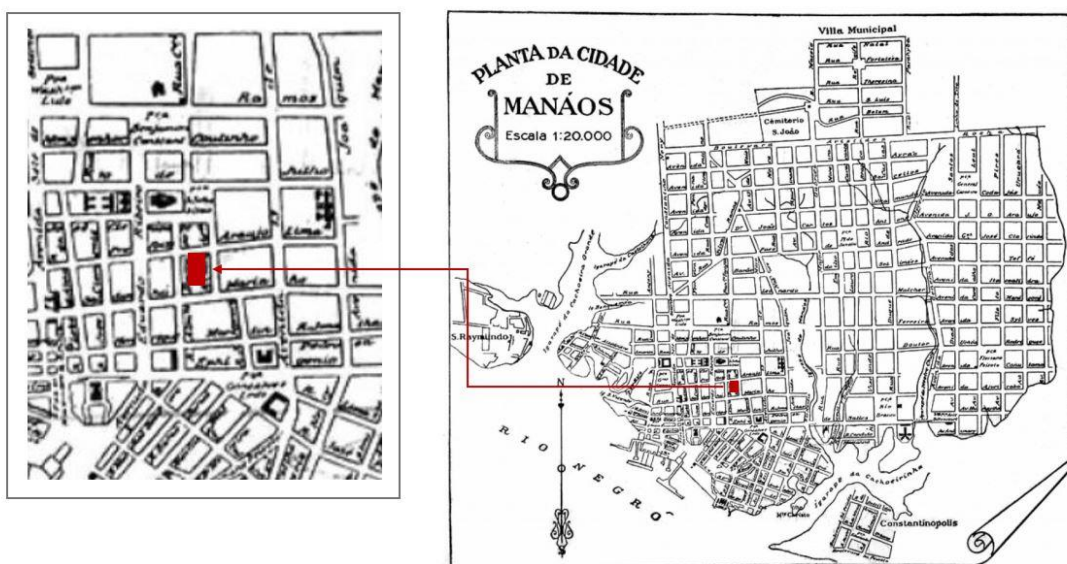


Figura 27: Localização da Vila Itália com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora.



Figura 28 e Figura 29: Aspecto atual do portão de acesso à escada da Vila Baependi e vista do corredor interno com acesso às casas. Fonte: Fotos da autora e Murilo Santos. 2019.

A implantação da vila acontece em um terreno que mede 17m x 52m, no meio do quarteirão, em declive, e de forma que logo após o portão, há uma escada íngreme que acessa o corredor das casas. No nível da rua, existem dois imóveis que pertencem ao conjunto, mas independentes e de uso comercial. A vila está quatro metros abaixo do nível da rua. A organização dos sobrados geminados acontece de maneira peculiar desde sua construção, organizadas em ordem alfabética, sendo dez casas do lado direito, com letras de A a J e duas casas ao lado esquerdo, de letras K e L.

Segundo informações prestadas por Etelvina Garcia¹⁴, ex-moradora da vila, o proprietário da vila era o médico baiano descendente de austríacos, Dr. Antônio Barreto Prager, que atuou na cidade como médico e professor durante muitos anos. Era o pai da soprano Olga Prager Coelho.

De acordo com Monteiro “a Vila Baependi, antiga vila Itália, emergiu de uma depressão no terreno, ficando abaixo do plano da rua. Durante a segunda Guerra Mundial, quando foi torpedeado o navio do Lóide Brasileiro Baependy, o povo indignado arrancou a placa de ferro do portão da Vila Itália substituindo-a pelo nome atual”. (MONTEIRO, 2006, p.87).

Localizada na Avenida Sete de Setembro (C65-52) ao lado do Centro Cultural Palácio Rio Negro, a Villa Ninita (Figura 30) teve sua obra concluída em 1915 para fins rentistas, como se verificou em um dos vários anúncios publicados à época. Tal qual o anúncio de aluguel das casas da Villa Itália, a publicação ressalta os atributos de composição das casas dentro dos padrões de legalidade e da civilidade convenientes à salubridade. Nota-se que logo após o endereço, Rua Municipal, no. 151, entre parênteses há uma referência “junto ao palacete Scholtz”, um incremento ao valor, por assim dizer, ao acrescentar “magnificas” ao texto, na busca de valorizar o imóvel.

Villa Ninita – Rua municipal, no. 154 (junto ao palacete Scholtz):

Acham-se concluídas as 10 magnificas casas de que se compõe esta Villa. As casas que são de sobrado e completamente independente umas das outras, tem os seguintes cômodos: 2 salas no res do chão, banheiro, sentina, cozinha e área; no andar superior, 2 outras salas grandes e arejadas. A tratar com H. Perdigão e Ca. (JORNAL DO COMMERCIO, 29/12/1915).

¹⁴ Etelvina Garcia é jornalista e escritora, morou na Vila Itália (Vila Baependi) entre 1940-1950 e gentilmente, prestou muitas informações sobre essa vila e muitas outras na cidade.



Figura 30: Vista geral da Villa Ninita, atualmente de uso institucional da Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas - SEC. Foto: Murilo Santos. 2019.

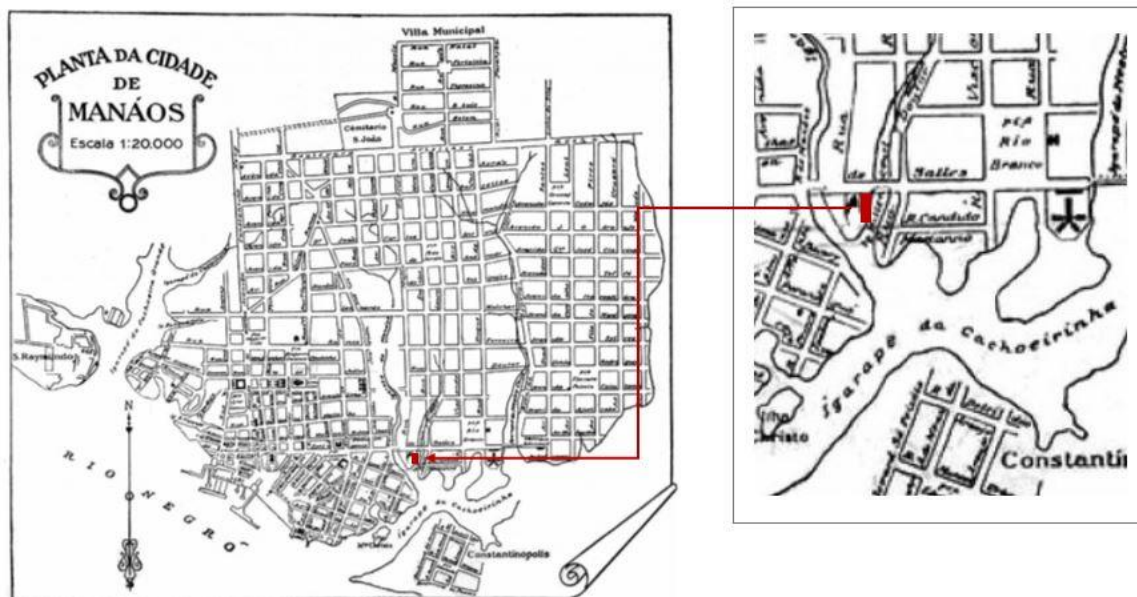


Figura 31: Localização da Vila Ninita com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora

A implantação da Villa Ninita acontece em um terreno que mede 15m x 55m, plano e longo, em situação de esquina da parcela do solo que não é um quarteirão, mas um platô sobre um ismo, entre dois igarapés, de Manaus e Bittencourt, e conectados por duas pontes romanas.

A vila era composta originalmente por 10 sobrados de dois pisos, geminadas, porém independentes, com duas salas, banheiro e sentina.

No que diz respeito ao aspecto externo, o conjunto arquitetônico da Vila Ninita permanece bem preservado, no entanto, a reforma feita no final dos anos 1970, alterou definitivamente a configuração espacial interna do uso residencial para uso institucional, quando o prédio passou a ser um apêndice do palácio Rio Negro. A vizinhança com o palacete acabou por comprometer para sempre a história da vila, impossível de recuperar, na escassez de registros da obra executada.

A propriedade de Vila Ninita, em 1915, não é confirmada, porém, o anúncio cita como contato para negociação a firma H. Perdigão & Co., do comerciante português Henrique Perdigão, que fazia parte da Associação dos Proprietários, que defendia os interesses da classe dos proprietários de habitações coletivas (vilas, estancias e cortiços). O comerciante e a família retornaram para Portugal em 1923.

Há registros da construção da Vila Lucy (Figura 32) em 1914. Há indícios de que originalmente teve acesso pela Av. Joaquim Nabuco (C5_47), como indica o anúncio de aluguel:

ALUGA-SE por 100\$000 a casa nº 11 da “Villa Lucy”, recentemente construída, a avenida Joaquim Nabuco. A tratar a rua Henrique Martins nº 143. (JORNAL DO COMMERCIO, 06/04/1914)

Originalmente, são cinco sobrados geminados e semelhantes nas fachadas e volumetria. A implantação da vila acontece em um terreno longo, em aclave, que mede aproximadamente 13m x 55m, em situação de meio de quadra. Atualmente, o acesso acontece por um portão e corredor voltados para a Rua Igarapé de Manaus. Diferentemente das vilas anteriores, essa vila tem a composição da arquitetura muito simples, no que se refere às técnicas de construção, materiais e acabamentos. O alinhamento das casas originais e certos detalhes ainda são perceptíveis na implantação que acontece no alto do terreno em aclave e de difícil acesso, através e um corredor perpendicular à via principal, com casas desalinhadas dos dois lados e bastante alteradas.



Figura 32: Localização da Vila Lucy com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora

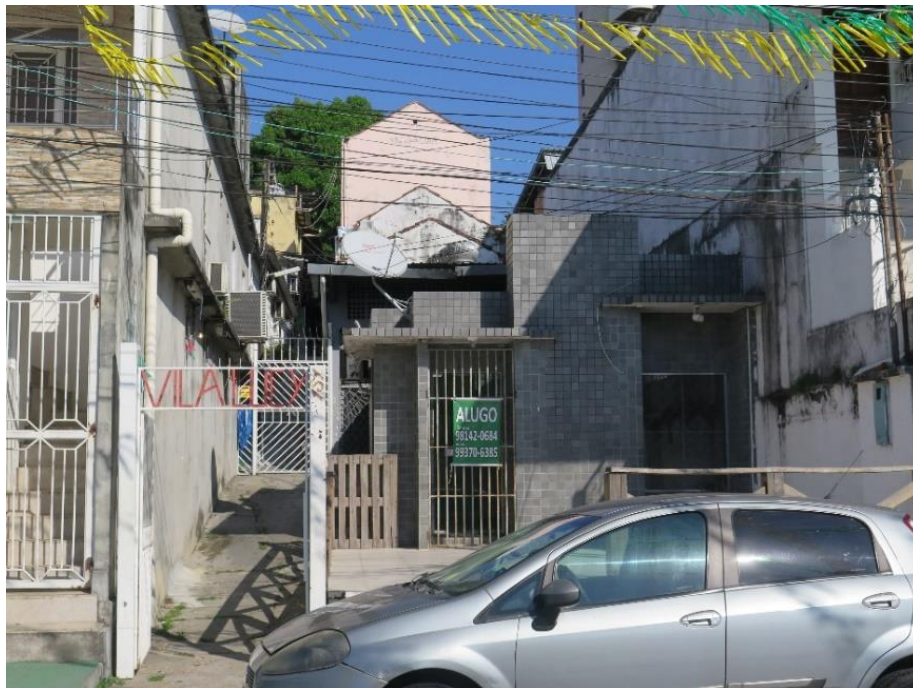


Figura 33: Vista da entrada Vila Lucy. Na frente, um prédio novo e fora do contexto. Ao alto em cor rosa claro, ficam as casas cujos fragmentos e formas podem ser verificados. Foto da autora. 2018.



Figura 34 e Figura 35: Villa Lucy – aspecto da via interna da vila. A esquerda interior da via revela as diversas alterações que dificultam a legibilidade da arquitetura. A direita, uma fachada lisa com ornatos ecléticos na platibanda resiste no tempo. Fonte: Foto da autora.2017.

A Vila Ercília (Figura 37 e 38) foi construída entre 1934-1940, pelo Sr. Ermindo Barbosa, português que chegou a Manaus por volta de 1910, com seu sócio, e fundou a empresa J. A. Leite, empresa de aviamentos e navegação. Morreu tragicamente no acidente de avião Constellation, da Panair, em 1962. O responsável pela construção foi o Sr. Antônio Góios, também português de Lanhelas¹⁵.

Localizada na mesma quadra da Vila Georgette (C5_43), a implantação da Vila Ercília acontece em um terreno plano e longo, que mede 14m x 74m, em situação de meio de quadra. São 10 sobrados geminados de dois pisos, construídos em alvenaria de tijolo e concreto e compostos de duas salas, cozinha, banheiro e área de serviço no térreo, com piso em ladrilho hidráulico. Pela escada, o acesso ao piso superior, dois quartos e banheiro. O piso do andar superior foi construído sobre laje e revestido de tacos de madeira e o teto é forro de madeira. A cobertura foi feita com telhas cerâmicas de tipo “marselha”. O muro dos fundos é fronteiro do muro da via interna da Villa Georgette. O acesso acontece pelo portão ao lado da casa, que está na face da quadra, na Av. Joaquim Nabuco, a qual foi construída após a vila ficar pronta, e

¹⁵ As informações sobre a construção da Vila Ercília foram gentilmente dadas pelo Arq. Paulo Macedo, ex-morador da vila e sobrinho de Dona Edith Barbosa, uma das filhas do Sr. Ermindo e última moradora da casa principal, com frente para Av. Joaquim Nabuco.

inaugurada em 1947. Esta ficou conhecida na cidade como casa “bolo confeitado”, pela excessiva ornamentação que remete ao estilo mourisco.



Figura 36: Mapa de localização da Vila Ercília com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora.



Figura 37 e Figura 38: Vista frontal da entrada da Vila Ercília e acesso à via interna. Fotos da autora. 2018

A Vila Baima (Figura 39 e 40); (C5_49) data de meados de 1940 e está localizada em um local bastante valorizado da cidade no início do século XX, na Av. Sete de Setembro, no. 1419, no trecho entre a Av. Joaquim Nabuco e a primeira Ponte Romana do Igarapé de Manaus. A implantação da vila acontece em um terreno plano que mede aproximadamente 20m x 50m. A organização espacial se dá de maneira bastante racional, sendo três sobrados geminados, com dois pisos e voltadas para a via principal. O acesso se dá pelo portão que abre para o corredor das casas e fica ao lado direito da casa onde morava o proprietário, cujo nome não foi possível identificar; no interior, os oito sobrados geminados, também de dois pisos, enfileirados no arruamento interno da vila. Não foi possível verificar a composição original das casas, que sofreram muitas reformas e alterações.



Figura 39 e Figura 40: Vila Baima - acesso à rua privativa da vila e aspecto do corredor da vila. Foto da autora. 2019.

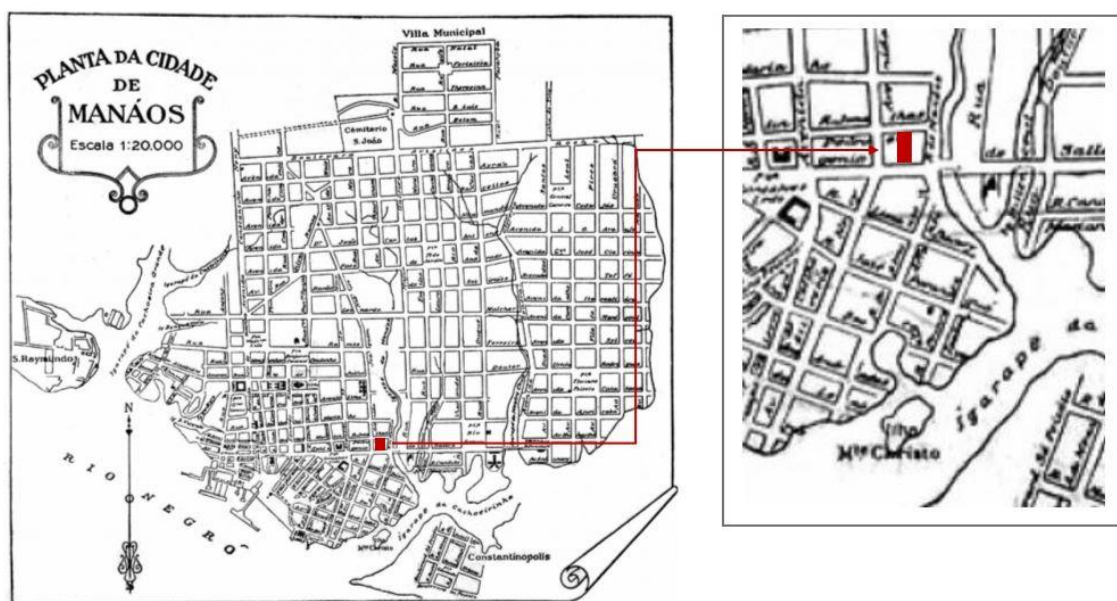


Figura 41: Localização da Vila Baima com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora



Figura 42: Vista das fachadas das três casas de frente da Vila Baima, com o acesso no portão do lado direito. Fonte: Foto da autora.2018.

A vila localizada na Rua Alexandre Amorim, 545 (B2-22), atravessa o interior do quarteirão até a rua Monsenhor Coutinho, 158 (Figura 44 e 45). Segundo informações obtidas com antigos moradores, a construção data de cerca de 1945 e a vila nunca teve um nome específico. Era propriedade do Sr. Christiano Marques, comerciante português, que morou em Manaus, mas retornou a Portugal, deixando um procurador responsável por cuidar dos imóveis e aluguéis.

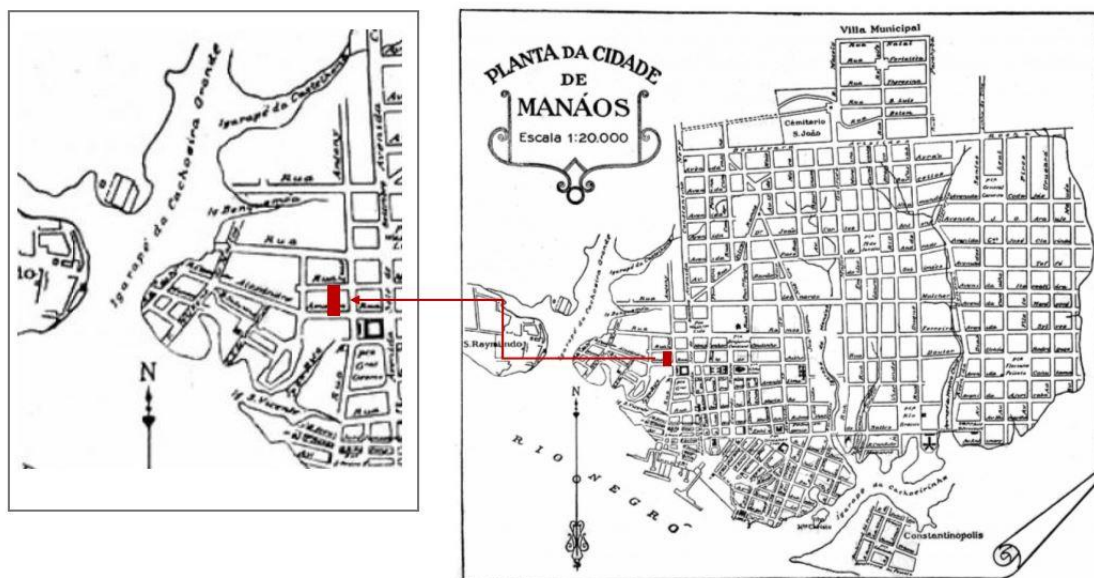


Figura 43: Localização da Vila do Sr. Christiano Marques com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora.

A forma da implantação da vila, no meio do quarteirão, de uma rua a outra, é única dentre as outras existentes no sítio histórico. Um aspecto bastante interessante, pois possui dois acessos, nas duas extremidades. As duas casas voltadas para a face da rua têm acessos independentes da via interna que, por sua vez, dá acesso às cinco casas enfileiradas, lado a lado, no interior da vila.

O agenciamento interno das casas se apresenta uma organização bastante funcional: no térreo, uma sala, banheiro, cozinha e área de serviço (descoberta) com portão para via privativa e escada de acesso ao pavimento superior, com dois quartos. As técnicas construtivas empregadas foram alvenaria de tijolos, sendo o pavimento superior sustentado por laje. As janelas e esquadrias em madeira e os revestimentos do piso em ladrilho hidráulico. O teto no piso superior em forro de madeira e a cobertura com beiral e calha, sem platibanda, em telhas tipo Marselha.

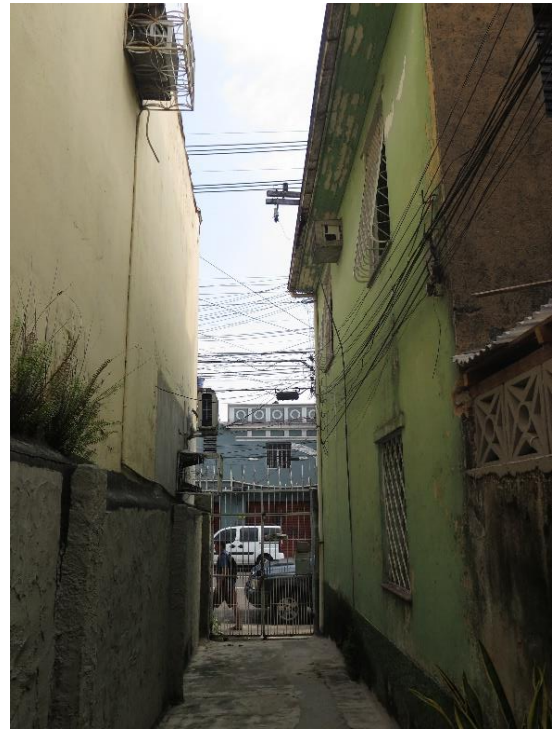


Figura 44 e Figura 45: Aspecto atual da via interna da vila do Sr. Christiano Marques. Fonte: Fotos da autora. 2018

A Vila Portugal (A2-06), data de 1949, como estampa orgulhosamente o portal de entrada da vila, e está localizada na Av. Luiz Antony, 485, tendo sido construída por Antônio Ribeiro da Costa, comerciante português, conhecido como “Chico Preto”. O aspecto do imóvel com fachada para rua foi bastante alterado pelo uso comercial, mas ainda permanecem e resistem as pequenas e acolhedoras residências. No interior, originalmente eram quatro casas, sendo casas 1, 2, 3 e 4 respectivamente. As casas 3 e 4 foram unidas e transformadas em uma só, segundo relato da ex-moradora, a Sra. Maria Luíza Mininéia¹⁶.

A disposição interna da vila tem implantação bastante simples. Nota-se que a implantação acontece em um terreno com as mesmas dimensões de 9m x 30m, do conjunto arquitetônico de quatro casarões ecléticos geminados no mesmo lado da rua. São casas térreas, enfileiradas lado a lado, com sala, cozinha e uma pequena área, dois quartos e banheiro.

¹⁶ Sra. Maria Luíza Mininéia tem 90 anos, foi professora do Grupo Escolar Princesa Isabel, casada com funcionário público, advogado e procurador do INSS. Em seus relatos informou que morou 30 anos na Vila Portugal, inicialmente na casa 3 e depois que a casa 4 desocupou, as casas 3 e 4 foram unidas em uma só. As casas sempre foram alugadas. Também revelou que até os fins de 1960, as vilas não tinham portão, pois não havia necessidade. Sobre o proprietário e construtor, obtive informações com Marco Antônio Ribeiro da Costa (Chico Preto) e seu pai Sr. Antônio Ribeiro da Costa Filho.

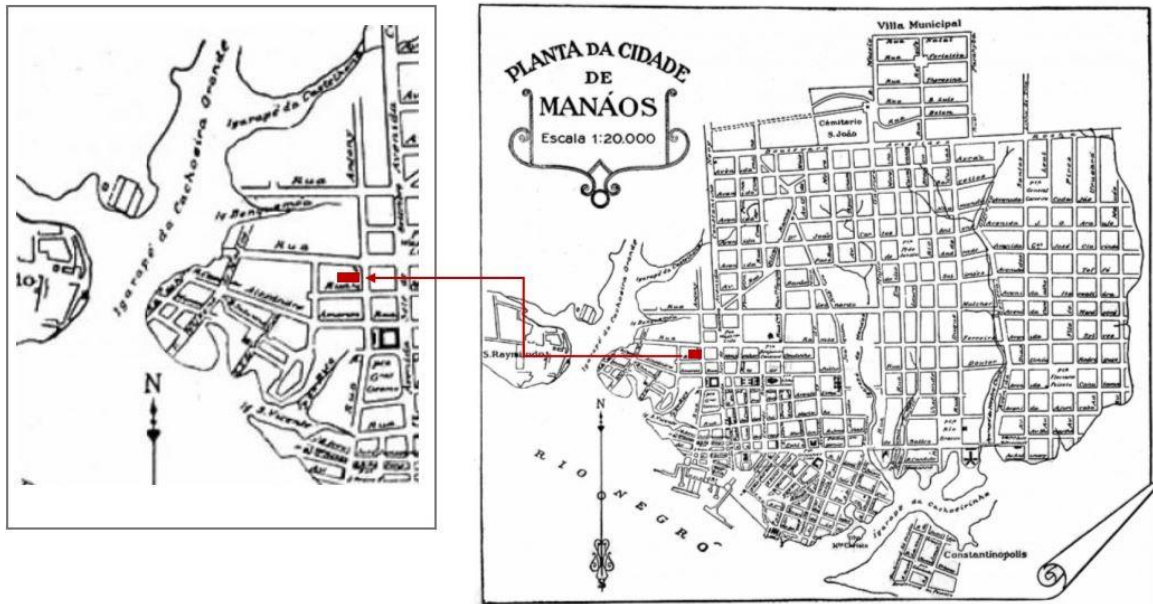


Figura 46: Localização da Vila Portugal com base na planta da cidade de 1938. Ao lado, uma aproximação para melhor visualização da inserção da vila em relação ao entorno. Fonte: Acervo do IPHAN. Editado pela autora



Figura 47 e Figura 48: Vistas dos corredor interno da vila Portugal. Fonte: Fotos Murilo Santos e da autora. 2019.

2.3 Aspectos da tipologia arquitetônica: discutindo a noção de herança cultural

O conceito de tipologia é fundamental na análise da arquitetura e no entendimento da morfologia urbana. O tipo é o princípio que regula uma continuidade histórica e a chave para a legibilidade dos espaços; é por ele que se imprime o caráter distintivo dos edifícios e constitui o elemento básico da composição do tecido urbano, que por sua vez, define a forma de cidade. De acordo com Giulio Carlo Argan (2006), quando se vincula a tipologia, como elemento simbólico, à tectônica, como base estrutural esse modelo conceitual se tornaria um referencial projetual.

A criação de um tipo depende da existência de uma série de construções que tenham entre si uma evidente analogia formal e funcional. Em outras palavras quando um “tipo” é definido pela prática ou teoria da arquitetura, ele já existia na realidade como resposta a um complexo de demandas ideológicas, religiosas ou práticas ligadas a uma determinada situação histórica em qualquer cultura. (ARGAN, in NESBITT, Kate, Uma nova agenda para arquitetura, 2006, p.269)

Para Argan, a legibilidade da arquitetura é imprescindível para o entendimento da continuidade histórica nas análises das cidades. Possibilitando a investigação a partir da imersão dos acontecimentos socioculturais no universo da arquitetura.



Figura 49: Vista aérea parcial do centro de Manaus em 1920. Nota-se a configuração do tecido urbano existente e a legibilidade da tipologia arquitetônica dos edifícios que agrupados formam os quarteirões.
Fonte: Instituto Durango Duarte. Disponível em <https://idd.org.br/acervo-digital/iconografia> / Acessado em: 09/07/2019.

De acordo com Garcia Lamas (2004), para definir o elemento morfológico mínimo formador da cidade é necessário identificar e estabelecer uma hierarquia de valores, ao selecionar os objetos que povoam o espaço urbano. Assim sendo, não são apenas os edifícios que formam a imagem da cidade, mas também uma coleção de “objetos parasitários”, tais como publicidades, vitrines, etc. além do “mobiliário urbano”, como postes de iluminação, bancos, quiosques, canteiros e vegetação; são elementos móveis que afetam a forma da cidade. Das relações tipologia-morfologia, destaca-se que o espaço urbano depende dos tipos edificados e do modo como estes se agrupam: “A tipologia edificada determina a forma urbana, e a forma urbana é condicionadora da tipologia edificada, numa relação dialética” (LAMAS, 2004, p.84-86).

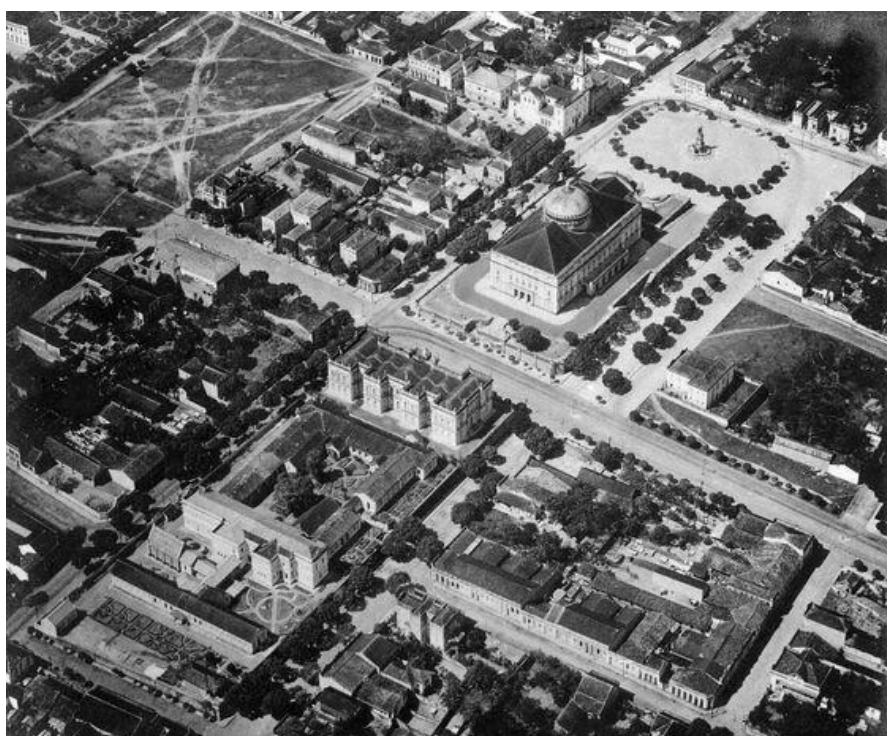


Figura 50: Vista aérea da Avenida Eduardo Ribeiro e entorno em 1920. Nota-se como a composição dos objetos que configuram a forma do quarteirão e seu interior.

Fonte: Instituto Durango Duarte. Disponível <https://idd.org.br/acervo-digital/iconografia/> Acessado em: 09/07/2019.

Observa-se legibilidade da tipologia arquitetônica dos edifícios que agrupados formam os quarteirões, a disposição dos elementos urbanísticos, calçadas, postes de iluminação, arborização, etc., compondo a produção da imagem de cidade que o “álbum” quer exhibir. Segundo Kevin Lynch, “Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de muitas imagens individuais. Ou talvez exista uma série de imagens públicas, cada qual criada por um número de cidadãos” (LYNCH, 1997, p.51).

Ao verificarmos a relação entre o tecido urbano, o quarteirão, os lotes e as unidades volumétricas que configuram estes mesmos numa ordem inversa (numa relação dialética), encontramos um destaque singular na formação tipológica de vilas (ou ilhas), que penetram e permeabilizam, de certa forma, o fechamento dos quarteirões, criando um espaço intermediário ente o público e o privado.

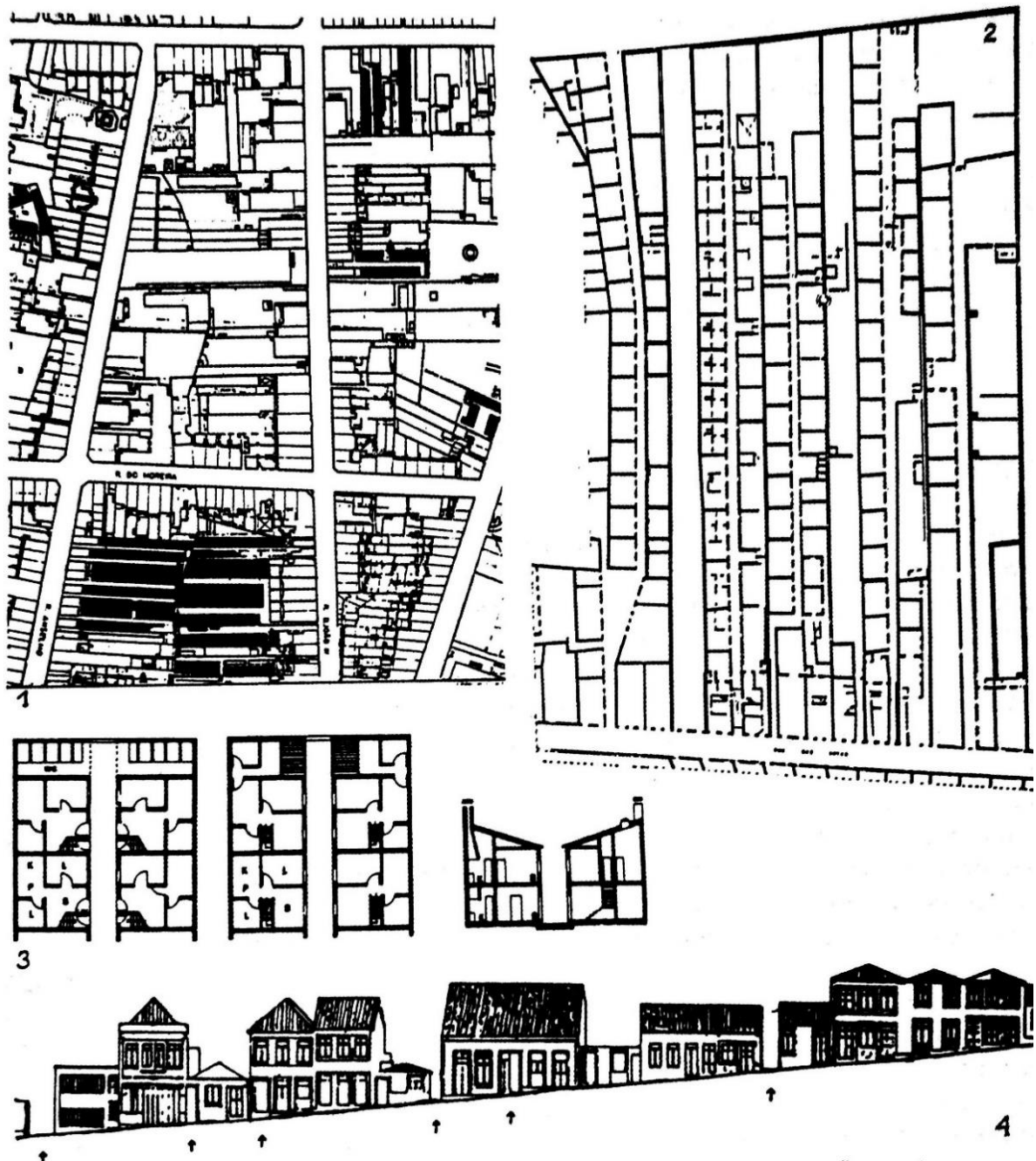


Figura 51: "Ilhas" no Porto 1. Planta da zona da rua Anselmo-rua D. João VI com as ilhas preenchidas em preto; 2 Planta da rua das Antas ao nível térreo com o interior; 3 Agenciamento internos e tipos construtivos; 4. Face de quadra da rua das Antas com setas para as entradas das "ilhas". Fonte: GARCIA LAMAS, 2004, pag. 207

Ao trazer à discussão questões como a tipologia arquitetônica e herança cultural, faz-se necessário relembrar a formação do povo brasileiro, e especificamente do norte do Brasil. Naturalmente, permanecendo por mais de três séculos como colônia portuguesa, a língua portuguesa, é por sua vez a mais rica das heranças, elemento fundamental na conformidade e coesão da nação. Mesmo com toda diversidade étnica, especialmente na região amazônica, onde há uma forte influência das culturas indígenas, a língua predominante é a portuguesa.

Quando se observa o panorama existente na formação da cidade de Manaus no recorte temporal e territorial que é objeto desta análise, há de verificar um universo bastante diverso de influências que chegaram à cidade de vários pontos do mundo e do país, sendo que as mais óbvias são as portuguesas, africanas e indígenas. Porém, desde o período em que se inicia a exploração econômica da borracha, ao auge do Fausto, e nos anos que seguem na primeira metade do século XX, são sírios e libaneses, marroquinos, alemães, ingleses, italianos e japoneses, entre estrangeiros os mais frequentes, além daqueles que chegavam de outras partes do país, principalmente do nordeste brasileiro.

No panorama europeu, as vilas, bairros e conjuntos habitacionais operários nasceram dos empreendimentos industriais para oferecer condições de habitabilidade aos trabalhadores dentro de uma lógica de mobilidade funcional. No Brasil, esses modelos foram parcialmente importados e implantados em uma sociedade praticamente rural e que muito recentemente havia abolido a mão-de-obra escrava, onde parte dessa população vai configurar a demanda por habitação na cidade que, por sua vez, foi atendida por estalagens e cortiços. Nesse contexto, a tipologia arquitetônica das vilas operárias foi amplamente difundida e acabou por influenciar empreendimentos privados que atendiam a uma demanda por soluções disciplinadoras dos modos de viver, por se tratarem de habitações dentro dos padrões morais, higienistas e ambientais na oferta de habitações privadas e coletivas.

Observando o cenário da evolução da arquitetura no Brasil, Reis Filho, buscou delinear referências básicas e encarar os fenômenos arquitetônicos com objetividade de uma abordagem científica:

[...] tínhamos necessidade de superar os limites das na análise dos problemas puramente formais, para relacionar a arquitetura com um quadro mais amplo, especialmente com as estruturas urbanas e com as condições de evolução social e cultural do Brasil, isto é, tínhamos necessidade de deixar de encará-la como simples transposição de arquitetura europeia, para reconhecer a evolução de suas condições concretas de produção e uso no país. (REIS FILHO, 1987, p.9-10)

Isso não significa, no entanto, negar as raízes, influências e a própria história. No âmbito do patrimônio cultural, busca-se comprovar a importância da utilização mais intensa de todas as referências de nosso patrimônio de arte e história. As transformações socioeconômicas e tecnológicas nos últimos anos do século XIX e os primeiros anos do século XX evidenciam a importância que passou a ter a arquitetura residencial urbana, sob inspiração do ecletismo estilístico, do suporte cultural dos hábitos dos imigrantes e da aplicação das normas dos códigos de posturas.

As residências maiores eram enriquecidas com um jardim do lado. Esta novidade, que vinha introduzir em elemento paisagístico na arquitetura residencial, oferecia a essas amplas possibilidades de arejamento e iluminação, até então desconhecidas nas tradições construtivas do Brasil. Ao mesmo tempo, a arquitetura aproveitava o esquema da casa de porão alto, transferindo porém a entrada para fachada lateral. Desse modo, as casas conservavam uma altura discreta da rua, protegendo a intimidade e aproveitando simultaneamente os porões para alojamento de empregados e locais de serviços. O contato da arquitetura com os jardins laterais, dificultado pela altura dos prédios, era resolvido pela presença de varandas apoiadas em colunas de ferro, com gradis, às quais se chegava por meio de caprichosas escadas com degraus de mármore. (REIS FILHO, 1987, p.46).

São ainda presentes alguns exemplares que cabem exatamente nessa descrição de Reis Filho no centro histórico de Manaus. Na av. Joaquim Nabuco, logo após a Vila Ercília, há algumas muito deterioradas e outras bem preservadas, apesar de algumas alterações; também no alto da av. Eduardo Ribeiro e na Av. Sete de Setembro.

Mesmo as residências menores, aproveitavam o mesmo tipo de solução, quando não podiam contar com a possibilidade de afastamentos laterais para os jardins. Resolvia-se então, com pequenas entradas descobertas, com portões e escadas. No interior, a iluminação era obtida através de poços, aproveitando a possibilidade do uso de calhas, tubos condutores e manilhas para coleta das águas das chuvas e para solucionar o telhado. As novas plantas suprimiam as antigas alcovas, por razões evidentes de falta de ventilação. Começa a surgir a indústria e o comércio de materiais de construção:

As primeiras manifestações da mecanização na produção de materiais de construção e a presença dos imigrantes como trabalhadores assalariados respondiam pelas alterações das técnicas construtivas nessa época. Surgiam então as casas construídas com tijolos e cobertas com telhas tipo Marselha, onde a madeira serrada permitia um acabamento de janelas, portas e beirais. Estes últimos ostentariam ornamentos de madeira serrada, conhecidos como lambrequins. (REIS FILHO, 1987, p.48)

Era um momento em que se vivenciava, portanto, uma nova etapa tecnológica, no sentido de novos materiais e possibilidades. Essas transformações na arquitetura acabaram por corresponder a modificações nas composições tipológicas na forma urbana. Ao mesmo tempo, as cidades equipavam-se de redes de esgoto, água, iluminação e transportes coletivos.

Um interessante fenômeno observado por Garcia Lamas (2002) na produção do espaço urbano do Porto e Lisboa, traz à luz uma reflexão sobre a influência dos modos de ocupar o solo, onde ele retrata o aparecimento das “ilhas”, “vilas” e “pátios”, como uma resultante negativa da especulação imobiliária. A cidade industrial provocou uma forte onda migratória à procura de melhores condições e atraída pelas facilidades crescentes nas cidades; a falta de alojamento abriu espaço para a sobreposição dos interesses econômicos sobre o planejamento urbano. Na medida em que a expansão da cidade aconteceu, grandes lotes, que ocupavam o interior dos quarteirões, possibilitaram o surgimento dessas ocupações, “como aproveitamento do solo, para construção de casas para classes operárias menos favorecidas”. (LAMAS, 2002, p.208).

No Porto, a tipologia de habitação coletiva que se apresenta nessas características são as chamadas “ilhas”, de acordo com Manual C. Teixeira (1992):

As “ilhas” consistiam em filas de pequenas casas de um único piso, geralmente com áreas que não excediam os 16m², construídas nos quintais de antigas habitações burguesas. Nestas casas pequenas e insalubres viviam famílias inteiras. A maior parte das “ilhas” não tinham abastecimento de água e os sanitários eram comuns a todos os seus habitantes. O acesso a estas “ilhas” fazia-se através de estreitos corredores, que passavam por baixo das casas construídas à face da rua. As “ilhas” não tinham qualquer relação formal com anteriores tipos de habitação, quer rural, quer urbana. Elas eram uma forma de habitação específica, desenvolvida para satisfazer a procura de habitação barata por parte das classes trabalhadoras. A maior parte das “ilhas” localizava-se em zonas da cidade construídas nas primeiras décadas do século como zonas residenciais das classes médias e que ao tempo de construção das “ilhas” se encontravam já num processo de decadência. As maiores concentrações de “ilhas” encontravam-se na proximidade de zonas industriais, onde por vezes atingiam densidades de até 900 habitantes por hectare. (TEIXEIRA, 1992, p.67)

Percebe-se que o quadro descrito é muito próximo, ou mesmo semelhante, das chamadas “estâncias” e “cortiços”, já descritos no primeiro capítulo. Foi possível verificar algumas dessas situações, onde estâncias passaram por transformações e foram “higienizadas” e são tratadas e chamadas por “vilas”. Foi possível verificar, também que alguns casarões e sobrados, foram dotados de edificações anexadas e transformados em vilas. Há um exemplo na Av. Luiz Antony, no. 137-139 (figuras 51 e 52).



Figura 52 e Figura 53: A esquerda, a fachada da casa com porão alto. A direita a parte de trás transformada em vila (ou estância). Fotos da autora e Murilo Santos. 2019.

Outra configuração de vila se assemelha nas descrições onde o acesso se dá por “estretos corredores”. Destaque para a denominação da vila em relevo na fachada lateral: “Vila Leixões” (figuras 54 e 55).



Figura 54 e Figura 55: Detalhe da fachada lateral com nome da vila e corredor de acesso às casas. Fotos de Uilly Nunes, 2019.

Já em Lisboa, tratando-se de uma cidade portuária, além de capital do país, centro político, administrativo e financeiro, concentrava grande parte o desenvolvimento industrial e dos transportes. Mesmo assim, a oferta de habitações estava aquém da demanda, principalmente para as famílias mais pobres. O setor privado se aproveitou desta situação, e investiu em terrenos desvalorizados e construção de habitações para alugar, surgindo assim os pátios. Estes pátios tornaram-se uma modalidade de habitação dominante em toda Lisboa na segunda metade do século XIX. Como se tratava de maximizar o aproveitamento dos espaços, a tipologia arquitetônica era bastante diversa, tanto na implantação do terreno, como na própria organização da habitação, “um espaço mais ou menos regular, situado no interior de um quarteirão, com pequenas casas construídas à volta viradas para um espaço livre comum”. (TEIXEIRA, 1992, p.69).

A partir do Inquérito Industrial de 1881, revelou-se a realidade urgente da insalubridade dessas habitações. Foi quando o debate sobre a casa econômica e salubre chegou ao parlamento. Nesse momento, tornou-se pertinente controlar as ações dos promotores privados: foram revistos códigos de postura municipal e se definiram novas regras de construção (de dimensionamento e obrigatoriedade de instalação de infraestruturas), licenciamento e fiscalização. Buscaram-se referências na legislação de outros países, desde a França, Brasil e Estados Unidos. (TEIXEIRA, 1992, p. 75).

Tal qual como no Porto, em Lisboa não existia uma classe operária claramente diferenciada. Os trabalhadores industriais, juntamente com outros estratos da população com ocupação tradicionais, formavam um largo grupo social que se chamava as “classes laboriosas” e que constituíam os habitantes dos “pátios” e das “vilas”. As “vilas, sendo uma forma de habitação de melhor qualidade e de rendas mais elevadas, eram, por vezes também habitadas pelos estratos mais baixos das classes médias, incluindo pequenos comerciantes, baixas patentes das forças armadas, pequenos funcionários públicos. (TEIXEIRA, 1992, p.70)

Há de se considerar três aspectos semelhantes nos fenômenos “ilhas”, “pátios” e “vilas” em Portugal e as nossas “vilas”, “estâncias”, “cortiços” e “avenidas”, enquanto experiências de habitação coletiva. O primeiro aspecto é a tipologia arquitetônica em si, organizada e agrupada de maneira equivalente, repetida em série, em fila, ligada por um espaço comum, rua, viela, corredor ou pátio; construída com material de baixo custo e buscando aproveitamento máximo do terreno. O segundo aspecto é o perfil do empreendedor das vilas, que era muito semelhante: comerciantes ou investidores, que enxergavam na exploração da especulação imobiliária, uma oportunidade de cobrar aluguéis rentáveis e obter o máximo de lucro pela pior qualidade de

habitação produzida. O terceiro aspecto, acontece quando o poder público passa a praticar as normas higienistas e a produção das vilas (ou reformas higienizadoras). O beneficiário não é exatamente o operário do setor da indústria, mas uma certa classe média, composta por funcionários públicos, pequenos comerciantes, professores, e outros profissionais que não tinham poder aquisitivo suficiente para pagar aluguéis mais caros ou adquirir a casa própria, permanecendo a classe mais pobre em condições de exclusão espacial e social. Nesse sentido, se não pelo viés da hereditariedade cultural, mas pela velocidade com que a modernidade se instalava, as duas sociedades apresentam similaridades na forma de tratar a habitação coletiva em frente à crise habitacional que emergiu da crescente urbanização naqueles tempos.

FIGURAS EM DESTAQUE

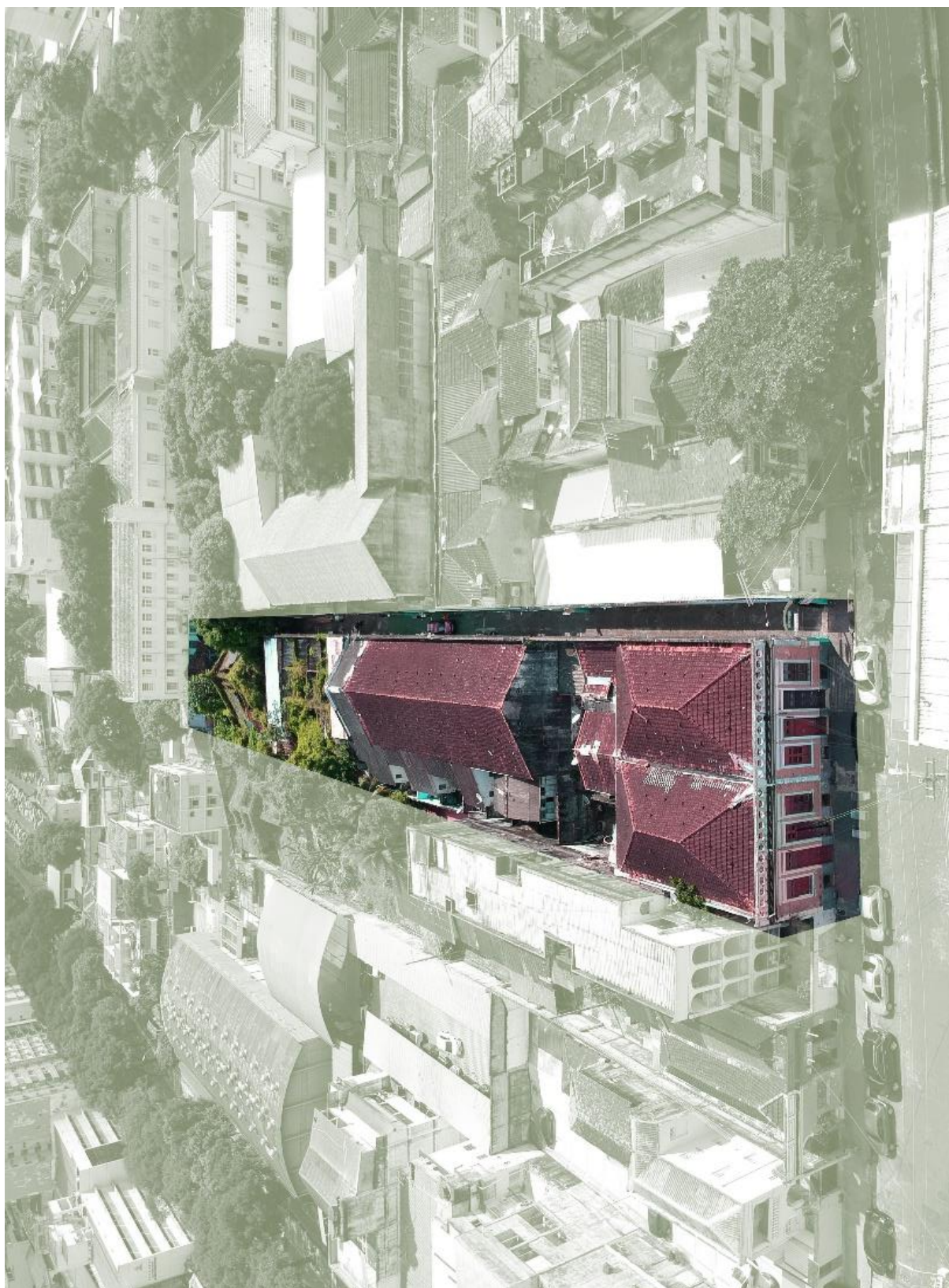


Figura 56: Vista aérea da situação atual da Villa Georgette na rua Lauro Cavalcante. Ao fundo é possível observar a vegetação tomando espaço das coberturas perdidas no incêndio em 2012.
Fonte: Foto Murilo Santos e edição da autora. 2019



Figura 57: Vista aérea atual da Vila Resende (no sentido oposto a foto anterior).
Fonte: Foto Murilo Santos e edição da autora. 2019.



Figura 58: Vista aérea atual da Vila Baependi (Villa Itália) na rua 24 de maio.
Fonte: Foto Murilo Santos e edição da autora. 2019.

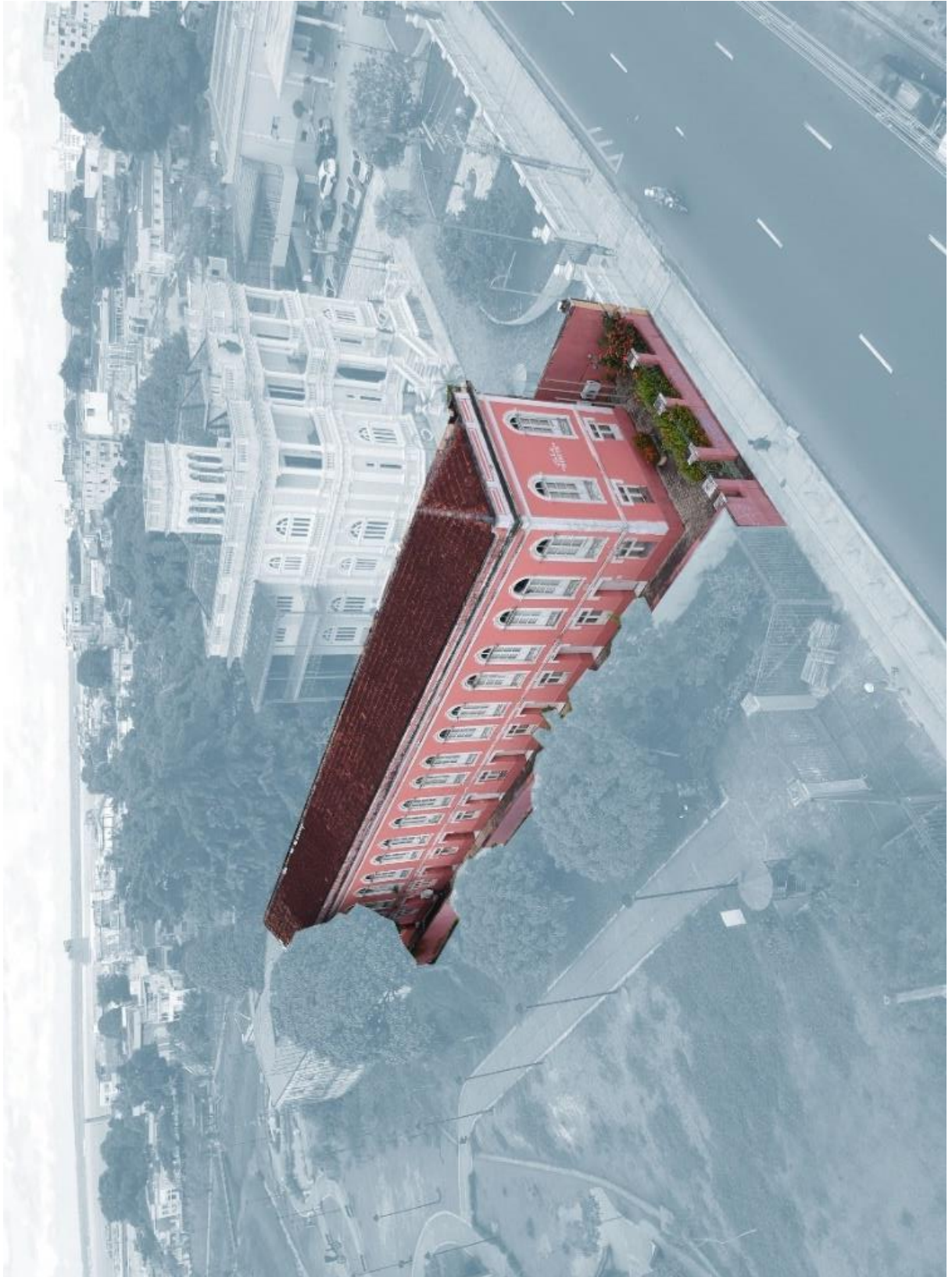


Figura 59: Vista aérea atual da Vila Ninita na Avenida Sete de Setembro, ao lado do palácio Rio Negro (antigo palacete Scholtz).

Fonte: Foto Murilo Santos e edição da autora. 2019.



Figura 60: Vista aérea atual da Vila Lucy na Rua Igarapé de Manaus.
Fonte: Foto Murilo Santos e edição da autora. 2019.



Figura 61: Vista aérea da Vila Ercília na avenida Joaquim Nabuco.
Fonte: Foto Murilo Santos e edição da autora. 2019



Figura 62: Vista aérea da Vila Baima na avenida Sete de Setembro. Nota-se, parcialmente, o aspecto das fachadas dos sobrados geminados para o corredor e a inserção da vila no meio do quarteirão. Fonte: Foto Murilo Santos e edição da autora. 2019.



Figura 63: Vista aérea da Vila do Sr. Christiano Marques no sentido Rua Monsenhor Coutinho para Alexandre Amorim. Nota-se a inserção da vila no meio do quarteirão.
Fonte: Foto Murilo Santos e edição da autora. 2019



Figura 64: Vista aérea da Vila Portugal com acesso pela Av. Luiz Antony.
Fonte: Foto Murilo Santos e edição da autora. 2019



Capítulo 3

3. O ESPAÇO HABITADO E MEMÓRIAS DO MORAR NAS VILAS

3.1 Uma abordagem sobre os programas arquitetônicos das casas de vila

A compreensão e interpretação do domínio privado e do espaço doméstico dessas casas de vilas, construídas na primeira metade do século XX em Manaus, demandam uma abordagem articulada entre o programa arquitetônico¹⁷, não se reduzindo conceitualmente a uma simples lista de dependências oferecidas na edificação destinadas a satisfazer ao uso residencial, mas principalmente, na proposta de modo de viver que o desenho da planta da casa propõe e possibilita ao usuário do objeto; e ao estudo, dentro da perspectiva da cultura material, do papel desempenhado pelos materiais empregados, equipamentos, mobiliário e utensílios disponíveis no habitar, que propiciam a conveniência e o conforto, naquele dado momento, naquele lugar.

No que diz respeito ao programa, na escassez de fontes documentais, como plantas originais e iconografia específica daquela época, relacionada àquelas edificações em Manaus, buscou-se levantar pela captura de imagens e prospecção *in loco*, analisar as dimensões e elementos que pudessem revelar substâncias e características desses espaços originalmente: técnicas construtivas e materiais ainda perceptíveis aos olhos de quem investiga. Assim sendo, buscou-se, na leitura do espaço físico construído e habitado ao longo daquele período, entender como essas acomodações estavam organizadas e articulados os espaços de privacidade, circulação e permanência no interior dessas dependências.

Em relação a organização interna (leiaute) do mobiliário existente e utensílios domésticos utilizados no cotidiano, sabe-se muito pouco, porque praticamente nada restou. É

¹⁷ Programa arquitetônico – também chamado de programa de necessidades ou simplesmente programa. Define-se para o projetar na Arquitetura, como etapa inicial de aproximação e racionalização funcional do problema a solucionar com a concepção do partido arquitetônico. Desta forma, o programa é uma relação de todos os cômodos, ambientes, ou elementos previstos para a construção de um edifício e deve traduzir, sob forma de elementos arquitetônicos, os espaços, onde serão desenvolvidas as atividades humanas, de acordo com a função demandada e características da clientela, além das noções de conforto e necessidades conjunturais e coerentes com seu tempo. No caso do edifício destinado à moradia, ou seja, ao habitar básico de uma família e das pessoas com que elas convivem diariamente, podem-se identificar, prioritariamente três funções primeiras da habitação (coerentes com a tipologia e período em estudo), são estes os setores de “estar”, como sendo um recinto de permanência, onde as pessoas sentam, conversam, recebem visitas, fazem leituras; o setor de “serviço”, onde são preparados os alimentos, equipado com utensílios para cozimento e limpeza desses utensílios, roupas e acessórios; e finalmente o setor de “repouso”, destinados aos hábitos mais íntimos, como banhos, necessidades fisiológicas e dormir. (NEVES, Laert Pedreira – Adoção do Partido na Arquitetura – EDUFBA, 2012).

possível sim, fazer conjecturas baseadas na oferta de equipamentos e serviços domésticos. O fornecimento de energia elétrica iniciou em 1895, a princípio, para iluminação pública com arcos voltaicos e poucos prédios públicos (MESQUITA, 2009, p.216). Alguns anúncios de aluguel das casas de vila, do início do século XX, incluíam no texto a existência de instalações elétricas, e o fato de serem habitações baratas e higiênicas. Dois itens ganham destaque no programa das casas de vila: a cozinha e o banheiro. A cozinha já era servida de água encanada e eletricidade, porém, não havia fornecimento de gás. É preciso referenciar que, em Manaus, a disponibilidade de gás de cozinha encanado nunca existiu – o consumo de gás em botijas teve seu início na década de 1950 e segue até os nossos dias.

A sentina (latrina) é o espaço cujo equipamento sanitário, mencionado muitas vezes nos anúncios de venda e aluguel pelo seu nome de origem “water-closet”, inventado por volta de 1885, que é o vaso sanitário equipado com a caixa de descarga de água. Em 1882, os teóricos da arquitetura francesa, abordam essa questão higienista: “o cidadão deve ser estritamente isolado de suas excreções assim que estas forem produzidas” e descreve como funciona: “um sistema hermético deve abrir instantânea e momentaneamente um conduto de saída e elas devem ser violentamente arrastadas por uma possante carga de água até fora da habitação” (PERROT, 1992, p.338-339).

A despeito de informações sobre a evolução do espaço cozinha, João Luiz Máximo da Silva, em “Cozinha Modelo”, ressalta que a importância da mecanização da cozinha, “de acordo com os princípios da gestão científica”, onde foi possível organizar o novo mobiliário com economia de espaço, com fogões e equipamentos compactos. Mesmo no caso da “casa média” e “casa popular” (ou operária), “uma das principais características nesses tipos de moradia foi a presença constante da cozinha, sempre localizada nos fundos da casa”. (SILVA, 2008, p.115).

Nas propagandas em jornais, destacam-se os anúncios dos armazéns de ferragens, que exibem listas de equipamentos e utensílios. Também encontrou-se uma infinidade de anúncios de leilões de móveis, com oferta de fogões, fogareiros, filtros ingleses (para água) e “trens de cozinha”. Os fogões de ferro e fogareiros menores eram vendidos nos armazéns de ferragens da época, eram para consumo com carvão ou lenha.

A definição dos espaços era muito importante nos parâmetros que passaram a ser exigidos pelas autoridades públicas, de modo a atender aos regulamentos sanitários e códigos de posturas. Nesse sentido, as modificações dos padrões na arquitetura funcionavam como intervenções na família e na casa, e foram tão importantes quanto as intervenções no espaço

urbano, pois implicavam na mudança de hábitos e disciplinamento do corpo. Funcionando como um certo prolongamento do comportamento no meio social para o doméstico.

Ao fazer a reconstituição, em planta baixa, do que eram os programas dessas casas, observa-se que a organização do programa segue ao modelo da tripartição dos espaços da casa burguesa, ou do “morar à francesa”¹⁸, onde definem-se espacialmente os setores “social”, “íntimo” e “serviços”, hierarquicamente definidos: a sala é o local mais público (social), tem janela e porta para via interna (semipúblico); os compartimentos destinados ao descanso (íntimo) vem na sequência, por vezes aparecem portas entre esses compartimentos, ou dependências sem paredes em tijolo (mas vedadas por divisões reversíveis), em que se nota que a noção de privacidade ainda era inconsistente (ou transitória), e no final a cozinha, área de lavar roupa, um pequeno quintal e a sentina (serviços). É possível perceber nos exemplos demonstrados, o surgimento de um espaço destinado ao asseio completo – o banheiro – esse item é raro mesmo nas casas mais abastadas no início na primeira década do século XX.

O primeiro programa analisado, da Villa Georgette (1900-1905), apresenta uma compartimentação semelhante a algumas das primeiras vilas operárias brasileiras. A casa demonstrada em planta baixa como “planta-tipo”¹⁹, é uma reconstituição baseada em levantamento métrico executado sistematicamente, em que a verificação das paredes originais, subtrações e adições feitas ao longo do tempo foram desconsideradas na reconstituição da planta. Isso pode ser verificado em análises comparativas às casas abandonadas depois do incêndio, onde foi feita uma investigação prospectiva em meio à ruína, ao lixo e vegetação crescente, mas que ainda permanecem de pé as paredes originais (Figuras 66 e 67).

A planta-tipo (Figura 65) da casa da Villa Georgette tem a fachada voltada para via interna da vila e programa original distribuído da seguinte forma: pela porta voltada para rua da vila, há uma pequena escada, onde, do lado esquerdo, com 5 degraus, onde se desce para um porão alto, com 2 metros de altura e 7 metros de comprimento. Do mesmo acesso da porta frontal, ao lado direito, há outra escada com 5 degraus que sobem para um corredor com acesso a três cômodos, uma sala, em quarto e outro cômodo aberto para o corredor, que pode ou não

¹⁸ Lemos, ao discorrer sobre as transformações no agenciamento internos dos palacetes paulistanos, explica que a expressão “morar à francesa” pressupunha a divisão da moradia em três zonas distintas: a de estar e receber, a de repousar e a de serviço são compostos (LEMOS, 1993, p.104). Esse critério de distribuição do programa “burguês” foi transportado, de maneira simplificada para as habitações populares, na medida em que novos projetos eram direcionados para esse público.

¹⁹ Planta-tipo da casa – cuja planta baixa se repete no número de casas em formam um conjunto de casas iguais.

ter sido utilizado como quarto (em alguns casos suava-se vedação feita em tabique como uma função divisória). De frente para rua, a pequena sala é o único cômodo com janelas, e ao final do corredor a cozinha. O pé direito, neste nível, é de 4,5 metros e o forro branco, todo em madeira, com desenho geométrico em forma de losango de peças encaixadas no centro e treliças de madeira emolduradas na composição geral, e pintadas em cal. Nos fundos da casa, um pequeno quintal com tanque de lavar e sentina (latrina).

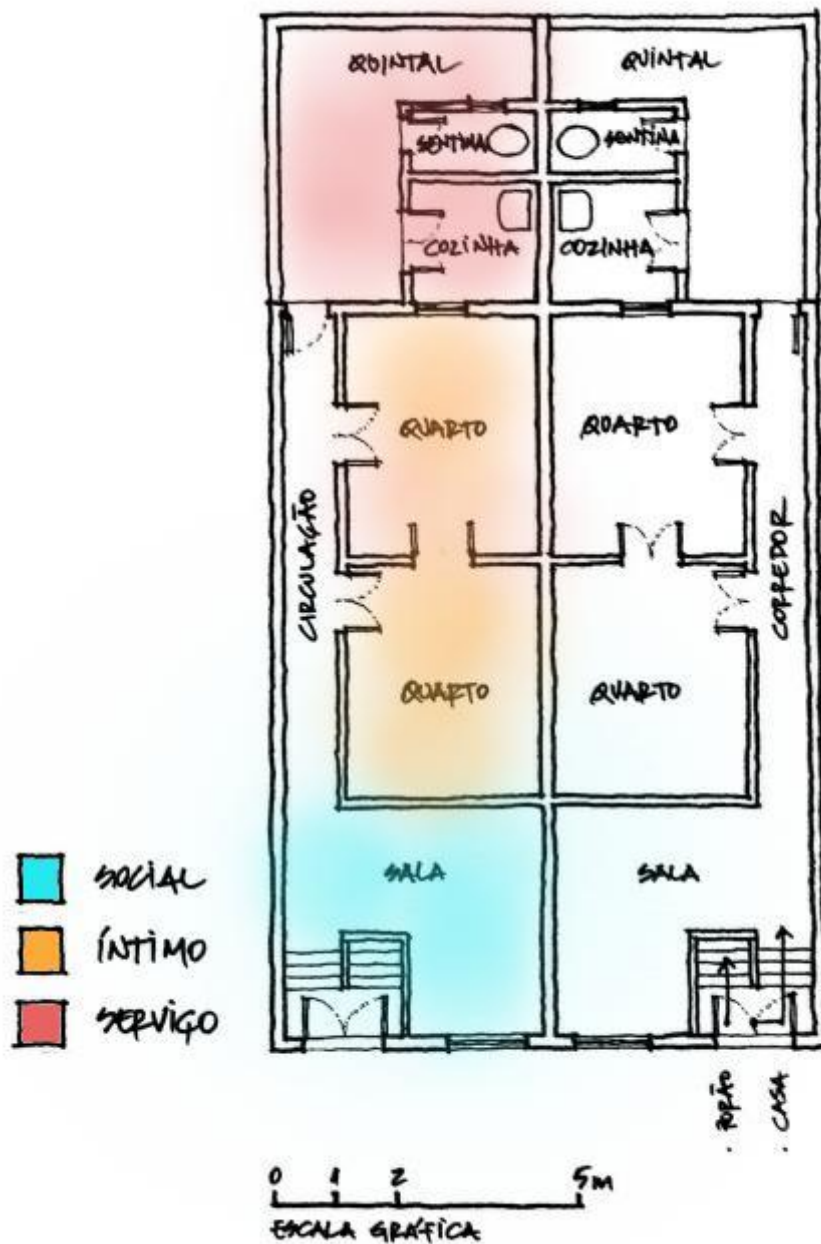


Figura 65: Planta Baixa da casa da Villa Georgette, com a casa gêmea rebatida (espelhada). O agrupamento, duas a duas, compõem o conjunto arquitetônico da vila em sua via privativa. Fonte: Croqui da autora. 2019

No aspecto exterior da arquitetura da Villa Georgette, muito embora fossem habitações mais baratas e destinadas à obtenção de renda, é possível verificar uma variedade de expressões formais do estilo eclético, atendendo às normas composição de estilo conforme o Código de Posturas vigente, com a profusão de ornatos que remetem à valores da cultura burguesa impregnada na sociedade manauara no início do século. Nesse contexto, da mesma maneira que certas vilas operárias atendiam a uma padronização estilística e organização dos espaços, muitas das vilas de classe média construídas em São Paulo e Rio de Janeiro configuravam verdadeiros cenários em seus conjuntos de casas geminadas, cujos detalhes arquitetônicos rememoravam estilos europeus. Segundo Lemos, na análise das “velhas residências” brasileiras, “a Revolução Industrial provocou mudanças nos programas de necessidades, nos equipamentos e na técnica construtiva”. Dessa forma, a arquitetura brasileira pertencia a uma cultura material estruturada por vínculos e relações com velho e dominante modo de viver. (LEMOS, 1993, p. 99).



Figura 66 e Figura 67– Villa Georgette - Estado atual de ruínas das casas ao final da rua privada.
Fonte: foto da autora.2018.

Não se deve ignorar o valor simbólico dado ao aspecto externo da arquitetura - em uma observação crítica ao ecletismo na arquitetura domiciliar, Lemos enfatiza como “surto de riqueza traziam verdadeiras explosões do ecletismo em meio tacanho, como aconteceu no brevíssimo ciclo da borracha em Manaus e Belém”. Ainda reforça ao afirmar que este estilo “é uma posição tolerante em relação ao uso simultâneo de estilos”, não somente em obras vizinhas, mas na mesma obra, transformando o espaço domiciliar a um “festival de estilístico”, apontando para a o uso de elementos e ornatos de estilos diferentes como forma de ostentar riqueza. (LEMOS, 1993, p. 100).

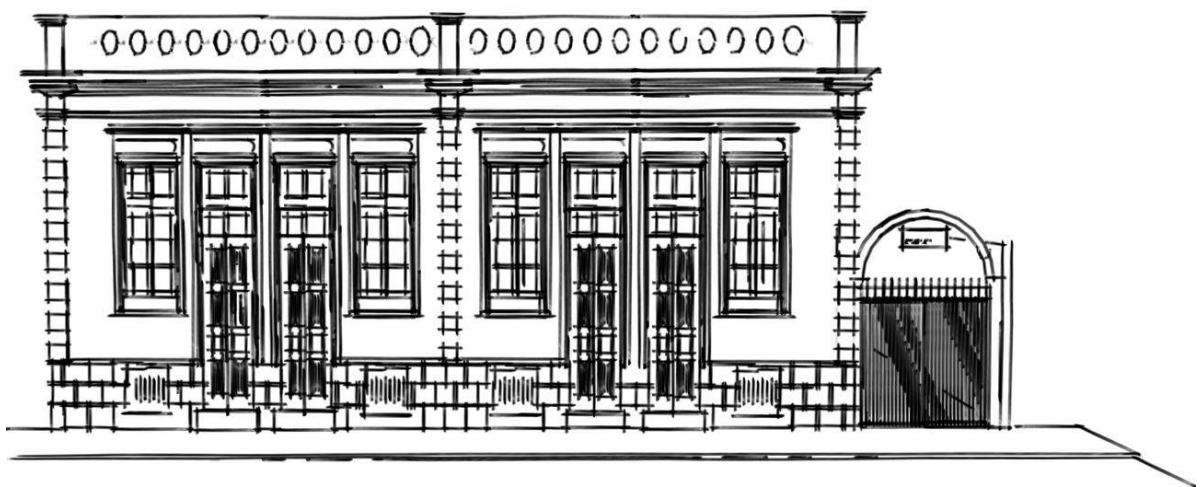


Figura 68: Croqui da fachada principal Vila Georgette à rua Lauro Cavalcante. Fonte: Levantamento por Gabriel Queiroz e edição de imagem da autora.2019.

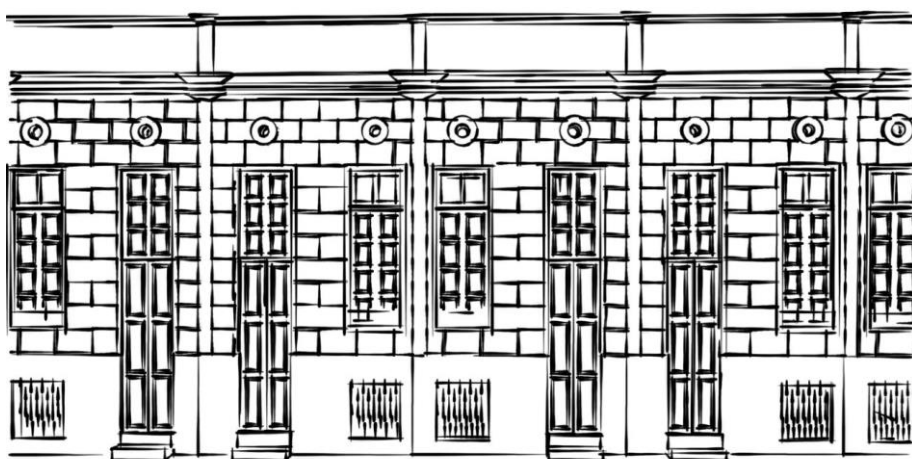


Figura 69: Croqui da fachada das casas na via privativa da Vila Georgette. Fonte: Levantamento por Gabriel Queiroz e edição de imagem da autora.2019.

É conveniente lembrar que de acordo com o Código de Posturas, por meio da lei no. 639, de 13 de setembro de 1910, estabelece exigências quanto a apresentação clara de um estilo que faça parte do vocabulário da arquitetura vigente, ou seja, dentro dos padrões europeus adaptados às possibilidades locais:

Art. 63- É facultativo o estilo arquitetônico dos prédios urbanos, uma vez que sejam observadas as regras da arte, e desde que as proporções das diversas partes componentes do todo obedeçam rigorosamente às exigências do estilo adotado e aos preceitos da estética.

§ 1º - Todo e qualquer edifício a construir, portanto deverá obedecer a um determinado estilo arquitetônico, ou, pelo menos, uma das ordens arquitetônicas, quanto aos entablamentos e molduras decorativas. (SAMPAIO, 2016, p. 172).

A Vila Resende (1911) se diferencia dos vários aspectos da anteriormente tratada: o primeiro, é o pelo partido arquitetônico, no que diz respeito à aplicação de elementos e ornatos do gosto eclético, que nesta tende a uma certa simplificação, embora não possa ser verificado na sua completude, por ter sido bastante descaracterizadas e alterada as posições de portas e janelas, além dos elementos espúrios inseridos fora do contexto e ter sido completamente coberta com revestimento cerâmico contemporâneo, restando parcialmente, a platibanda, com cornijas e frisos. No entanto, as duas vilas possuem uma unidade plástica do conjunto predominante e facilmente reconhecível.



Figura 70: Fachada da Vila Resende descaracterizada. Fonte: Foto da autora. 2019.

O segundo aspecto diz respeito a distribuição do programa arquitetônico, em dois pavimentos, o que propicia uma organização espacial que corresponde às mudanças e tendências da época. Ao focar o objeto de estudo numa perspectiva temporal, é conveniente atentar para as mudanças da vida familiar e urbana em um período de grandes transformações nas noções de habitabilidade, higiene e conforto doméstico. Como resultado dessas mudanças, surge uma nova configuração na compartimentação da casa, onde a preocupação com a racionalização desses novos espaços, privilegia privacidade e limpeza. Solange Aragão relembra que a principal diferença entre o cortiço e a vila é “a obrigatoriedade da existência da cozinha e do banheiro em cada residência”. (ARAGÃO, 2008, p.102). Isso evidencia o como “modificar as condições das habitações estava diretamente relacionado as mudanças na família”. (Idem, p.107).

A habitação passa a explicitar, cada vez mais, o desejo de intimidade familiar, em contraponto aos espaços compartilhados no passado, nos casarões e habitações coletivas, como lembra Perrot:

Um triplo desejo de intimidade familiar, conjugal e pessoal atravessa o conjunto da sociedade a afirma-se com particular insistência no século XX. Ele se exprime notadamente por uma maior aversão a sofrer os constrangimentos da promiscuidade ou da vizinhança, e uma redobrada repugnância pelo panoptismo dos espaços coletivos – prisão, hospital, caserna, internato – ou pelos controles exercidos sobre o corpo. (PERROT, p.320)

Essa afirmativa se confirma em outros exemplares de vilas aqui tratados como exemplos mais significativos do período em estudo, que não puderam ter seus levantamentos métricos feitos como se pretendia, por não apresentarem condições favoráveis, pela ilegibilidade da arquitetura alterada ao longo dos anos, ou pela simples impossibilidade de adentrar espaços privados. Porém, foi possível entrar em alguns espaços em obras, capturar imagens e traçar alguns croquis esquemáticos, reconstruídos a partir das regras de proporção das ordens da arquitetura, que permitiram interpretar a organização. Foi este o caso da Vila Resende, onde foi possível entrar em uma única unidade, em obras, mas que ainda apresentava muito originalidade na sua configuração espacial e materiais empregados.

O segundo programa analisado (Figura 71), da Vila Resende (1910-1911), apresenta sobrados geminados, com dois pavimentos e sem porão e com uma via privativa bastante larga, que permite entrada de carros. Ao observarmos da distribuição do programa: no pavimento térreo, as salas de estar e jantar, cozinha, área descoberta e sentina; no pavimento superior, dois

quartos, um corredor que leva a dois espaços identificados como um possível banheiro e outro com teto baixo, que abriga um reservatório de água.

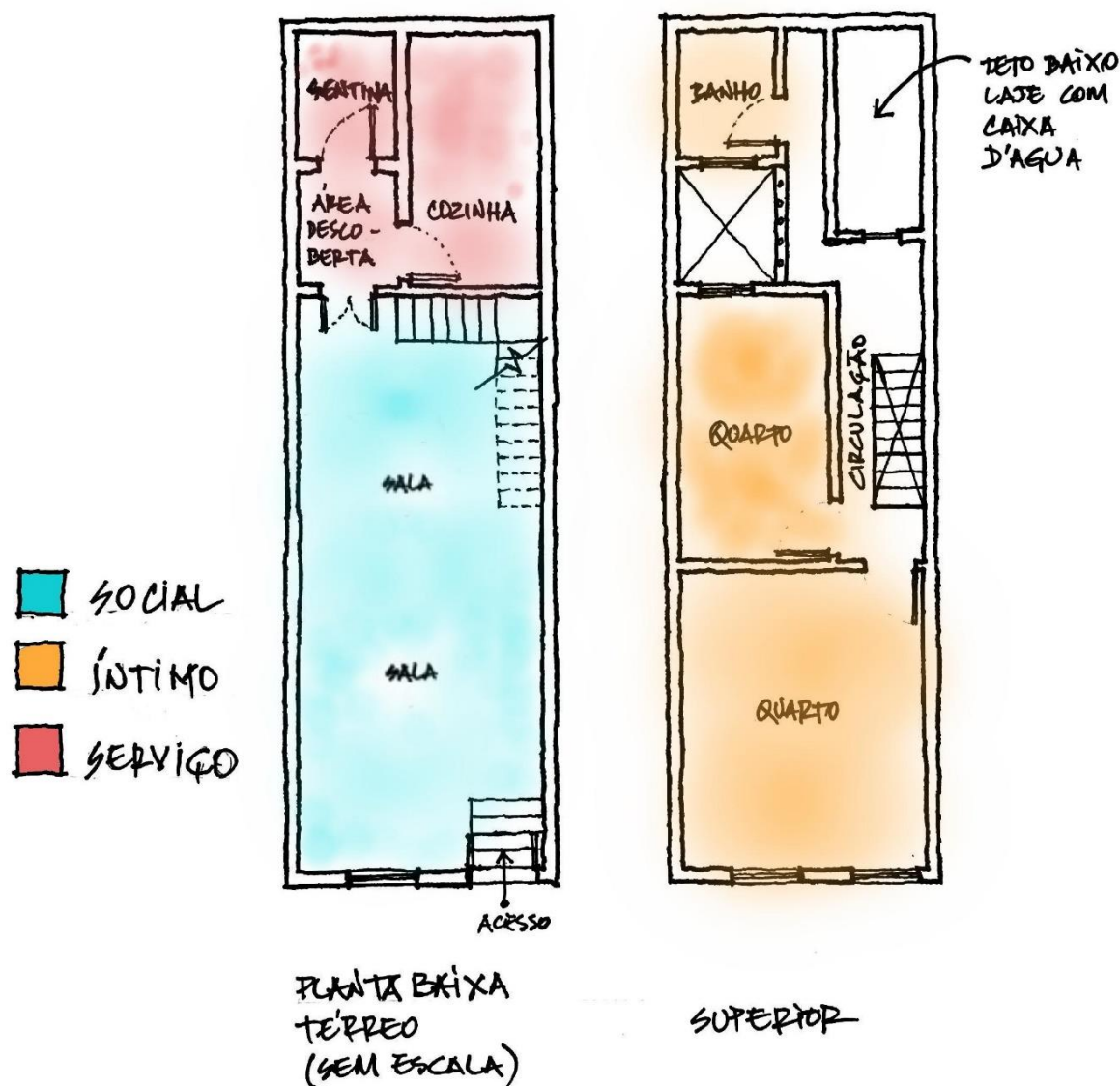


Figura 71: Croqui esquemático da plantas-tipo dos pavimentos térreo e superior da Vila Resende.
 Fonte: Croqui da autora. 2019.

Nota-se que a tripartição dos setores funcionais “social”, “serviço” e “íntimo” (Figura 71) proporciona mais privacidade para os espaços destinados ao descanso. Nesta unidade, a sala (social) ganha dimensões mais amplas e figura como espaço de permanência, receber visitas, conversar e fazer refeições em família – usa-se a expressão “sala conjugada” para espaços integrados que permitem dois ou mais arranjos no leiaute do mobiliário (espaços integrados).

Nos casos em que o morador trabalhava em casa, a exemplos identificados nas pesquisas: costureiras, leiloeiros, entre outros; que recebiam clientes em casa, a sala se tornava o lugar de trabalho e ao mesmo tempo, lugar de passagem da família para pavimento superior, onde os quartos, reservados ao dormir e a intimidade. Esta configuração proporciona mais privacidade à família, pois os moradores podem receber visitas e serviços sem expor a intimidade dos quartos, como acontecia no caso anterior. Os trabalhos domésticos, como cozinhar, lavar e passar roupa situam-se no térreo (serviços) e estão servidos por uma pequena área descoberta (poço de ventilação e iluminação natural) e ao fundo a sentina (latrina).

A partir desse momento, observa-se uma tendência de ocupação por famílias de classe média, seguindo uma mesma tendência do Rio de Janeiro e São Paulo, onde proliferaram projetos de vilas direcionados a essa camada da população que paga aluguel. Solange Aragão fala sobre isso ao diferenciar as vilas operárias das vilas de classe média, que diz respeito ao programa das residências. Enquanto as primeiras possuíam porão alto, uma pequena sala, um ou dois dormitórios e uma cozinha – com banheiro e tanque para lavar roupas na área externa, no quintal; nas vilas de classe média, o banheiro localizava-se no interior da residência, e os cômodos tinham dimensões um pouco maiores, sendo menor a sobreposição de funções que frequentemente acontecia na casa operária. (ARAGÃO, 2010, p.33).

Ao conferirmos no local alguns dos elementos que permanecem na originalidade na casa 3 (que encontrava-se em obras), foi possível encontrar ainda, a escada em madeira (Figuras 72 e 73), cuja origem da madeira não pode ser identificada, com muitas sujidades, mas em estado e razoável de conservação, sem partes faltantes ou patologias que comprometam a estabilidade. Não se pode afirmar se é original o forro, que também reveste a parte inferior da escada, feitas em régua de madeira e pintadas em branco, porém havia muitas partes faltantes e danificadas.

Encontrou-se também um tipo de piso muito característico dos mosaicos usados em outros prédios em Manaus no mesmo período, o ladrilho hidráulico (Figura 74), que é um tipo de revestimento artesanal feito à base de cimento, areia, pó de mármore e óxido de ferro, largamente utilizado na Europa e no Brasil em pisos e paredes. Inicialmente, as peças eram importadas de Portugal, França e Bélgica. No final do século XIX, começou a ser manufaturado no Brasil. Nesta casa, encontrou-se esse mosaico na sala, na cozinha e no pavimento superior, aos fundos, onde há um espaço que era uma provável sala de banho (hoje é um banheiro). Não é possível afirmar que havia um aparelho sanitário no pavimento superior, mas a presença do mosaico indica que era uma onde havia uso de água (área molhadas).

De acordo com código de posturas de 1910, Lei nº 639, d 13/09/1910, no capítulo sobre “Salubridade e condições técnicas dos prédios”, regulamenta sobre os pisos dos prédios:

Art. 71 – O soalho deve ser feito com tipo de emenda “macho e fêmea”, de modo que as tábuas não deixem interstícios: - nas casas reconstruídas será o soalho calafetado, de maneira a não permitir depósito de poeira e de detritos de qualquer natureza.

Parágrafo Único – O solo das cozinhas, bem como as paredes destas, serão de mosaico, as últimas até 1,5m de altura. (SAMPAIO, 2016, p.137)



Figura 72 e Figura 73: Interior da casa 3 da Vila Resende – Vista da escada de acesso ao pavimento superior e detalhe da escada em madeira e piso assoalhado em madeira no pavimento superior. Fonte. Fotos da autora 2019.



Figura 74: Tipo de Mosaico presente na sala, cozinha e parte do piso superior. Ao lado, várias telhas tipo Marselha, de origem portuguesa empilhadas. Fonte. Foto de Ully Nunes, 2019

Não é possível afirmar a origem deste piso nesta casa, mas deve-se registrar que é possível encontrar, publicados em jornais, anúncios publicitários e de venda de mosaicos “Villas Boas & Comp. – receberam um lindo sortimento de azulejos e mosaicos belgas próprios para cozinhas e banheiros” (JORNAL DO COMMERCIO, 12/11/1904). Também encontram-se diversas ocorrências nos “manifestos de importação”, que listam as cargas de muitas caixas contendo “mosaicos” chegadas nos navios do sul do Brasil e destinadas ao Armazém Andressen. (JORNAL DO COMMERCIO, 29/07/1910).

Outro item importante e muito presente em grande parte dos edifícios de Manaus naquele período, são as telhas tipo Marselha (ou telhas francesas). Na Villa Resende, encontramos muitas danificadas e retiradas, cuja inscrição é “Companhia Nacional de Cerâmica” – “Lisboa” – “Fábrica de Palença”.



Figura 75 – Telha tipo Marselha fabricadas em Lisboa, Portugal. Fonte. Foto da autora, 2019

O terceiro programa analisado (Figura 76), da Vila Ercília (1934-1940), é um exemplar cuja padronização estabelecida pela construção, evidencia uma racionalidade e no emprego dos materiais. Configurando também um agrupamento de sobrados geminados, cuja planta obedece rigorosamente à simetria e regras de proporção: as medidas gerais da casa são 5m x 10m, quando rebatidas, fazem um quadrado de 10m x 10m, perfeitamente, que se repete 5 vezes até a décima casa.

A planta-tipo da casa da Vila Ercília (Figura 75) demonstra um programa arquitetônico distribuído com os setores “social” e “serviço” no térreo da unidade e o setor “íntimo” no pavimento superior. Cabe ressaltar que os espaços são claramente definidos pela compartimentação da casa, sem sobreposições: na entrada, um pequeníssimo espaço que remete ao vestíbulo e sala de estar, logo após a sala de jantar, um pequeno lavabo (sanitário com lavatório), a cozinha e área de serviço descoberta; no pavimento superior, dois quartos e uma sala de asseio com banheiro, lavatório, vaso sanitário e bidê – este último, um item de luxo presente somente nas casas de classe mais alta.

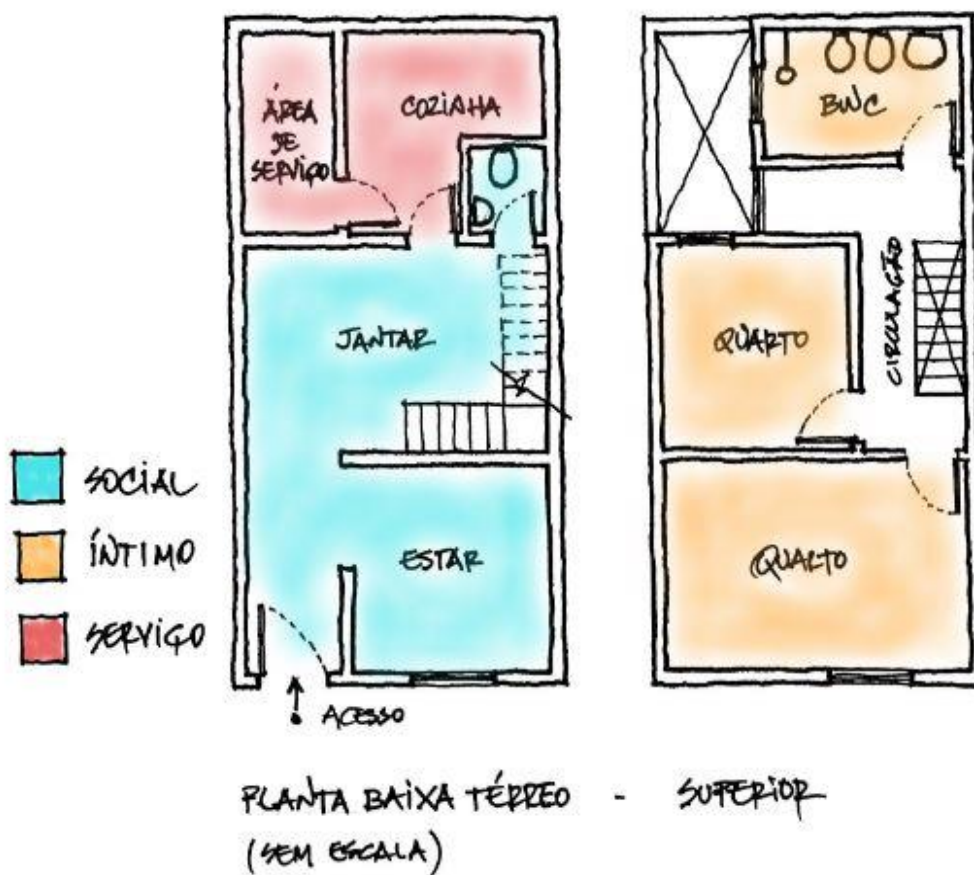


Figura 76: Croqui esquemático com plantas dos pavimentos térreo e superior da Vila Ercília.
 Fonte: Croqui da autora. 2019.

É importante perceber, que nos dois exemplos: Vila Resende e Vila Ercília, a existência de uma, mesmo pequena, área descoberta (poço de ventilação) onde se utiliza como área de serviços, tem uma função de ventilar e iluminar naturalmente a circulação do piso superior e escada, e ainda, ventilar naturalmente, evitando que o calor e umidade excessivas de Manaus possibilite a criação de claustros insalubres.

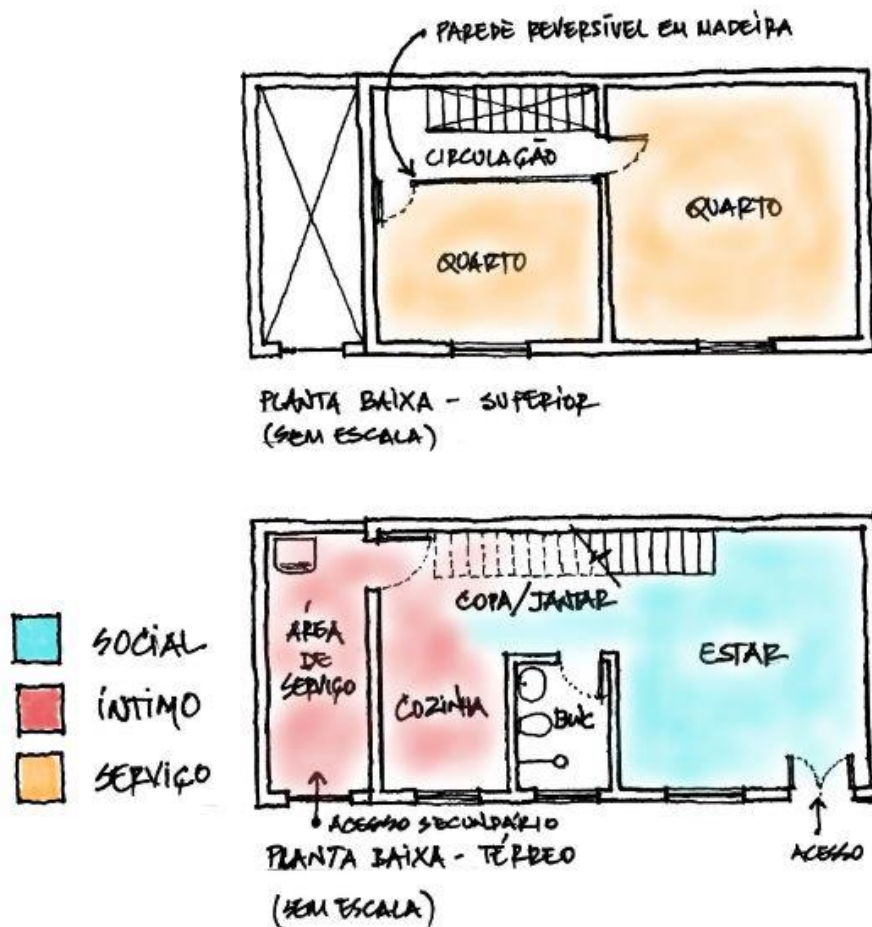


Figura 77: Croqui esquemático com plantas dos pavimentos térreo e superior da Vila Sr. Christiano Marques.
 Fonte: Croqui da autora. 2019.

O programa da Vila do Sr. Christiano Marques (Figura 77) encontra-se distribuído de maneira simples e com a mesma tripartição dos setores funcionais das três anteriores: no térreo estão os setores “social” e “serviços”, e no pavimento superior, o setor “íntimo”. No entanto, neste caso, os espaços estão integrados, em contraponto à compartimentação da Vila Ercília. O setor “social”, no piso térreo, está integrado espacialmente ao lugar onde são feitas as refeições, que é uma espécie de copa, pois está diretamente ligado ao setor “serviço”, neste caso, com a cozinha, porém claramente definidos, pela interposição de um banheiro, o único da casa; na área externa e completando o setor de serviços, um tanque e área descoberta com portão para via privativa da vila. No pavimento superior, o setor “íntimo” possui dois espaços, sendo um quarto claramente definido e compartimentado e outro aberto (originalmente) - algumas casas possuíam esse fechamento em madeira, outras fecharam com alvenaria de tijolos.

Em uma análise comparativa entre as diferentes soluções arquitetônicas para um programa semelhante, nota-se que na necessidade de adaptação ao terreno, na forma da implantação da vila do Sr. Christiano Marques apresenta uma proposta diferente, porém bastante coerente com a condição do terreno existente, comprido e estreito (7m x 80m) que atravessa o quarteirão inteiro (de uma rua para outra), desta forma, determinando que a forma das casas fossem dispostas no sentido longitudinal do terreno em vez de transversalmente à rua interna da vila, como pode ser verificado (na figura 63). Essa decisão de projeto proporcionou que área descoberta (de serviço) tivesse um portão (acesso secundário) voltado para via interna. Ou seja, o lixo produzido na cozinha e serviços da casa, ficavam depositados na área e recolhidos pelo portão de serviço, sem passar pela sala de estar e jantar.

Diferentes soluções, por vezes, acabam por influenciar pequenos detalhes dos hábitos do morar e modificar, aos poucos, o cotidiano dos moradores das casas. O hábito de não acumular resíduos no interior da casa, ou de simplesmente não atravessá-lo pelos locais de permanência é um dado em que, determina um novo procedimento, de caráter higienista, mas que não era uma exigência (para residências), que pode ou não, apresentar-se como inaugural em determinado momento, mas depois passa a ser incorporado em outros projetos, alterando os hábitos da moradia.

3.2 Os sentidos da moradia e a formação do lugar de memória

A sensibilidade à arquitetura na cidade histórica sempre é uma questão polêmica, pois quando confronta a crise e a pobreza, quando tudo tende ao caos, transforma-se em ruína que atesta a decadência. Dessa forma, sempre há uma ansiedade em expressar como o espaço que nos cerca nos influencia e nos toca definitivamente. Ao experimentar espaços acolhedores e desfrutáveis: em uma praça arborizada com prédios harmônicos para contemplar, na surpresa ao defrontar uma perspectiva que emociona e ao caminhar pelas ruas e adentrar espaços que remetem ao passado distante – que muitas vezes parece melhor do que o presente.

O poeta Thiago de Mello, amazonense e natural de Barreirinha, em “Manaus, Amor e Memória” (1983), expressa seus sentimentos em relação à cidade e seus lugares, onde narra sobre de um tempo em que suas vivências construíram-no como homem, nas suas palavras: “Minha memória trabalha com a matéria de um tempo que o próprio tempo comeu. Como é que era esse tempo?” (MELLO, 1983, p.31).

Na narrativa do poeta, há um momento interessante, onde revela “como é que o livro nasceu”, em que relembra a Vila Pedrosa, já citada no capítulo anterior, uma das vilas desaparecidas da cidade, nas suas palavras:

Nasceu num entardecer da primavera chilena de 1973, a envergonhada luz da Cordilheira do Andes banhando a Gran Avenida, no momento em que três militares armados de metralhadoras me obrigaram a ajoelhar no chão. *Mata aqui mesmo?* consultou um dos soldados. Poucas horas antes eu assistira um fuzilamento de dois homens, em plena calçada da avenida proletária, de um deles jamais esquecerei o olhar.

Durante o silêncio – frações de segundos, quero dizer, uma eternidade – entre a pergunta e a resposta do sargento, dezenas, centenas, não sei quantas cenas, nítidas e vivas, me passaram, sucessivas e fugazes, pela memória; muitas delas pertenciam a minha infância: minha Mãe dona Maria lavando roupa sentada no pátio de cimento da nossa casa da Vila Pedrosa; a minha aflição, salvo de um afogamento por meu pai. Puxado de dentro do rio pelos cabelos; um negro enorme se lançando às águas pra salvar o Gorayeb na beirada da serraria Monte Cristo; eu subindo a ladeira da Quintino Bocaiuva com uma carrada de lenha na cabeça; eu com meu filho Manoelzinho ainda menino brincando num carrossel armado na Praça do Ginásio. (MELLO, 1983, p.16)

O autor narra que foi nesse momento que deu conta da “imensa importância de Manaus” na sua vida, e decidiu escrevê-lo, “escrito para os de casa”. Trata-se de uma crônica singela, onde discorre sobre uma época da cidade entre os anos 20 e 50 do século XX, tendo como fonte

principal, suas recordações – tempo em que a cidade encontrava-se em seu largo período de declínio e estagnação.

Sabe-se que a memória é uma categoria biológica e psicológica que diz respeito à capacidade individual de armazenagem e conservação de informações. Não é nesse sentido que pretende-se focar a memória neste estudo. O que se pretende aqui, é atestar aqui é como a memória sobre as vilas de casas no centro histórico de Manaus representa um elemento essencial da identidade de um lugar, que em certa dose, pode contribuir para resgatar parte da memória desta cidade e de valorização desses lugares de memória enquanto herança cultural.

Maurice Halbwachs dedicou grande parte de sua obra ao estudo das diversas formas sociais da memória. Suas reflexões sobre memória coletiva são de muita relevância para as discussões acerca da memória das cidades e memória dos lugares. Nas suas palavras, “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial”. Ou seja, transcende o individual e está ancorada objetivamente ao ambiente material que circunda o indivíduo. “Todo quadro tem uma moldura, mas não há nenhuma relação necessária estreita entre um e outra, e a moldura não tem como evocar o quadro” (HALBWACHS, 2017, p. 170-171)

Portanto, os fenômenos de recordação e localização das lembranças não podem ser levados em consideração sem os contextos espaciais e sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória. O compartilhamento dessas lembranças construídas socialmente, não podem ter apenas uma dimensão individual, tendo em vista que as recordações de um indivíduo nunca são apenas suas ao passo que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social e seu contexto cultural, onde “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2017, p. 56).

O resgate da memória das cidades não pode se limitar a recuperar as formas materiais, dos edifícios históricos, herdados de tempos pretéritos. Maurício Abreu, nos fala em “Sobre a memória das cidades” que as memórias coletivas permanecem e perduram muito mais em seus registros e documentos, do que em formas materiais inscritas na paisagem urbana. É a partir o registro, que essa memória coletiva vai se transformar em memória histórica, e consequentemente, preservar a memória das cidades. São eles que permitem contextualizar os testemunhos do passado que restaram na paisagem. (ABREU, 2011, p.27).

Para Milton Santos, (1994, p.36), o lugar é a “extensão do acontecer solidário”, entendendo-se por solidariedade a obrigação de viver junto. Ou seja, o lugar é lócus do coletivo, do intersubjetivo. Dessa forma, vemos o objeto desse estudo, esse fragmento do tecido urbano,

denominado “vila” e composto pelo agrupamento de casas, implantada no interior dos quarteirões, cuja ligação com a via principal se faz por meio de uma viela estreita, que se apresenta como um elemento espacial de caráter semipúblico – a rua estreita configura um espaço de transição que separa o público (a cidade) do privado (casa).

Quem já passou pelas ruas no centro histórico, nos bairros da Aparecida, na Av. Joaquim Nabuco e cercanias do Igarapé de Manaus, pode perceber, ou deve ter notado, diversas vezes, que, entre algumas edificações há uma rua estreita com casas idênticas alinhadas, que penetram no miolo da quadra e configuram esse espaço da vila, onde os moradores sentam-se para conversar em grupos de dois ou três, em “cadeiras de macarrão” (ou tipo espaguete), e compartilham suas vidas em um modo de vida peculiar.

O que se percebe é que é esse caráter semipúblico da via privativa, com as casas geminadas alinhadas voltadas para a via, que se transforma em pátio comum, onde as pessoas se conhecem e convivem, proporciona um cenário nostálgico que transporta aquele que adentra na vila para outro tempo - talvez “um tempo que o próprio tempo comeu...”, ao tomar por empréstimo as palavras de Thiago de Mello.

Esses fragmentos do tecido urbano, onde grupo de casas abrem um espaço que se destaca no interior do quarteirão, que se repete em um padrão de composição arquitetônico determinado, e que no interior, quase sempre tem o mesmo programa; pelo pátio ou arruamento – esse espaço semipúblico é utilizado basicamente pelos próprios moradores e se apresenta como um espaço de transição, que se coloca entre a vida privada, no interior das casas, e o público, espaço de conflitos e disputas, a cidade. Dessa forma, esse espaço transitório parece representar um lugar mais acolhedor.

Um pensamento de Alain de Botton, em “A Arquitetura da Felicidade” traz à discussão a questão de como a qualidade é interpretativa da habitação, e como os espaços arquitetônicos podem influenciar na sensação de acolhimento e felicidade, quando nos fala: “A casa se transformou numa testemunha bem informada” (BOTTON, 2007, p.10), pois é dentro desses espaços, onde foram registrados os acontecimentos mais importantes, tristes e alegres, simples cotidiano, guardados em forma de recordações e ligados às sensações de apreensão da forma visual. Isso não significa que, interpretado simploriamente, as cores das paredes determinam o humor de alguém e o que quanto mais cara a arquitetura, mais feliz será a família que a habita - não é disso que se trata. Para Botton, a premissa para se acreditar na importância da arquitetura está ligada ao fato de os indivíduos alcançarem suas identidades, “a noção de que somos, queiramos ou não pessoas diferentes em lugares diferentes”. (BOTTON, 2007, p.14)

Para trazer à luz respostas às indagações feitas acerca da qualidade do morar nas vilas, fez-se necessário escutar alguns ex-moradores das vilas aqui tratadas como objetos de estudo. Uma delas é Etelvina Garcia, ex-moradora da Vila Itália (Vila Baependi) ente 1940-1950. Na entrevista gentilmente concedida pela ex-moradora, recordações repletas de interpretações do contexto citadino manauara da época, em que ressalta: “O mais importante era a forma como se vivia; a qualidade da comunidade que se alojou naquele pequeno espaço - todos os moradores se conheciam e existia um sentimento de solidariedade entre todos”. Descreve um cotidiano da cidade bastante casual e espontâneo entre moradores e frequentadores da vila: “naquela época, a vila não tinha portão, apenas o arco na entrada”.

Nas lembranças de Etelvina Garcia, a vila era habitada por pessoas com diferentes atividades na cidade, dentre alguns, ela relembra que:

Na primeira casa, com fachada e entrada independente da vila, na rua 24 de maio, morava uma costureira, Dona Marília Henrique Alvares, segundo Etelvina, “essa senhora possuía mãos de fada e fazia as mais finas confecções de Manaus naquela época”;

Na casa “A”, primeira casa do lado direito da via interna, morava a família de Etelvina, composta por seu pai, que trabalhava como fiscal da Alfandega no Porto, sua mãe e três irmãos. Na casa “B” morava uma família de judeus, Sr. Marcos, Dona Elisa e dois filhos. Na casa “C”, Dona Cacilda e família, proprietários de uma serraria;

Na casa “D”, morava o Sr. João Liberal, que trabalhava como professor na Escola Técnica Federal do Amazonas (hoje Instituto Federal do Amazonas) e também exercia atividades como editor gráfico e presidente de clube de futebol, Segundo Etelvina, “sempre muito envolvido com movimentos culturais e esportivos”. Frequentavam a sua casa, habitualmente, o escritor Manuel Nunes Pereira, o Padre Agostinho Martin (dos Salesianos Dom Bosco) e o poeta Américo Antony;

Na casa “G”, morava o Sr. Stenio Neves, sua esposa Dona Iandecy e três filhas. Stenio Neves foi chefe de Polícia e prefeito. Ficou mais conhecido pelos métodos pouco ortodoxos de tratar a segurança pública; na casa “F” morava Dona Deusuíta, mãe do Walter Rayol, que foi prefeito.

“Sobre a mudança do nome da vila, relembra a ex-moradora, que foi em agosto de 1942, que “um grupo de estudantes do ginásio ou da faculdade de direito que estavam ali com uma escada e retiraram o nome da Vila Itália com espátulas e trocaram por Baependi”, depois disso,

desceram as escadas para a vila e foram tomar “café com bolachas pic-nic da padaria Mimi” na casa de um morador.

Etelvina lembra que Paulo (filho do Sr. João Liberal), da casa “D”, trouxe a notícia da rendição da Alemanha em 8 de maio de 1945: “leu numa tabuleta que ficava pendurada na frente do jornal, que tocou uma sirene para anunciar a notícia – naquele dia todos festejaram na vila”.

Sobre a questão dos preços dos aluguéis, Etelvina respondeu que “todos os moradores pagavam aluguel - ninguém dava muita bola pra comprar casa própria – os alugueis eram baratos”. Há sempre a interpretação possível, de que naqueles anos de crise e não havia expectativa para financiamentos à habitação, ou não era demasiado importante a propriedade, e sim um lugar bom para morar exercendo a posse temporária por meio do aluguel, portanto, vivia-se como a vida se apresentava.

Outro depoimento importante, foi da prof. Maria Luiza Mininéia, es diretora do Grupo Escolar Princesa Isabel, localizado ao lado do Instituto de Educação do Amazonas, em frente à praça do Congresso, nos altos da Avenida Eduardo Ribeiro. Suas memórias sobre o morar na Vila Portugal, de 1949, localizada na Rua Luiz Antony, bairro da Aparecida, onde morou com o marido durante 30 anos, Sr. Raimundo Augusto Mininéia, que era procurador do INSS, e dois filhos, Luiz Artur e Álvaro.

Maria Luiza, relembra que a Vila Portugal “e as outras vilas do bairro também não tinham portão até o início da Zona Franca” quando a cidade voltou a ficar mais movimentada. A ex-moradora morava na terceira casa, das quatro existentes nessa pequena vila. “A casa tinha somente uma sala, um quarto, cozinha e uma pequena área”. Alguns anos depois, a casa quatro foi desocupada e ela alugou e reformou a casa – transformando as casas 3 e 4 em uma só. Para Maria Luiza e o esposo, não havia desconforto nenhum em pagar aluguel. “A vida naquela época era muito pacata e os dias eram muito tranquilos”.

A fala da Maria Luiza e Etelvina coincidem nas descrições da cidade, tal qual nas recordações sempre trazidas por memorialistas, e ao mesmo tempo, ao descrever as relações de vizinhança como um dos fatores determinantes para atribuir um valor simbólico e afetivo bastante peculiar quando se fala da qualidade do morar.

Uma lembrança muito presente, são os vendedores ambulantes, que passavam de manhã cedo na rua e entravam livremente nas vilas, com seus tabuleiros de madeira, com peixes ou verduras, que carregavam na cabeça protegida por um pano, e a cada porta que paravam,

armavam um cavalete e exibiam os produtos às donas de casa. Ou ainda os “cascalheiros”, que passavam anunciando em cantorias e tocando o triângulo. Todos apareciam e saíam da vila, sem que isso representasse uma ameaça à segurança ou à privacidade.

A singular contribuição da literatura de Milton Hatoum, para a memória dos lugares de Manaus, mesmo na ficção, sua escrita sempre evoca fragmentos de cidade, por meio de percursos inseridos na narrativa, encontram-se alusões sonoras, experiências visuais e olfativas, que estão diretamente vinculadas em referências temporais e espaciais com a realidade da cidade. Em *Cinzas do Norte*, a personagem Ramira, trabalha como costureira e luta para sustentar e educar o sobrinho Lavo, muda-se do morro da catita para o centro da cidade, para ficar mais perto da sua clientela, na expectativa de ganhar mais dinheiro, onde consegue comprar uma das “cinco casinhas de madeira de madeira na Vila da Ópera, enfileiradas, se intrometiam como uma cicatriz num quarteirão de sobrados austeros o acesso era por uma servidão de uns três metros de largura”. (HATOUM, 2005, p.25).

Não por acaso, a epígrafe do livro é de João Guimarães Rosa: “Eu sou donde nasci. Sou de outros lugares”. E também não é por acaso que o personagem principal da trama se chama Mundo (de Raimundo). A amizade de Mundo e Lavo, que narra a história, se inicia no Colégio Dom Pedro II, e visita muitos lugares, desde ruas e praças, ao palacete do rico empresário Trajano Mattoso (Jano), apresentado ironicamente pelo autor, na descrição da pintura do teto da sala, como se fosse uma imitação feita pelo próprio *De Angelis*, da pintura feita no Salão Nobre do Teatro Amazonas – esta sutileza expõe como o imaginário burguês estava preenchido pela simbologia do teatro como ícone de deslumbramento ostentado pelo Mattoso.

A narrativa do autor expõe a Amazônia e de conflitos e contrastes, cuidadosamente alinhavada entre os acontecimentos históricos e a ficção, onde aparecem frequentemente expressões do vocabulário local, nomes de árvores, lugares e costumes, especialmente os alimentares. O autor menciona tambaqui, cupuaçu, jaraqui, pupunha e tartaruga - encontra-se um trecho onde se descreve como se mata uma tartaruga para preparar os diversos pratos tradicionais feitos com o cetáceo. Mesmo para alguns amazonenses, esses rituais do como se mata a tartaruga podem ser considerados “métodos bárbaros” (HATOUM, 2005, p.35).

De um outro lado, a desigualdade social emerge das diferenças entre as duas famílias, de Lavo, sobrinho da costureira que mora na casa de vila, e Mundo, filho de Jano e Alícia, moradores do rico palacete vizinho, e evidenciam como mundos opostos podem, ao mesmo tempo, estar tão próximos. A pobreza da população e a insalubridade da vida à beira dos

igarapés é exposta como Lavo aponta em certo trecho: “Olhei para a água barrenta e suja do igarapé, para os casebres, para a gente pobre da beira rio, e pensei no meu amigo em Berlim”. Na sequência, depois de ter recebido uma importância vultuosa em dinheiro e contemplar as condições degradantes ao seu olhar, ele diz: “O fedor da água e das latrinas dos casebres era insuportável, e aquela quantia, uma aberração na paisagem devastada”. (HATOUM, 2005, p.230-231).

A valorização da memória dos lugares na cidade, reflete uma busca por significados e raízes, uma relação de identidade entre a sociedade e os espaços produzidos onde estão fixados e ancorados essas mesmas sociedades.

Um artigo de Nelson Brilhante publicado no jornal a Crítica em 24 de fevereiro de 2013²⁰ intitulada “Charme das Vilas: o pacato estilo de vida de quem mora nesses conjuntos”, onde traz uma visão nostálgica do interior das Vilas, “a vida nas vilas do Centro continua, se não a mesma, mas a passos lentos em todos os sentidos”. O Jornalista refere-se mais especificamente ao estado de abandono da Vila Georgette, principalmente depois do incêndio, já citado aqui no segundo capítulo. “A convivência segue tão pacata e as reformas dos prédios tão esquecidas que tem-se a impressão de que a modernidade insiste em não entrar nas estreitas vielas cercadas de casas”. Mais uma vez, mostra-se como referência à memória, os hábitos cultivados pelos moradores no espaço semipúblico da via interna da vila: “Somente nesses pequenos conjuntos é possível manter alguns dos velhos costumes que a violência urbana se encarregou de arquivar. Em algumas vilas ainda é possível, por exemplo, colocar a cadeira na porta de casa e bater papo com a vizinhança, afinal, vizinhos desconhecidos é coisa de condomínio e prédio de apartamentos”. (BRILHANTE, 2013, p.1)

No depoimento dado ao jornalista, o vendedor de churrasco Evandro Celestino Cruz, conta que recebeu um apartamento no Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim), mas alugou uma das casas porque fica perto de onde comercializa seu produto. Porém não tem dúvidas sobre a diferença em relação ao morar no Prosamim do igarapé do 40, quando comenta: “Além da gente conversar com todo mundo, a criançada pode brincar à vontade. A gente fica despreocupado, principalmente porque sabe que aqui as crianças não

²⁰ BRILHANTE, Nelson. A Crítica. Acesso em 11.07.2016 < <http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/charme-das-vilas-pacato-estido-de-vida-de-quem-mora-nesses-conjuntos> >

correm risco de acidente de trânsito”, quando refere-se à convivência no espaço da via interna da vila, e completa com um lamento: “Que bom se essa tranquilidade fosse em toda a cidade, como era antigamente”.



Figura 78 – Aspecto da via interna no interior da Villa Georgette em 2013 – extraída do artigo de Nelson Brilhante, publicado em A Crítica, em 24/02/2013. Crédito da foto: Luiz Vasconcelos (2013).

Se na Manaus do início do século XX, quando o ideal de moradia urbana eram os palacetes e sobrados voltados para a rua principal, a fim de mostrar êxito econômico por meio do “bem morar”, as vilas eram tão desprezadas e confundidas com os cortiços, como forma de habitação tanto pela burguesia ou classes mais privilegiadas. Ao longo da primeira metade do século XX, essa tipologia arquitetônica se multiplicou e floresceu pela cidade, justamente por proporcionar mais segurança e privacidade que as casas que as casas isoladas com portas e janelas para rua principal, e de um modo de vida diferenciado pelo espaço semipúblico da via privativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal tema que essa pesquisa aborda, materializados nas vilas de casas, é o espaço da moradia, dentro de uma perspectiva que aborda um certo tipo, que chamamos de coletivas no passado, e mais recentemente de multifamiliar. Buscou-se, na pesquisa, registrar e resgatar parte da memória urbana de Manaus, ao reconhecer a importância dessa tipologia de habitação como herança cultural a valorizar e preservar.

No entanto, quando tratamos o habitar a cidade, se faz necessário compreender que o quando abordamos a casa em sua concepção projetual, na forma, na organização e equipamentos, não se pretende encerrar a interpretação do habitar como nas teorias da arquitetura progressista difundida amplamente por Le Corbusier, onde a casa é máquina de morar e o habitar é uma utilidade da casa. Trata-se exatamente do oposto: buscou-se, nesse trabalho, sempre que possível, demonstrar que a essência do habitar não se limita à moradia. A cidade produzida e construída entram no domínio de nosso habitar, um para o outro, em relação de fim e meio.

Essa aproximação entre os sentidos dos espaços arquitetônicos e urbanísticos, do privado e público, explicitam significados e valores atribuídos aos lugares e à maneira que estabelecemos relações com a vizinhança e com a coletividade. Compreendendo assim, os espaços da habitação, dos percursos, da escola, do trabalho, do lazer e contemplação, etc., todos fazem parte da construção da percepção da cidade enquanto lugar de vivências e sociabilidades.

Dentro da pesquisa, foi possível abordar com mais ênfase, como as transformações estruturais e sociais empreendidas na passagem do século XIX-XX, foram determinantes na produção de uma imagem com propósito de inserir esse lugar em um contexto do mundo capitalista emergente. Os espaços foram concebidos por meio de intervenções urbanas e vinculados a essa imagem, toda estética burguesa, emoldurada por valores que se representavam na arquitetura eclética e rica, valores morais e religiosos, modos de comportar e vestir e sociabilizar. De certo modo, muitos dos hábitos e modos de viver que emergiram na formação dessa sociedade, surgiram em consonância com as transformações dos espaços privados, da infraestrutura e disponibilidade de equipamentos urbanos à população nessa nova composição social – que passaram a traduzir uma nova identidade de seus cidadãos.

Dentro desse contexto histórico, onde a aglomeração crescente no espaço urbano constituiu-se (e assim é até os nossos dias) como uma questão emergente e desafiadora a ser solucionada também por meio da arquitetura e do urbanismo, além de outros elementos que

dependem do suporte do planejamento e políticas públicas. A concentração das populações nas cidades fez emergir o caos urbano: crise sanitária, crise habitacional, a pobreza e as manifestações na tentativa de resolvê-las: sanitaristas, engenheiros, arquitetos e urbanistas, cientistas sociais, literatos e outros.

Na escala urbana, dentre todos esses elementos da modernidade que se instalaram no atravessar do século XIX para o XX, a moradia coletiva surge precisamente na concentração de indivíduos compartilhando elementos de uso comum. O fenômeno das vilas em Manaus, surge dentro de um processo de especialização funcional e social dentro do espaço urbano, o uso do solo e as classes sociais, categorias que antes se misturavam, neste momento passam a ocupar áreas exclusivas. Aqueles que podem pagar pelo aluguel de uma casa de vila ou até edificá-la, vão consolidando sua ocupação nos espaços privilegiados e centrais da cidade, enquanto a população pobre instala-se em casebres em palafitas nas margens dos rios e igarapés, onde são tolerados, ou em terrenos de propriedade indefinida, onde é possível instalar-se.

Nos resultados das análises sobre a compartimentação e organização dos semelhantes programas, na escala arquitetônica, pode-se verificar como esses espaços revelam intenções de conduzir os hábitos de seus moradores no cotidiano, como efeito disciplinador do corpo. As vilas, uma vez desvinculadas do estigma de insalubridade e promiscuidade dos cortiços, estâncias, e outras habitações coletivas demonizadas pelos sanitaristas, vêm atender à emergente classe média, cujos interiores refletem as transformações de requalificação do espaço doméstico da época: oferecem mais privacidade, higiene e serviços urbanos (mesmo que precariamente), como luz, água, transporte público (bonde).

Ao percorrer as ruas da cidade a procurar e investigar esses fragmentos do tecido urbano, que permeiam os quarteirões e guardam surpresas, algumas desagradáveis aos sentidos, porém, aos olhos da arquiteta e urbanista, com potencial revelador sobre a história acumulada e contida no espaço construído e transformado. Dentre as 58 vilas localizadas e identificadas, foram apresentadas apenas 9 no trabalho uma seleção cujos critérios foram, basicamente, o período da construção, partido e programa arquitetônicos. Somente 4 casas puderam ter sua originalidade investigada. Porém, existem muitas outras vilas, algumas com casas originais em madeira que ainda resistem. A desvalorização e abandono da arquitetura em madeira no cotidiano manauara sempre foi um fato que incomoda alguns arquitetos, por tratar-se de uma matéria prima regional e coerente com o clima local.

Por fim, morar e trabalhar são duas dimensões que surgem vinculadas ao longo da história das cidades. A premissa condutora dessa pesquisa foi pensar que ao trazermos à luz da História, fenômenos pontuais da construção da cidade de Manaus, estaremos mais próximos de compreendê-la, transformá-la e preservá-la para atender aqueles que nela vivem – as pessoas.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas

ARAGÃO, Solange de. **No interior do quarteirão: um estudo sobre as vilas da cidade de São Paulo**. Solange de Aragão. - São Paulo. Annablume, 2010.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva S.A. 1999.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo** / Eva Blay. – São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. **Pioneiros da habitação social**, vol. 1: Cem anos de políticas públicas no Brasil. 1ª ed. São Paulo: UNESP: Edições SESC. 2014

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria** / Nabil Bonduki – São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A Política dos Outros – O Cotidiano dos Moradores da Periferia e o que Pensam do Poder e dos Poderosos**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1984.

CARVALHO, Vania Carneiro de. **Gênero e Artefato: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material – São Paulo, 1870-1920**. - São Paulo: Universidade de São Paulo/Fapesp, 2008.

CHALHOUB, Sidney. **A cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial** / Sidney Chalhoub. - 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. São Paulo. UNESP. 2006.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. 2000. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart – São Paulo Livraria Editora Ltda. 1972.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2004.

DAOU, Ana Maria. **Cidade, teatro e o “Paiz das Seringueiras: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX**/Ana Maria Daou. – Rio de Janeiro: Rio Books’s, 2014.

DIAS, Edineia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**. Manaus 1890-1920. Manaus: Valer, 2007.

FERRARI, Celson. **Dicionário de Urbanismo**. São Paulo: Disal, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

GUERRAND, Roger –Henri. Espaços Privados in: In: **A História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Org.: Michelle Perrot; trad.: Denise Bottmann. 324-411. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

GONÇALVES, M. F. Novas configurações no desenvolvimento urbano paulista. In: **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, 1994, nº 38, p. 39-53.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4.ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000. 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 5.ed, 2008, 6ª reimpressão 2016.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003

LEMOS, Carlos A.C. **Alvenaria Burguesa**: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. São Paulo: Nobel. 2. ed. rev., ampl. São Paulo: Nobel, 1989.

LEMOS, Carlos A.C. **Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX**. Anais do Museu Paulista. Nova Série. São Paulo, n.1, p.85-106, 1993.

LEMOS, Carlos A.C. **História da Casa Brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989.

LUZ, Alfredo. **Vilas Cariocas**: Estudos de Caso. Rio de Janeiro: Luz Arquitetura, 2014

MARINS, Paulo César Garcez. **Através da Rótula**: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP, 2001.

MELLO, Thiago de. **Manaus Amor e Memória**. Manaus, 1983.

MESQUITA, O. **Manaus - História e Arquitetura (1852-1910)**. Edição ampliada e revisada. Manaus: Valer. 2019

MESQUITA, O. **La Belle Vitrine**: Manaus entre dois tempos (1880-1900). Manaus: UFAM. 2009

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus**. 4.ed. Manaus: Metro Cubico,1994.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Arquitetura**: Tratado sobre a evolução do prédio amazonense. Manaus: Mário Ypiranga Monteiro, 2006.

MOTA, Vanderlan Santos. **Espaços Públicos de Lazer em Manaus**: O Papel das Políticas Públicas. Manaus: Valer, 2008.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NORA, Pierre. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. Projeto História v.10, p.13, 1993 (trad.: Yara Aun Khury).

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920 - 1967**. Manaus: Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

PEREIRA, Gaspar Martins. **Casa e Família**: – As Ilhas no Porto em Finais do Século XIX.” II Encontro sobre População Portuguesa – Porto: CEPFAM-Centro de Estudos da População e Família. Repositório Aberto - Universidade do Porto.1996.

PÉRES, Jefferson. **Evocação de Manaus como eu a vi e sonhei**. Manaus: Editora Valer, 2002.

PERROT, Michelle. Maneiras de Morar in: **In: A História da Vida Privada, 4**: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Org.: Michelle Perrot; trad.: Denise Bottmann. 308-324. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

PROST, Antoine. Fronteiras e o espaço do privado. In: **A História da Vida Privada, 5**: da Primeira Guerra a nossos dias. org. Antoine Prost e Gerard Vincent; trad.; Denise Bottmann.13-113. São Paulo: Cia das Letras. 1992.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Posturas Municipais Amazonas (1838-1967)**. Organização de Patrícia Melo Sampaio. Manaus. EDUA, 2016.

SANTOS, Paulo Ferreira, 1904-1988. **Formação das cidades no Brasil colonial**: UFRJ/Iphan, 2015.

SEGAWA, Hugo. **O Prelúdio da Metrópole**: Arquitetura e Urbanismo em São Paulo na Passagem do Século XIX ao XX. São Paulo: Ateliê Editorial.2000.

SILVA, James Roberto. **Fotogenia do caos**: fotografia, medicina e saúde pública em São Paulo (1880-1920). Curitiba: CRV,2016.

SILVA, João Luiz Máximo da. **Cozinha Modelo**: O Impacto do Gás e da Eletricidade na Casa Paulistana (1870-1930). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. 4.ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

VAZ, Lilian Fessler. **Modernidade e Moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro: Séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP: Lincoln Institute,1998.

Dissertações e teses

SOUZA, Leno José Barata. **Cidade Flutuante. Uma Manaus sobre as águas (1920-1967)**. Tese de Doutorado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

BARAÚNA, Silvia Maria Quintino. **Condições Sociais de Migrantes em Manaus, 1920-1945**. Dissertação de Mestrado, Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2010.

BENTES, Dorinethe. **Manaus: Outras faces da história, 1910 - 1940**. Piauí: Reggo, 2012

HEINBECKER, Vlória Cantanhede. **Habitar na cidade: Provisão estatal da moradia em Manaus, de 1943 a 1975**. Dissertação de Mestrado, Manaus: Universidade Federal do Amazonas. 2014.

Fontes Oficiais

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS – SEMEF – Cadastro Imobiliário dos Imóveis de Manaus

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS – Decreto nº 7176, de 10 de fevereiro de 2004 – publicado no D.O.M. nº 938 de 11/02/04

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS – Fichas Cadastrais do Inventário dos bens de interesse Patrimonial de Manaus (2002)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS – Plano Diretor e Ambiental da Cidade de Manaus – Lei Complementar nº 002, de 16 de janeiro de 2014 – D.O.M. de 16/02/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS – Lei Orgânica do Município de Manaus de 05 de abril de 1990

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS – Lei nº 1528 de 26 de maio de 1982 – D.O.A. de 26/05/1982.

IPHAN – Dossiê do Tombamento do Centro Histórico de Manaus – Departamento de Patrimônio Material- DEPAM/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN. Brasília. 2010

Periódicos

Jornal do Comércio – Consultados na Hemeroteca Virtual da Biblioteca Nacional

Jornais da Internet

DIAS, Mônica; SOUZA, Marina. “Incêndio destrói sete casas em vila histórica no Centro de Manaus”. G1. Disponível em: <

<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/08/incendio-destroi-sete-casas-em-vila-no-centro-de-manaus.htm>> Acesso em: 09/11/2016.

PEREIRA, Camila; STRAHM, Bruno. “Incêndio atinge a Vila 'Jorgete' no Centro de

Manaus”. Acrítica On-line. Disponível em: <<http://www.acritica.com/galleries/incendio-atinge-ao-menos-sete-casas-na-vila-jorgete-no-centro-de-manaus>> Acesso em 09/11/2016.

ANEXO

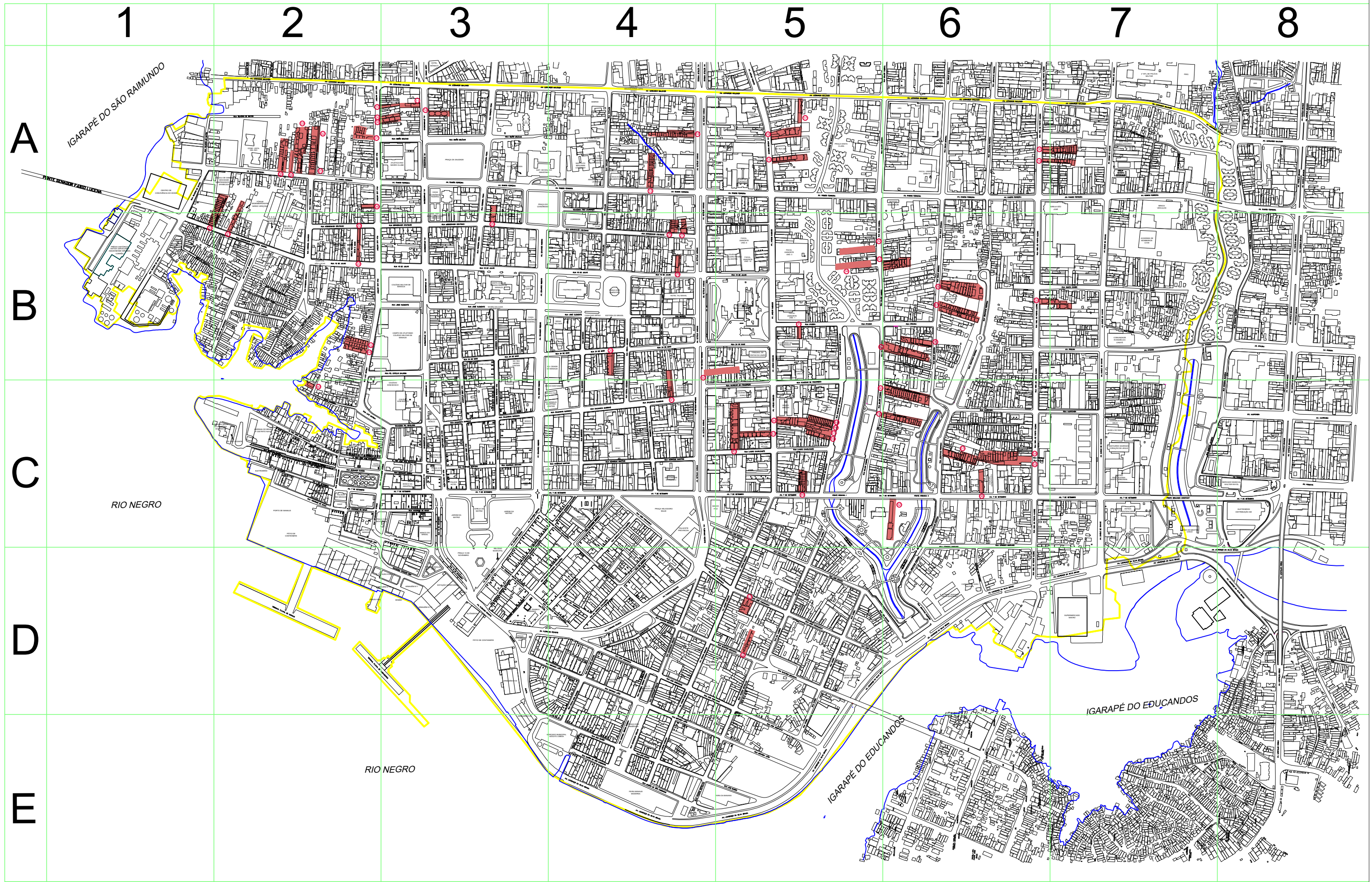
Listagem geral das vilas localizadas

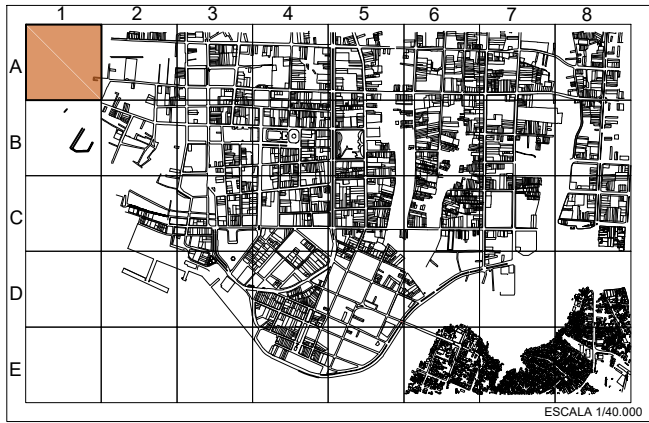
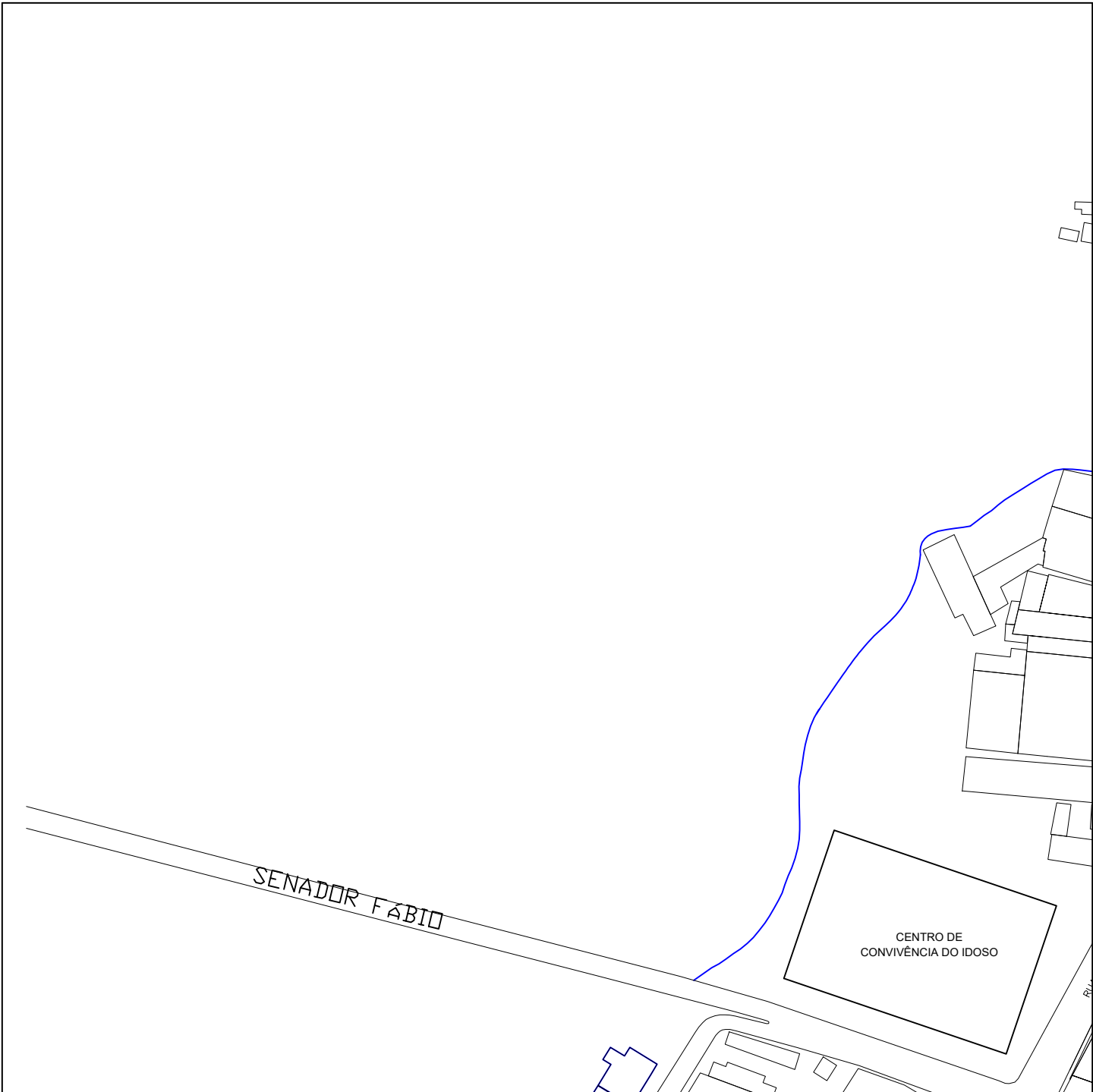
Mapeamento e localização das Vilas no Centro Histórico de Manaus

VILAS DE CASAS DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS

VILAS DE CASAS DO CENTRO HISTÓRICO DE MANAUS

Quadro	No.	Denominação da Vila	Endereço Completo	Bairro	Época da construção
A2	01	Vila Residencial Aparecida	Rua Ramos Ferreira,321 (Beco Coronel Salgado)	Aparecida	
A2	02	Vila Residencial Guedes	Rua Ramos Ferreira,325 (Beco Coronel Salgado)	Aparecida	
A2	03	Vila Matias	Rua Ramos Ferreira, 307	Aparecida	
A2	04	Vila Armindo Matias	Rua Ramos Ferreira, 271	Aparecida	
A2	05	Vila Rosa	Rua Ramos Ferreira, 253	Aparecida	
A2	06	Vila Portugal	Av. Luiz Antony, 485	Aparecida	1949
A2	07	Vila Residencial Aparecida (2)	Rua Luiz Antony,651	Aparecida	
A2	08	Vila(*)	Rua Luiz Antony, 712 (ao lado casa Lamarão Brasil)	Aparecida	
A2	09	Vila Leixões	Rua Luiz Antony, 720	Aparecida	
A3	10	Vila Sancho	Rua Luiz Antony, 740 (Alameda Gabriel)	Aparecida	
A3	11	Vila Gabrielle	Av. Epaminondas, 751	Aparecida	
A3	12	Vila(*)	Av. Epaminondas, 694 (duas entradas)	Aparecida	
A4	13	Vila Barros	Av. Ramos Ferreira, 1119 (ao lado St.Paul)	Centro	
A4	14	Vila Paraíso	Av. Getúlio Vargas, 921	Centro	
A5	15	Vila(*)	Av. Joaquim Nabuco, 1572	Centro	
A5	16	Vila Dorinha	Av. Joaquim Nabuco, 1688	Centro	
A5	17	Vila Brazil	Av. Leonardo Malcher,1442	Centro	
A6	18	Vila Soares	Av. Visconde de Porto Alegre, 1068	Praça 14	
A6	19	Vila Elza	Rua Visconde de Porto Alegre, 1010	Praça 14	
B1	20	Vila Resende	Rua Alexandre Amorim, 193	Aparecida	1911
B2	21	Vila Augusta	Rua Alexandre Amorim, 233	Aparecida	
B2	22	Vila Cristiano Marques	Ruas Mons.Coutinho,158 - Alexandre Amorim,545	Aparecida	1945
B2	23	Vila(*)	Av. Luiz Antony, 157	Centro	
B2	24	Vila(*)	Av. Luiz Antony, 137-139	Centro	
B3	25	Galeria Monsenhon	Rua Monsenhon Coutinho,447	Centro	
B4	26	Vila ...(*)	Rua Monsenhon Coutinho,903	Centro	
B4	27	Vila ...(*)	Rua Mons.Coutinho, 941- visível pela Getúlio (buraco)	Centro	
B4	28	Vila Maria	Rua 10 de Julho, 717 (entre Armando e Getulio)	Centro	
B4	29	Vila Baipendi (Vila Italia)	Rua 24 de Maio, 440	Centro	1913
B4	30	Vila ...(*)	Av. Getúlio Vargas, (entre huascar e 24 maio)	Centro	
B5	31	Vila Família Marques	Rua Ipixuna, 88	Centro	1950
B6	32	Vila Jandira	Rua Major Gabriel, 603 (ao lado Prosamim 1)	Centro	
B6	33	Vila São José	Rua Major Gabriel, 576	Centro	
B6	34	Vila Betel	Rua Major Gabriel, sn (ao lado do Prosamim 1)	Centro	
B6	35	Vila Flacy	Rua Major Gabriel,357	Centro	
B6	36	Vila Maria (2)	Rua Emilio Moreira, 290	Centro	
B6	37	Vila dos Proprietários	Rua Emilio Moreira, 155	Centro	
B6	38	Vila Pires,	Rua Emilio Moreira, 258	Centro	
B6	39	Vila Arminda	Rua Visconde de Porto Alegre, 684	Centro	
C2	40	Vila Augusta	Beco José Casemiro, 12	Centro	
C4	41	Vila Péres	Rua Saldanha Marinho, 93	Centro	
C5	42	Vila Georgette	Rua Lauro Cavalcante, 73	Centro	1900-1905
C5	43	Vila Ercília	Av. Joaquim Nabuco, 991	Centro	1934-1940
C5	44	Vila Carmen	Av. Joaquim Nabuco, 942	Centro	
C5	45	Vila ...(*)	Rua Igarapé de Manaus, 173	Centro	
C5	46	Vila ...(*)	Rua Igarapé de Manaus, 159	Centro	
C5	47	Vila Lucy	Rua Igarapé de Manaus, 151	Centro	1914
C5	48	Vila Bitar	Rua Igarapé de Manaus, 137	Centro	
C5	49	Vila Baima	Av. 7 de setembro, 1419	Centro	1935-1940
C6	50	Vila Ventania (ou travessa)	Rua Major Gabriel, sn (ao lado do Prosamim)	Centro	
C6	51	Vila Herculano	Rua Major Gabriel, 198	Centro	
C6	52	Vila Ninita	Av. 7 de setembro, s/nº (ao lado Palácio Rio Negro)	Centro	1913
C6	53	Vila Martins	Rua Jonathas Pedrosa, sn	Centro	
C6	54	Vila Portela /Vila Pudico	Rua Visconde de Porto Alegre, 85	Centro	
C6	55	Vila Portela /Vila Pudico	Rua Visconde de Porto Alegre, 85	Centro	
C6	56	Vila ...(*)	Rua 7 de setembro, 1833 (ao lado da Igreja Adventista)	Centro	
D5	57	Vila Tuma	Rua José Paranaçuá, 400 (Rodolfo Tuma)	Centro	
D5	58	Vila Morgado	Rua Quintino Bocaiúva, 601	Centro	





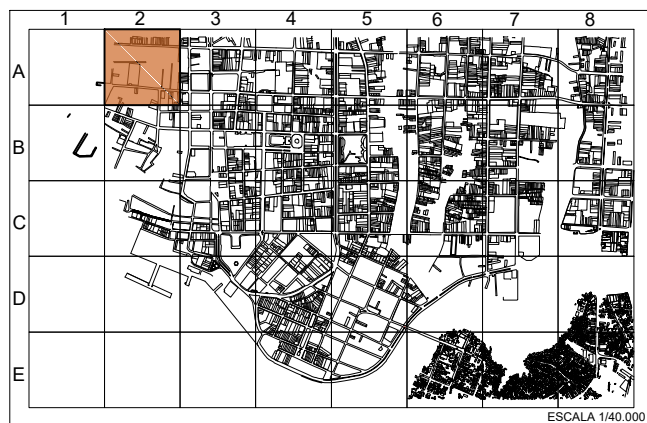
QUADRANTE:

A1

ESCALA 1/2200



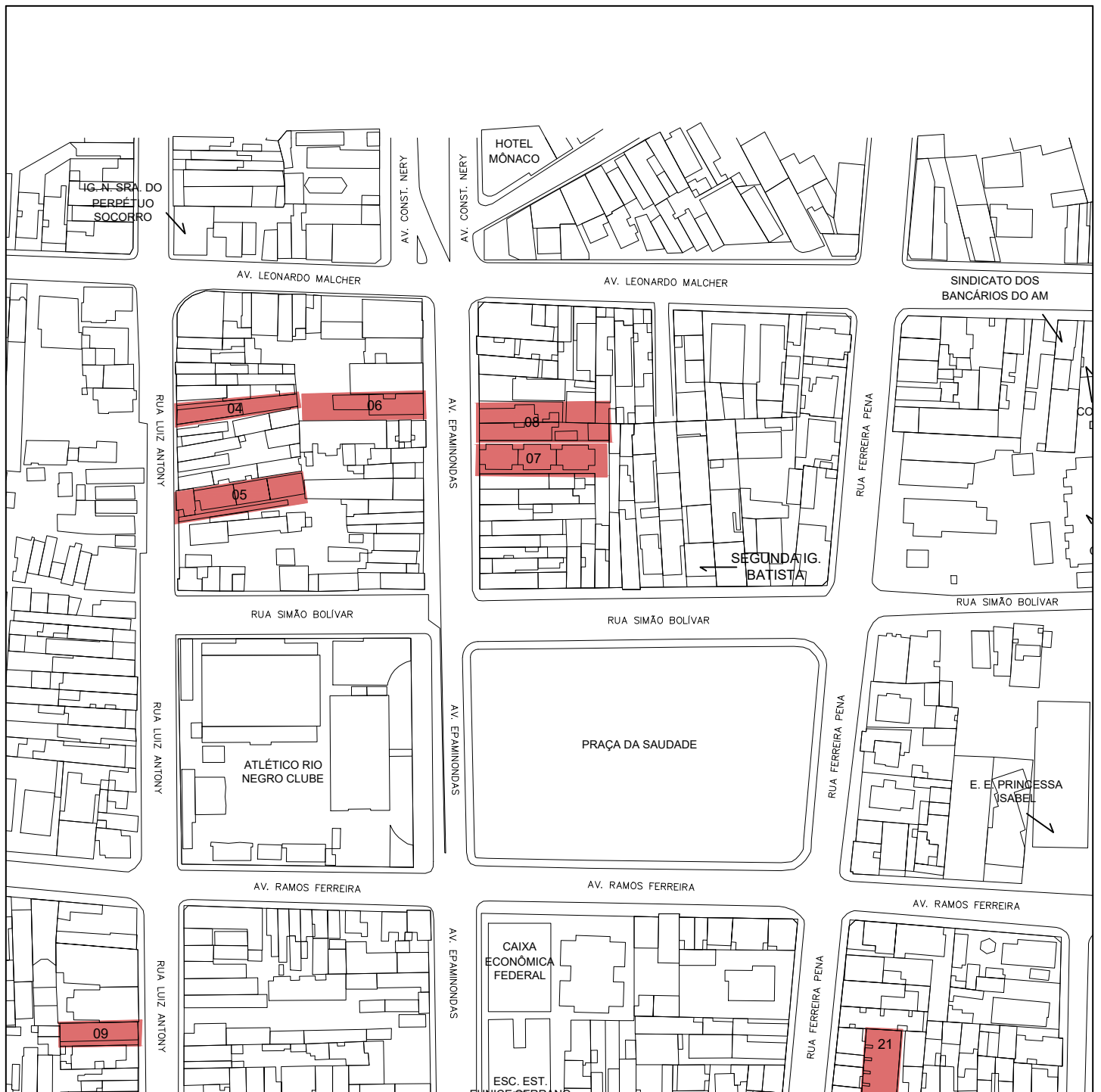
Nº	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
01	Vila Residencial Aparecida	Rua Ramos Ferreira,321 (Beco Coronel Salgado)	Aparecida	A2
02	Vila Matias	Rua Ramos Ferreira,307	Aparecida	A2
03	Vila Rosa	Rua Ramos Ferreira,259	Aparecida	A2
18	Vila Resende	Rua Alexandre Amorim, 193	Aparecida	B2/A2
19	Vila Augusta	Rua Alexandre Amorim, 233	Aparecida	B2/A2



QUADRANTE:

A2

ESCALA 1/2200



Nº	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
04	Vila Sancho	Rua Luiz Antony, 740 (Alameda Gabriel)	Aparecida	A3
05	Vila ...	Rua Luiz Antony, 712 (Ao lado da casa Lamarão Brasil)	Aparecida	A3
06	Vila ...	Av. Epaminondas, 751 (portão), 759 (casa frente)	Aparecida	A3
07	Vila ...	Av. Epaminondas, 694 (duas entradas)	Aparecida	A3
08	Vila ...	Av. Epaminondas, 700	Aparecida	A3
09	Vila Portugal	Rua Luiz Antony, 485	Aparecida	A3
21	Vila Monsenhor	Rua Monsenhor Coltinho, 447	Centro	B3/A3



ESCALA 1/40.000

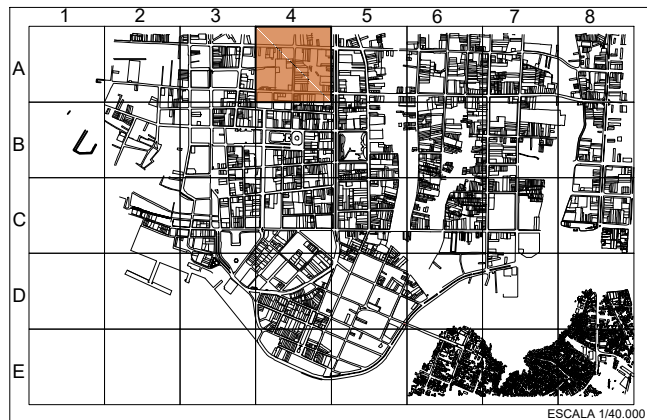
QUADRANTE:

A3

ESCALA 1/2200



Nº	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
10	Vila ...	Av. Ramos Ferreira, 1147-1123 (ao lado St Paul)	Centro	A4
13	Vila Paraíso	Av. Getúlio Vargas, 921	Centro	A5/A4



ESCALA 1/40.000

QUADRANTE:

A4

ESCALA 1/2200



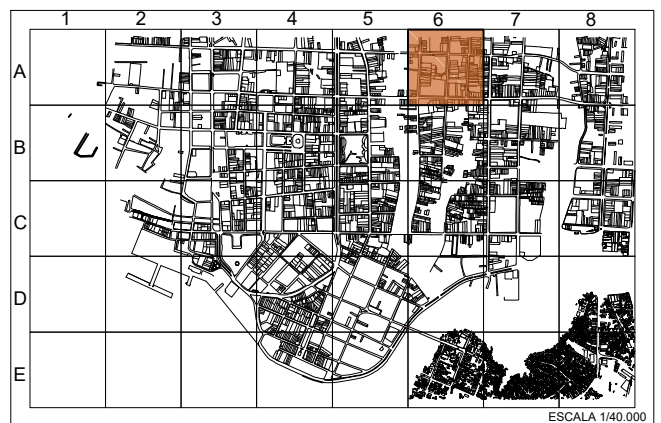
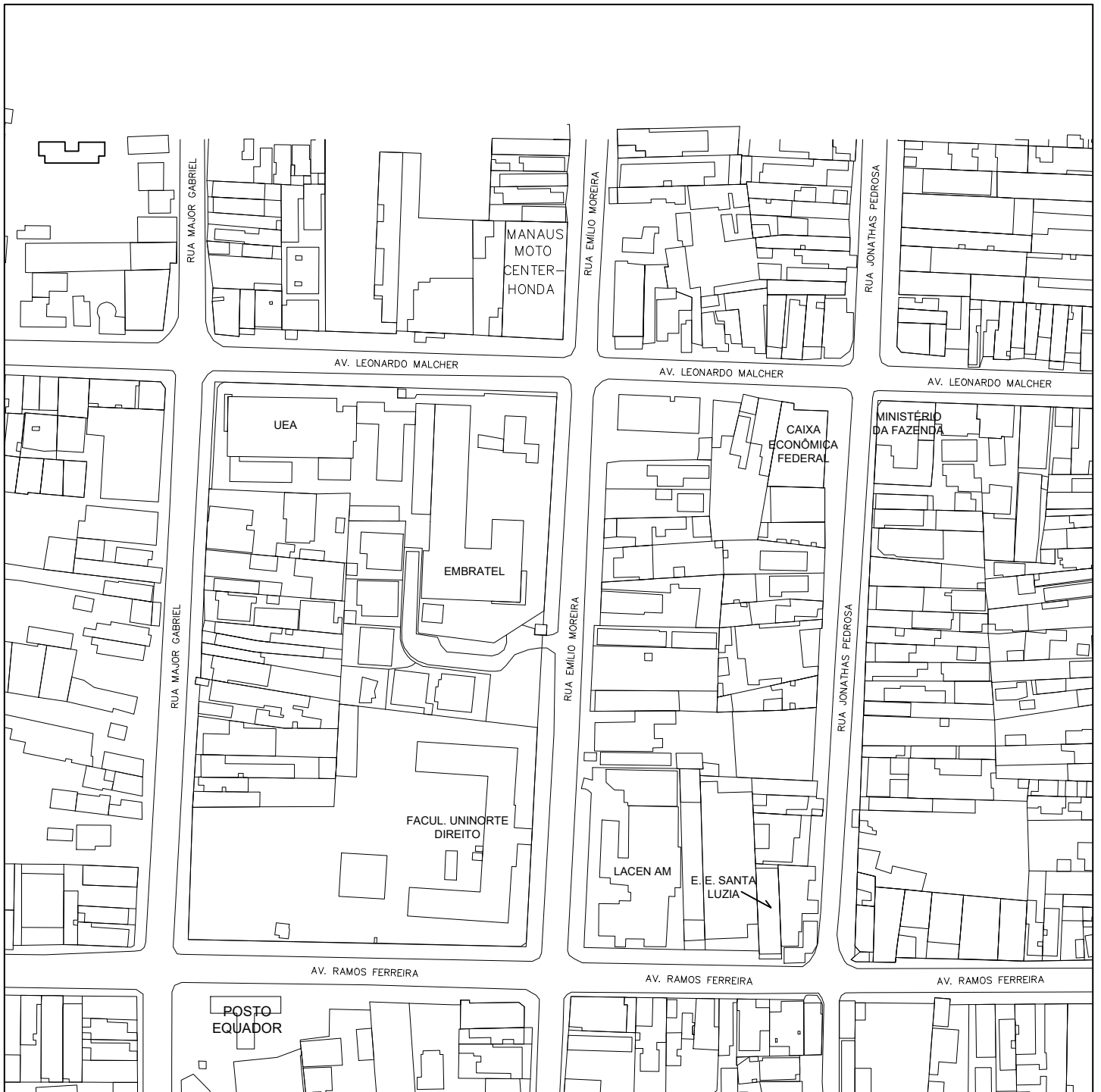
Nº	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
11	Vila Simões	Av. Leonardo Malcher,1531	Centro	A5
12	Vila Brasil	Av. Leonardo Malcher,1442	Centro	A5
13	Vila Paraíso	Av. Getúlio Vargas,921	Centro	A5/A4
14	Vila ...	Av. Joaquim Nabuco,1572	Centro	A5
15	Vila Dorinha	Av.Joaquim Nabuco,1688	Centro	A5



QUADRANTE:

A5

ESCALA 1/2200



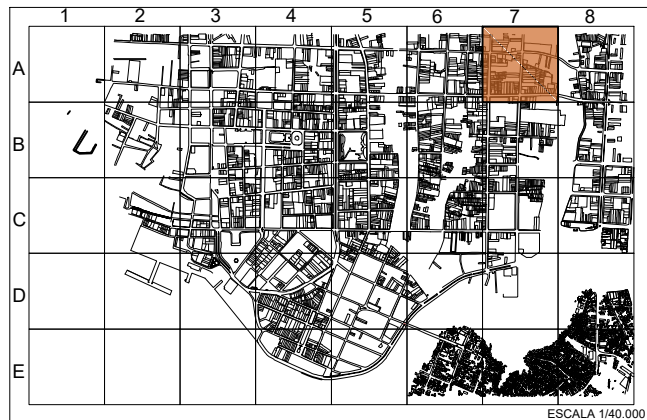
QUADRANTE:

A6

ESCALA 1/2200



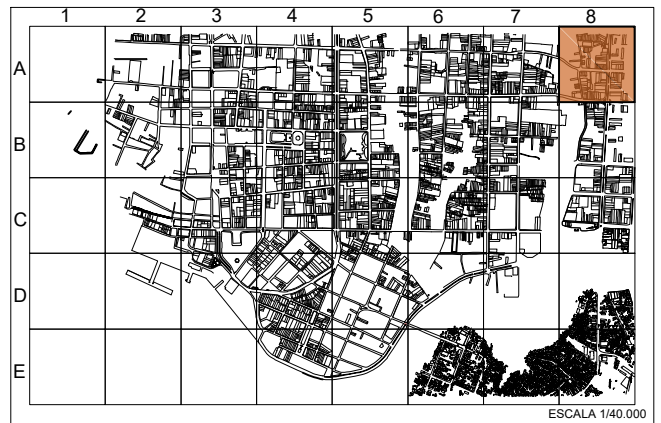
Nº	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
16	Vila Elza	Rua Visconde de Porto Alegre, 1010	Praça 14	A7
17	Vila ...	Rua Visconde de Porto Alegre, 1068	Praça 14	A7



QUADRANTE:

A7

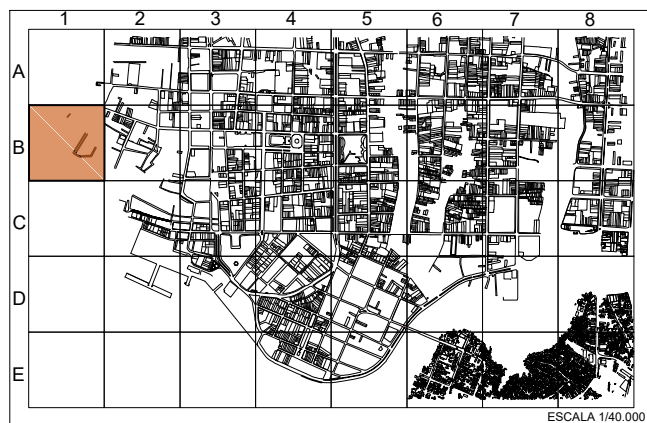
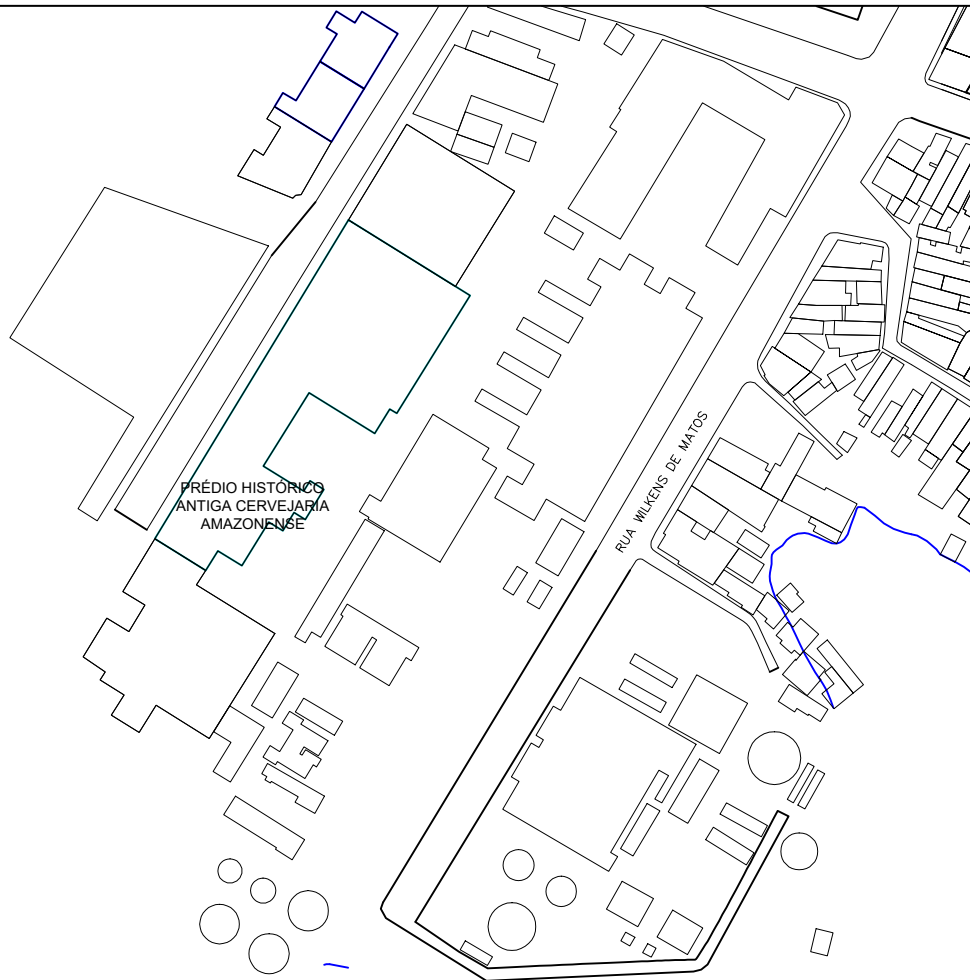
ESCALA 1/2200



QUADRANTE:

A8

ESCALA 1/2200



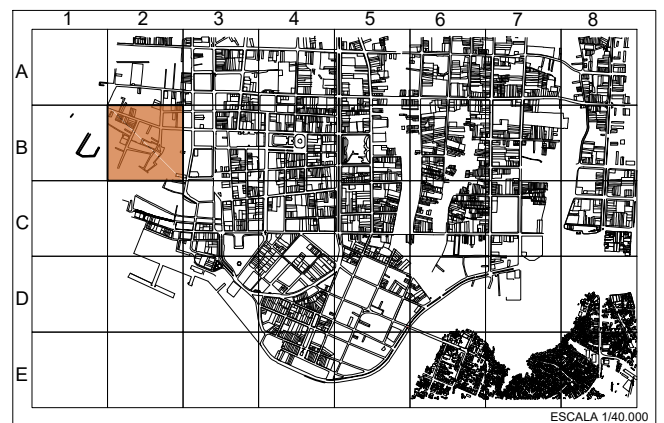
QUADRANTE:

B1

ESCALA 1/2200



Nº	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
18	Vila Resende	Rua Alexandre Amorim, 193	Aparecida	A2
19	Vila Augusta	Rua Alexandre Amorim, 233	Aparecida	A2
20	Vila Senhor Armino	Rua Monsenhor Coltinho, 158 - Alexandre Amorim, 545	Aparecida	B3/A2
22	Vila ...	Av. Luiz Antony, 157	Centro	B3/A2
23	Vila ...	Av. Luiz Antony, 137-139	Centro	B3/A2



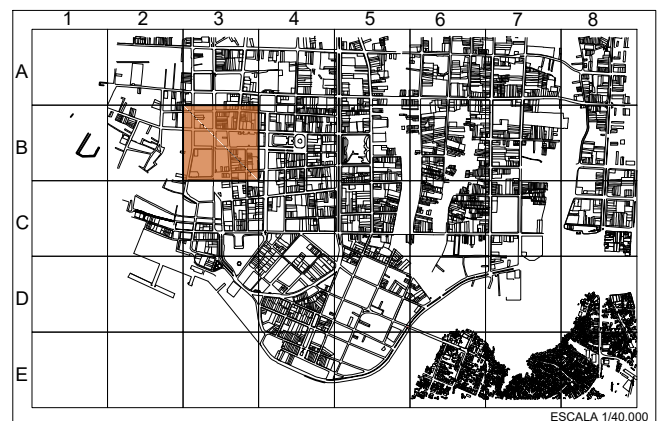
QUADRANTE:

B2

ESCALA 1/2200



N°	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
20	Vila Senhor Armino	Rua Monsenhor Coltinho, 447	Aparecida	B3/B2
21	Vila Monsenhor	Rua Alexandre Amorim, 233	Centro	B3/A3
22	Vila ...	Av. Luiz Antony, 157	Centro	B3/B2
23	Vila ...	Av. Luiz Antony, 1137-139	Centro	B3/B2



QUADRANTE:

B3

ESCALA 1/2200



N°	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
28	Vila São José	Rua Major Gabriel, 576	Centro	B6
29	Vila Flacy	Rua Major Gabriel, s/n°	Centro	B6
30	Vila dos Operários	Rua Emílio Moreira, s/n°	Centro	B6
31	Vila Pires	Rua Major Gabriel, s/n°	Centro	B6
32	Vila Maria	Rua Emílio Moreira, 290	Centro	B6



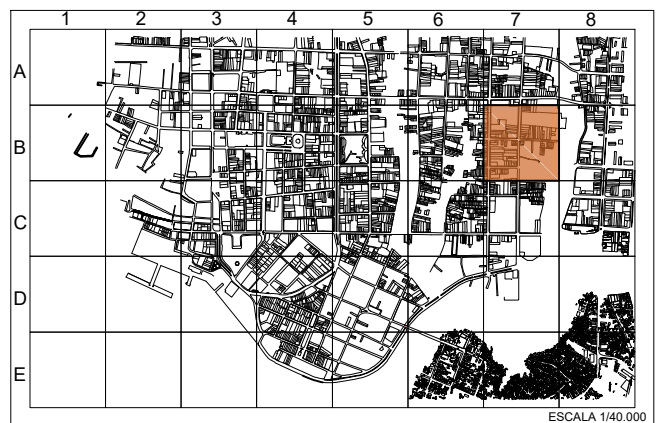
QUADRANTE:

B6

ESCALA 1/2200



N°	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
34	Vila Armina	Rua Viconde de Porto Alegre, 684	Praça 14	B7

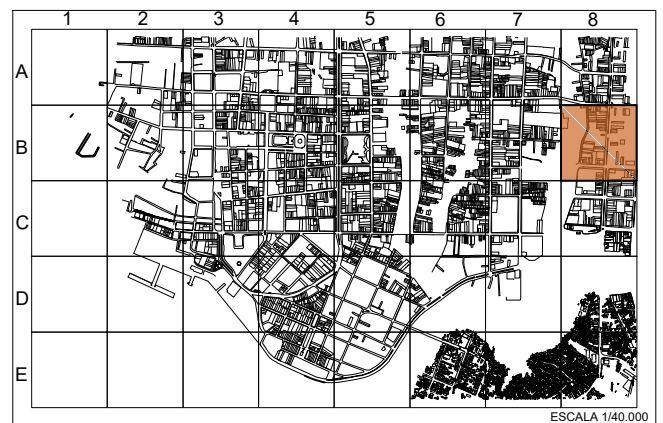


ESCALA 1/40.000

QUADRANTE:

B7

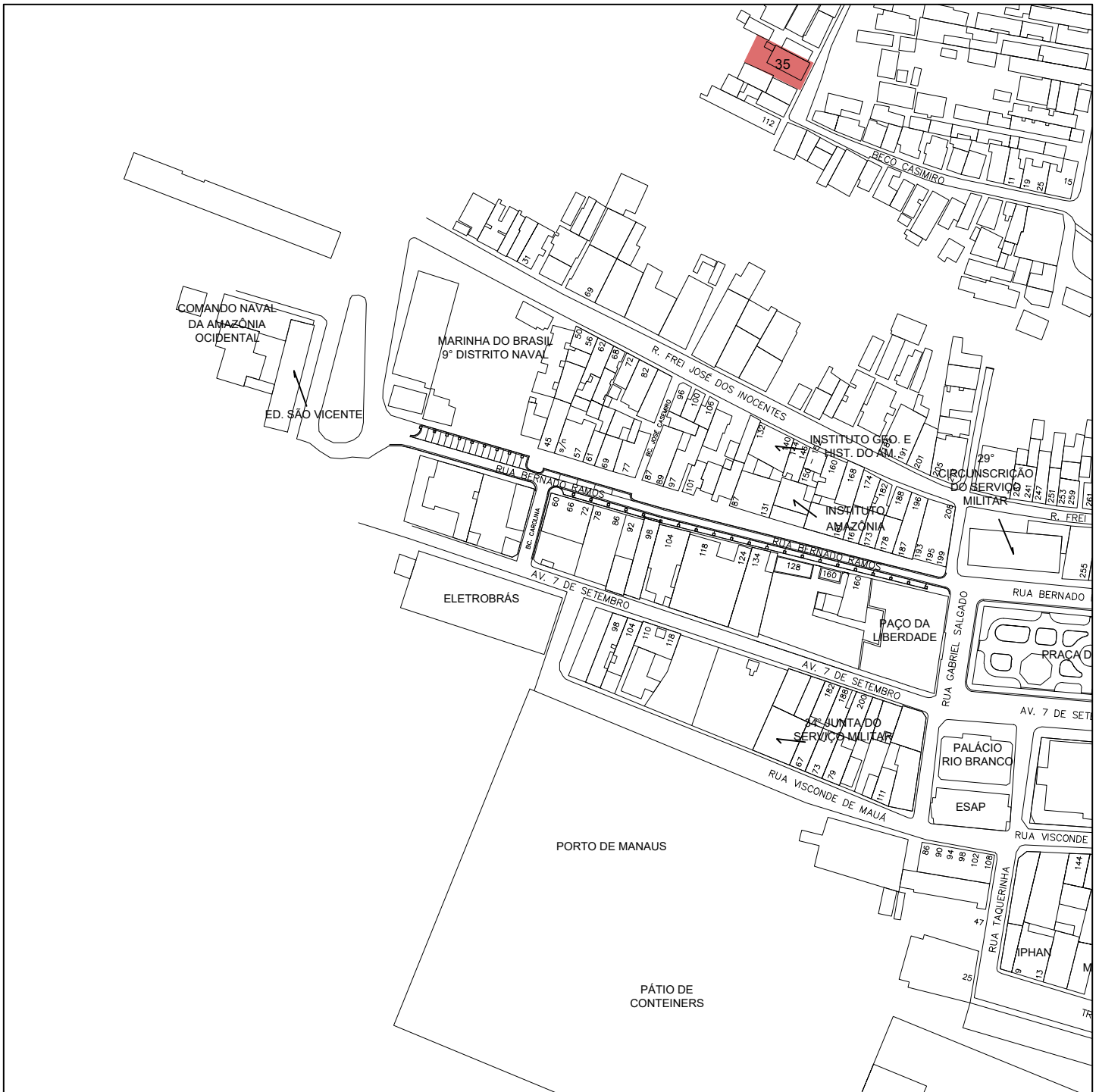
ESCALA 1/2200



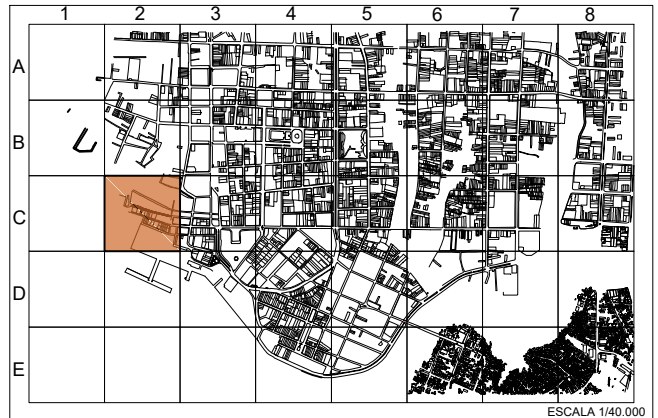
QUADRANTE:

B8

ESCALA 1/2200



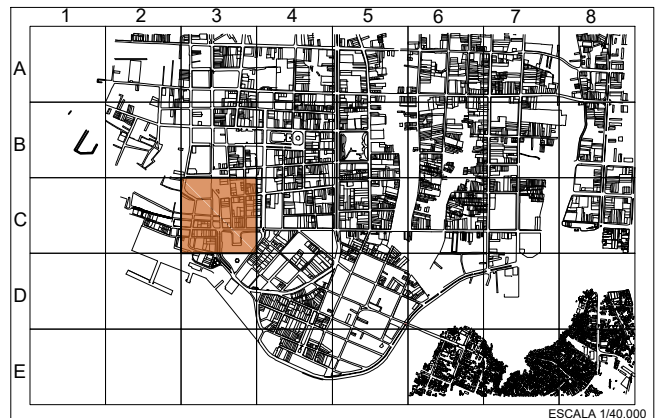
Nº	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
35	Vila Augusta	Beco José Casemio, 12	B do Céu	C2



QUADRANTE:

C2

ESCALA 1/2200



ESCALA 1/40.000

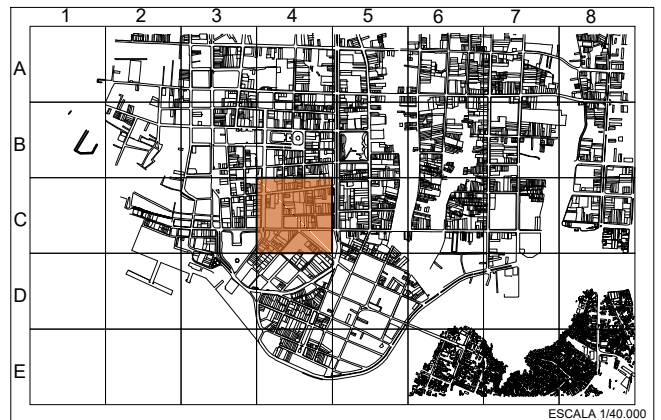
QUADRANTE:

C3

ESCALA 1/2200



N°	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
36	Vila ...	Saldanha Marinho, 93	Centro	C4/B4



ESCALA 1/40.000

QUADRANTE:

C4

ESCALA 1/2200



Nº	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
37	Vila Georgette	Rua Lauro Cavalcante, 73	Centro	C5
38	Vila Ercília	Av. Joaquim Nabuco, 991	Centro	C5
39	Vila Carmen	Av. Joaquim Nabuco, 942	Centro	C5
40	Vila Bitar	Rua Igarapé de Manaus, 137	Centro	C5
41	Vila Lucy	Rua Igarapé de Manaus, 151	Centro	C5
42	Vila ...	Rua Igarapé de Manaus, 159	Centro	C5
43	Vila ...	Rua Igarapé de Manaus, 173	Centro	C5
44	Vila Baima	Av. 7 de Setembro, 1419	Centro	C5



ESCALA 1/40.000

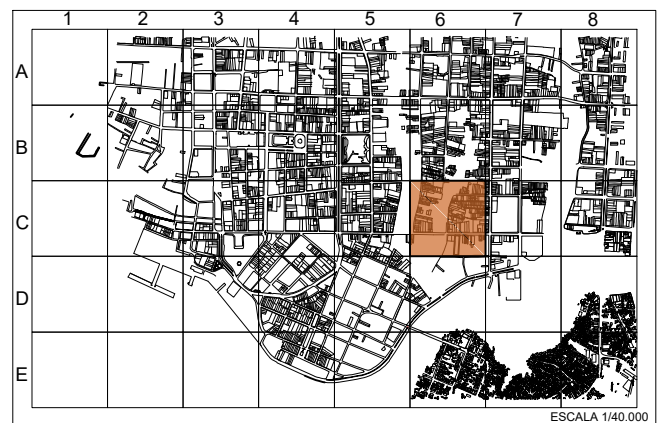
QUADRANTE:

C5

ESCALA 1/2200



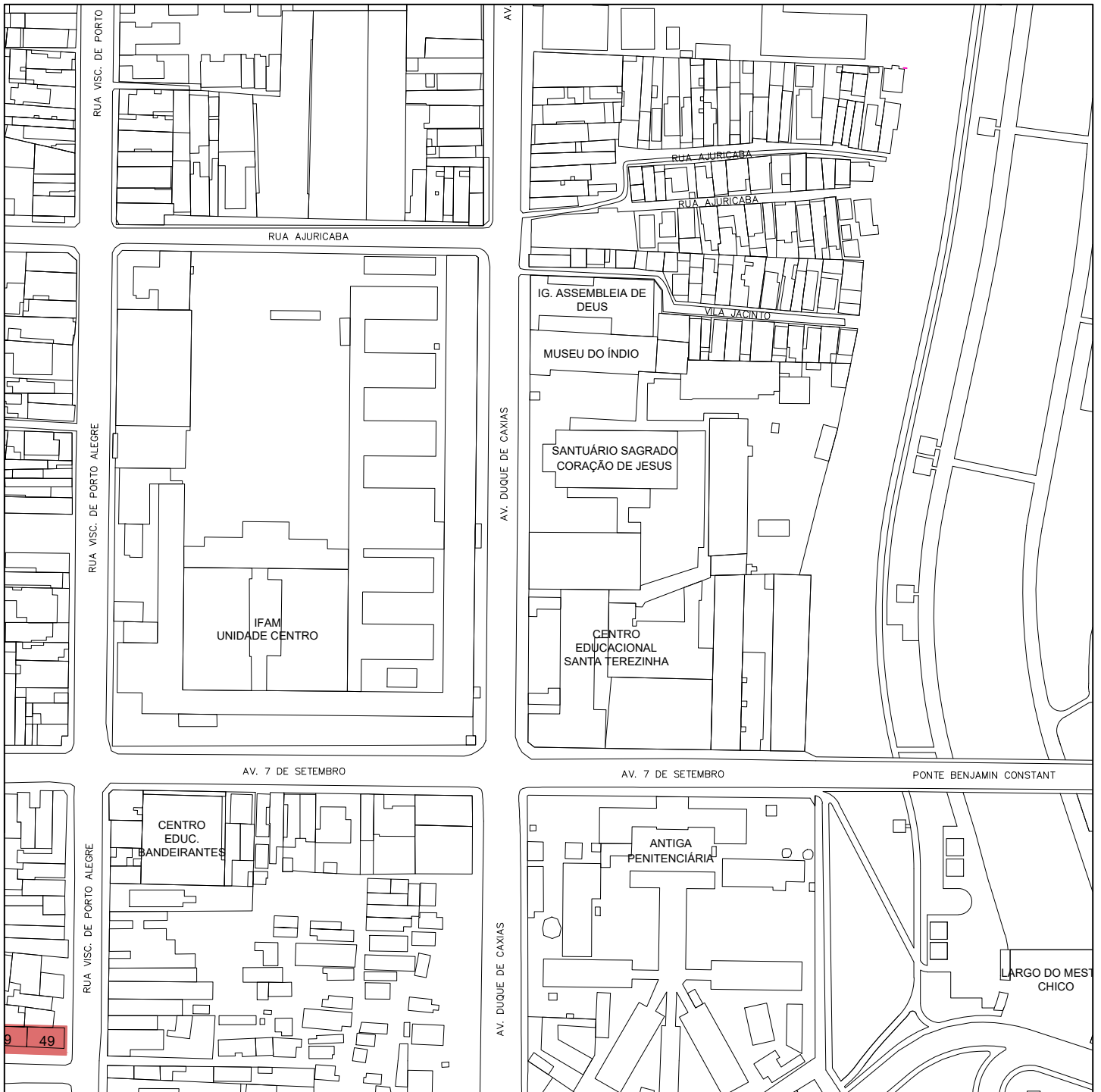
N°	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
45	Vila Ventania	Rua Major Gabriel, s/n°	Centro	C6
46	Vila Herculano	Rua Major Gabriel, 198	Centro	C6
47	Vila Martins	Rua Jonathas Pedrosa, s/n°	Centro	C6
48	Vila Ninita	Av. 7 de Setembro, s/n° (ao lado Palácio Rio Negro)	Centro	C6
49	Vila Portela	Rua Visconde de Porto Alegre, 85	Centro	C7/C6



QUADRANTE:

C6

ESCALA 1/2200



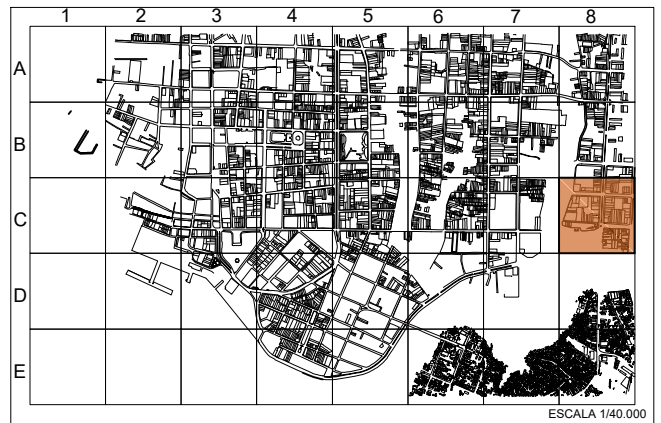
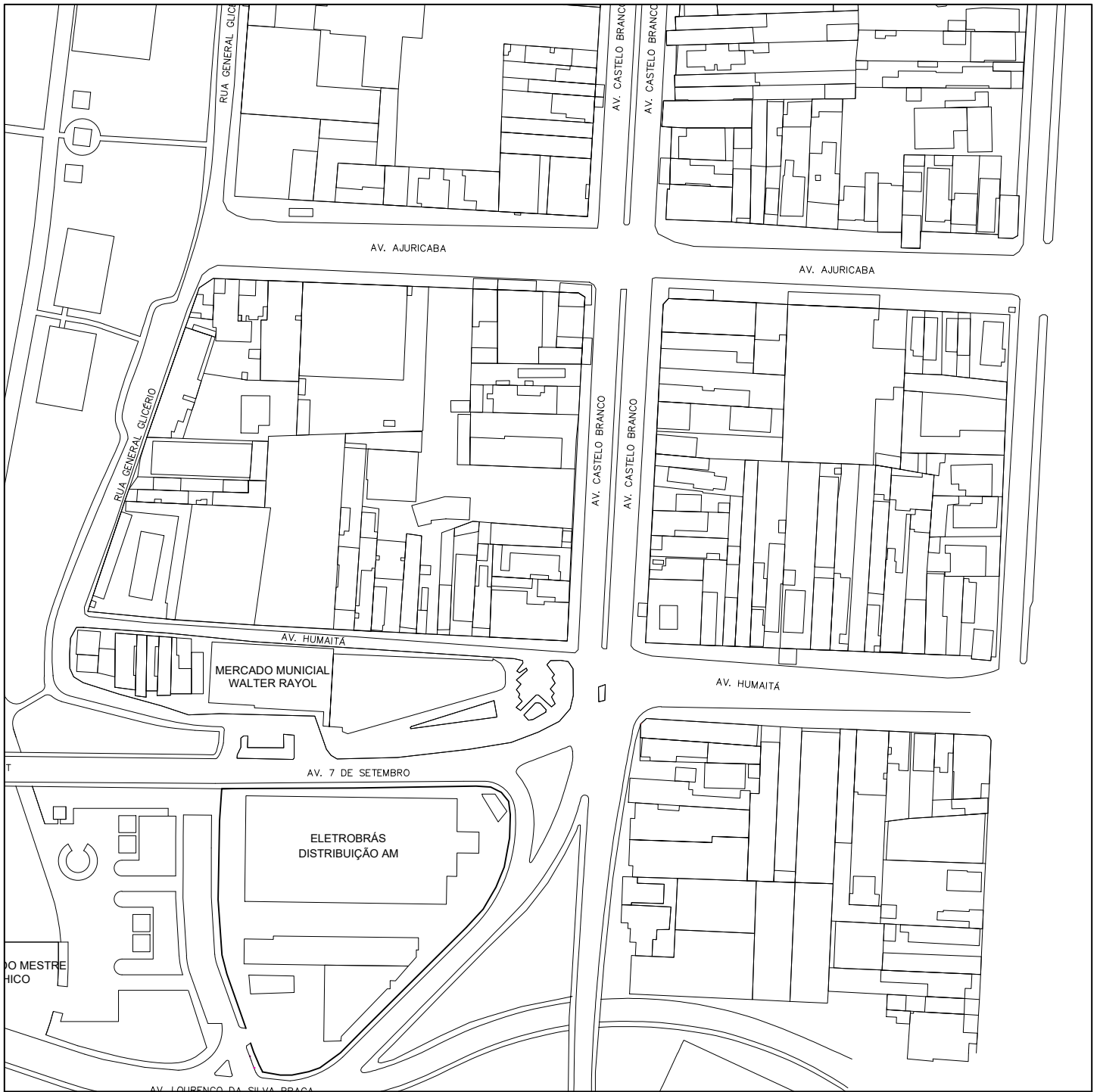
N°	Denominação	Endereço	Bairro	Quad.
49	Vila Portela	Rua Visconde de Porto Alegre, 85	Centro	C7/C6



QUADRANTE:

C7

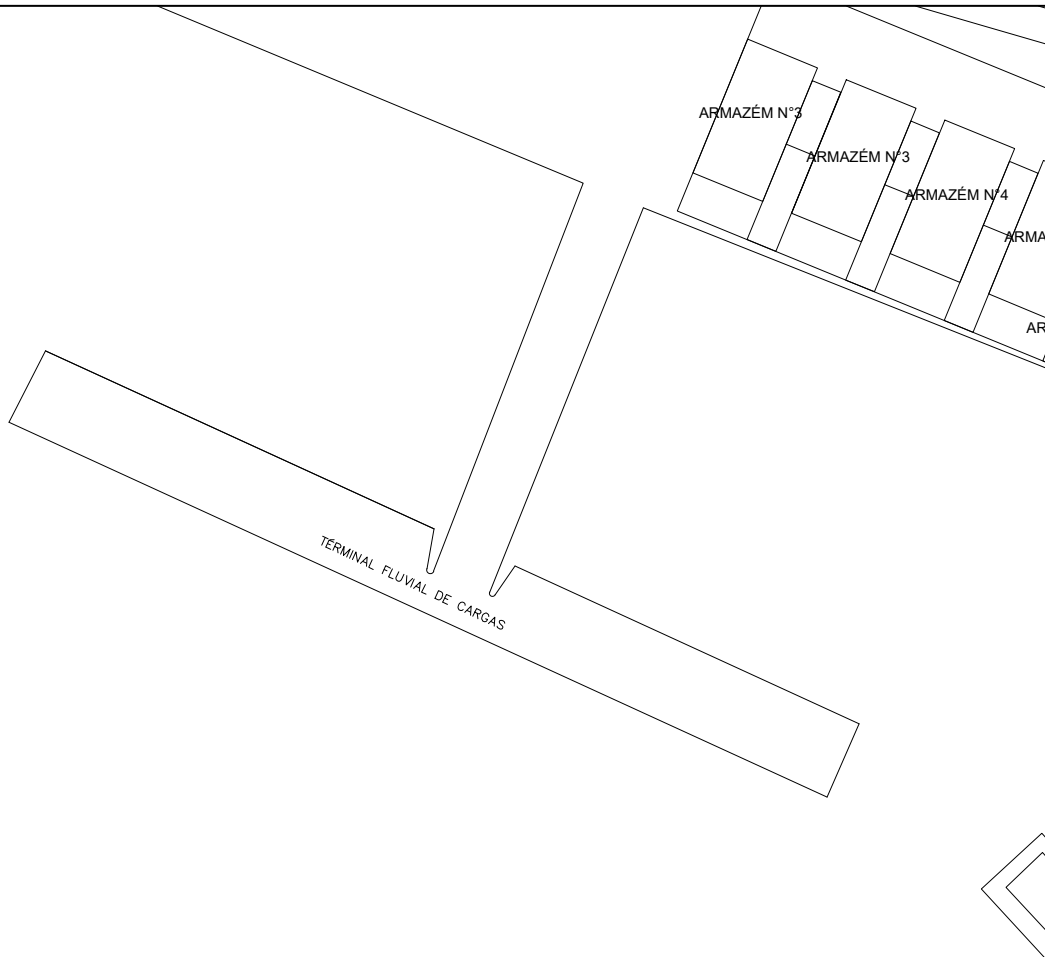
ESCALA 1/2200



QUADRANTE:

C8

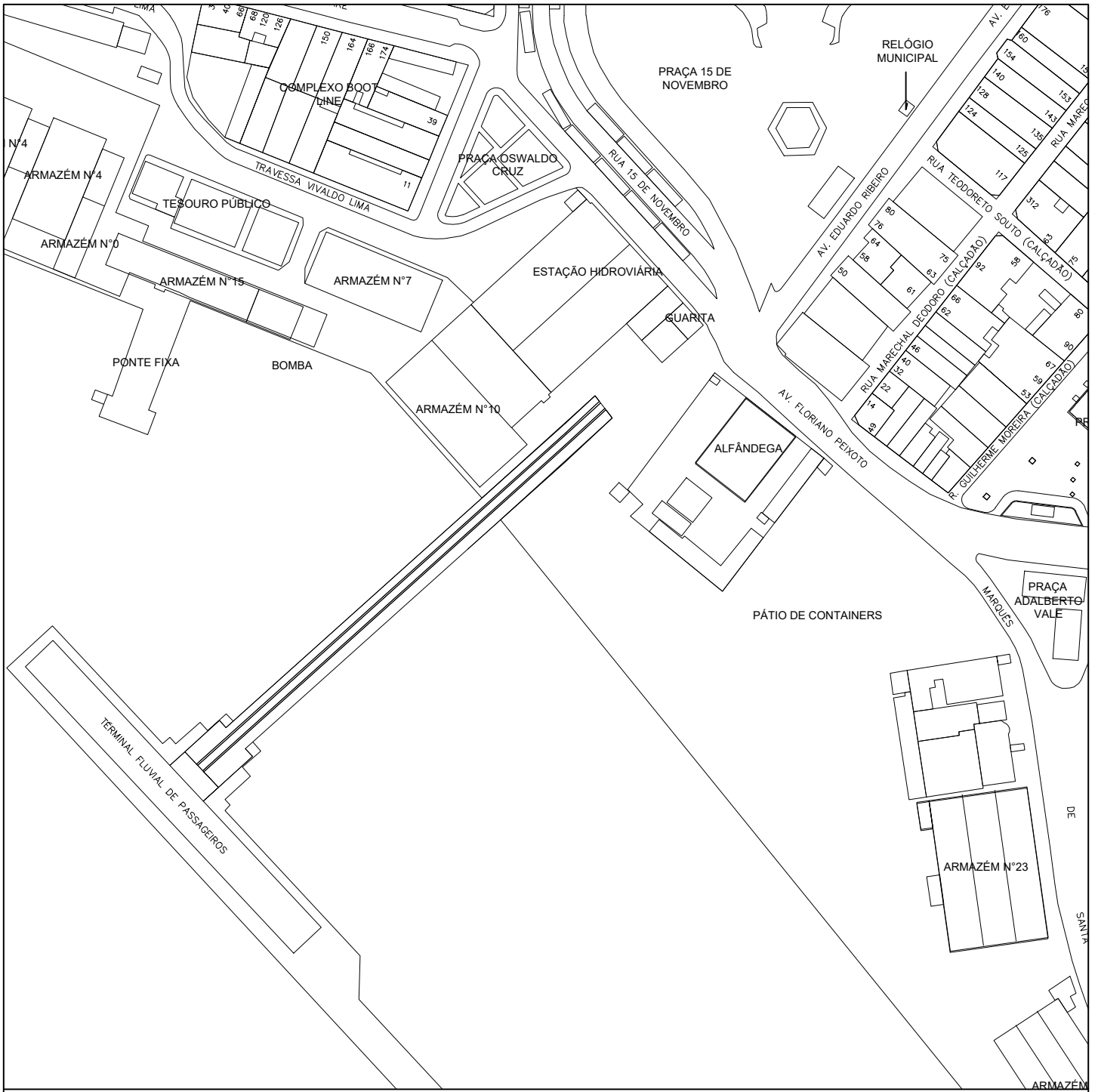
ESCALA 1/2200



QUADRANTE:

D2

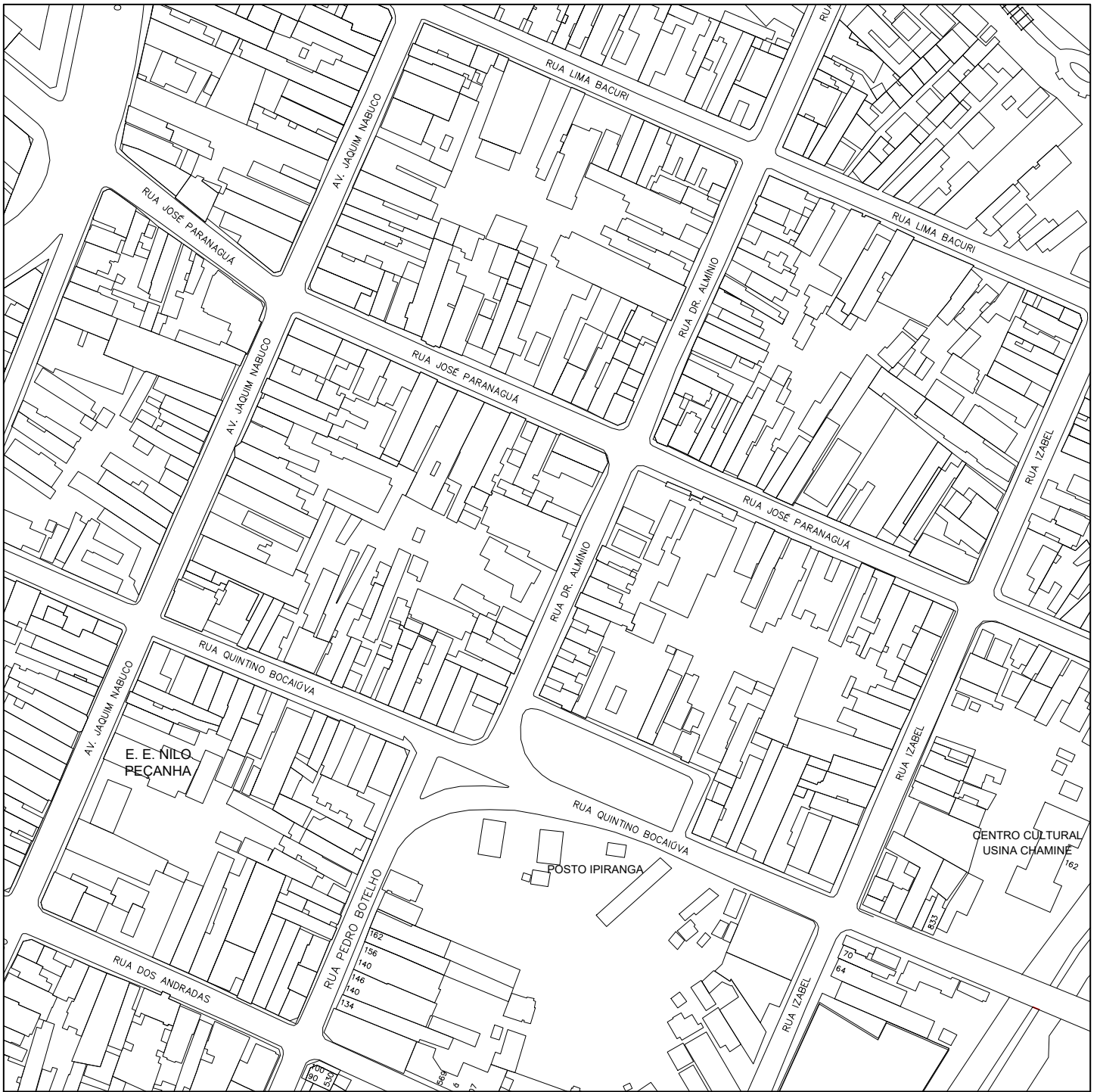
ESCALA 1/2200



QUADRANTE:

D3

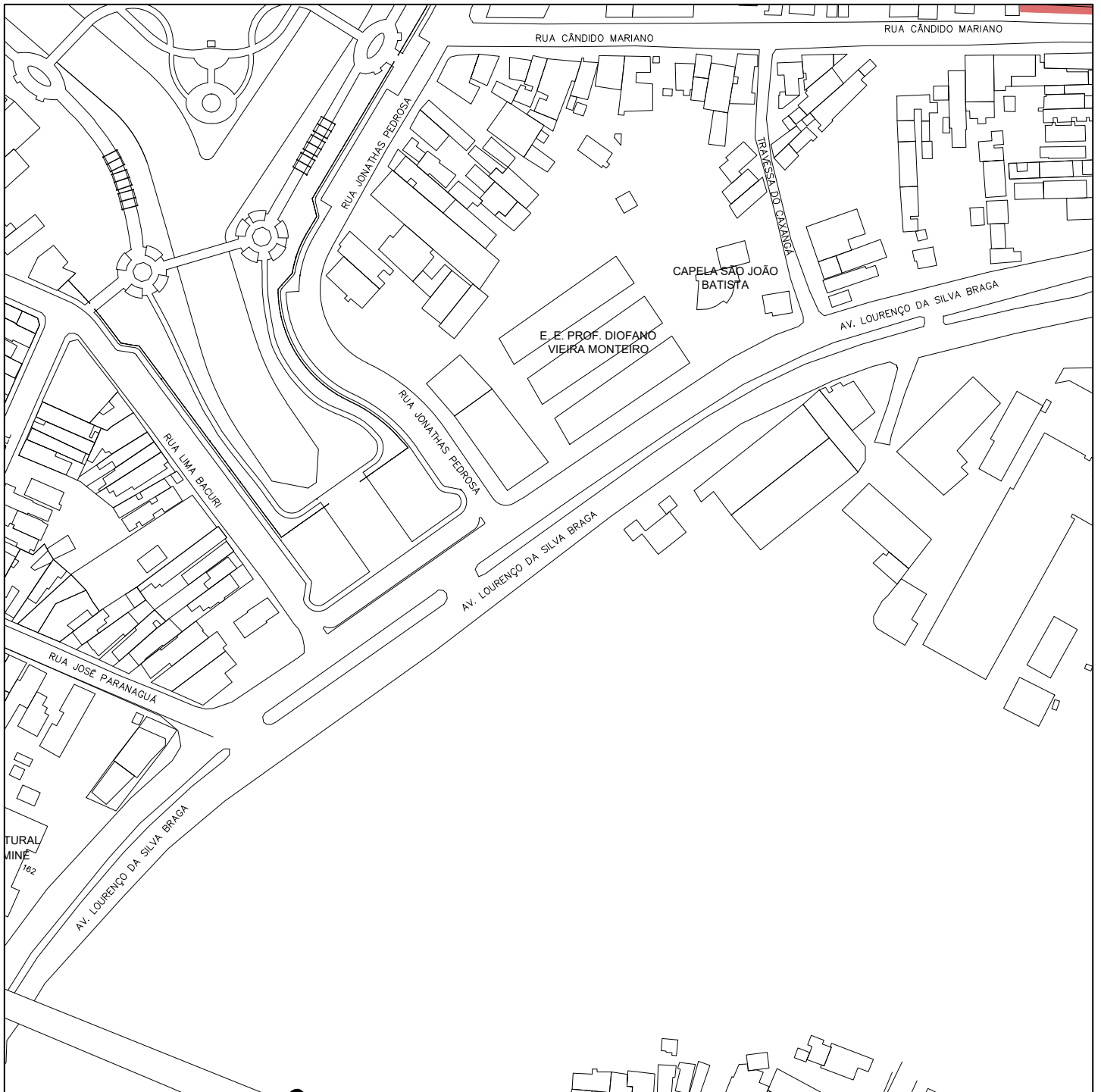
ESCALA 1/2200



QUADRANTE:

D5

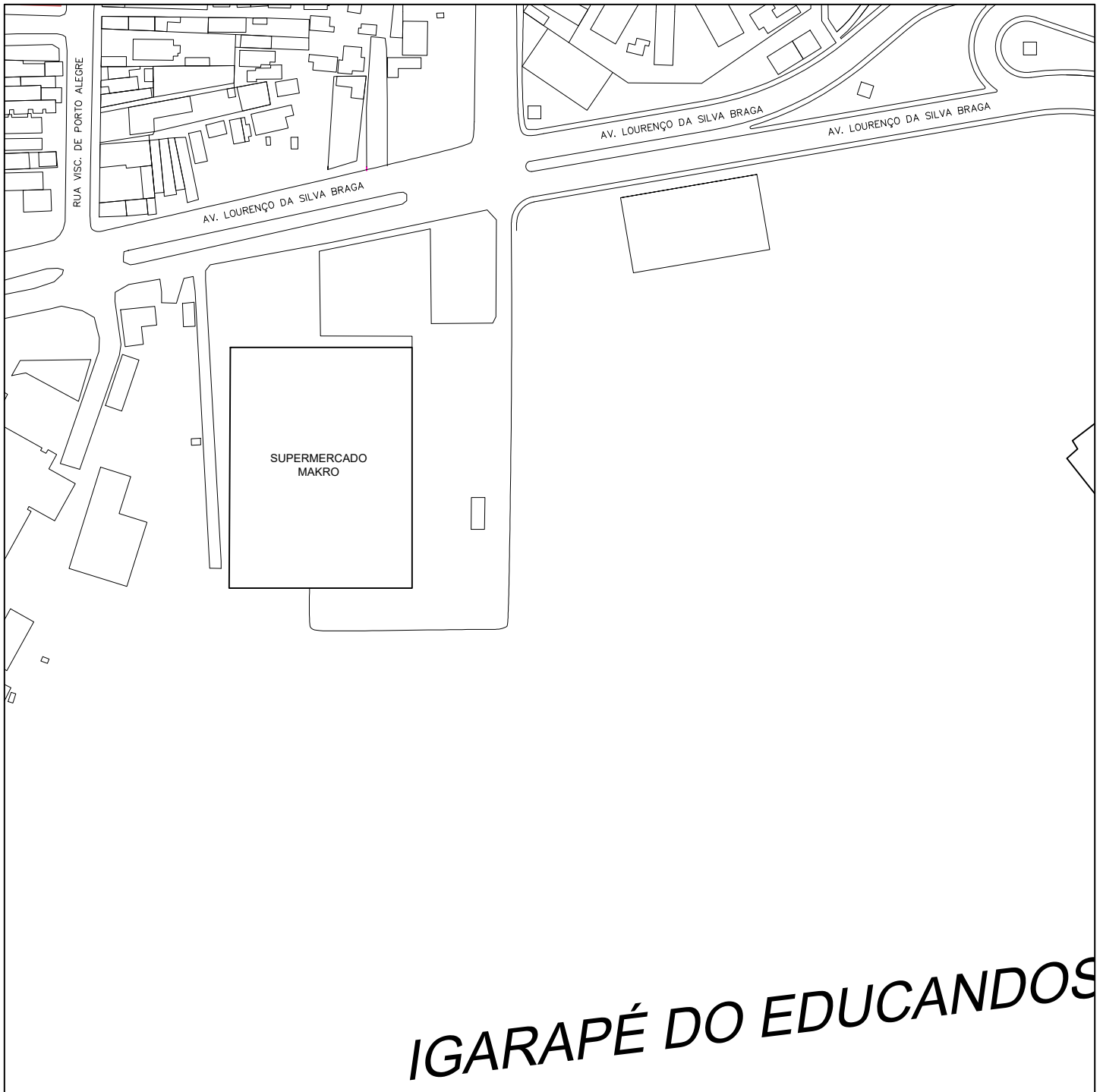
ESCALA 1/2200



QUADRANTE:

D6

ESCALA 1/2200



IGARAPÉ DO EDUCANDOS



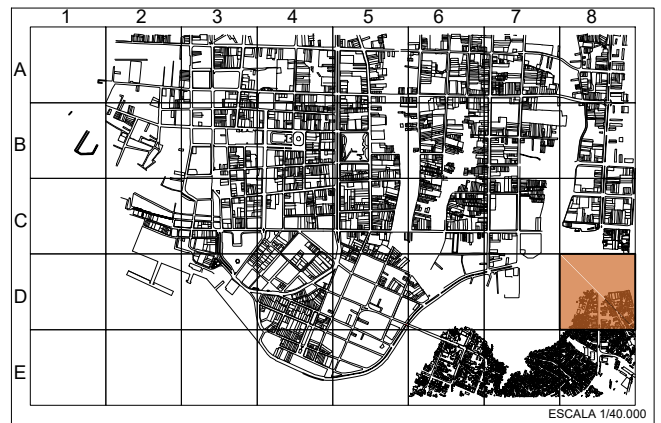
QUADRANTE:

D7

ESCALA 1/2200



DS



QUADRANTE:

D8

ESCALA 1/2200

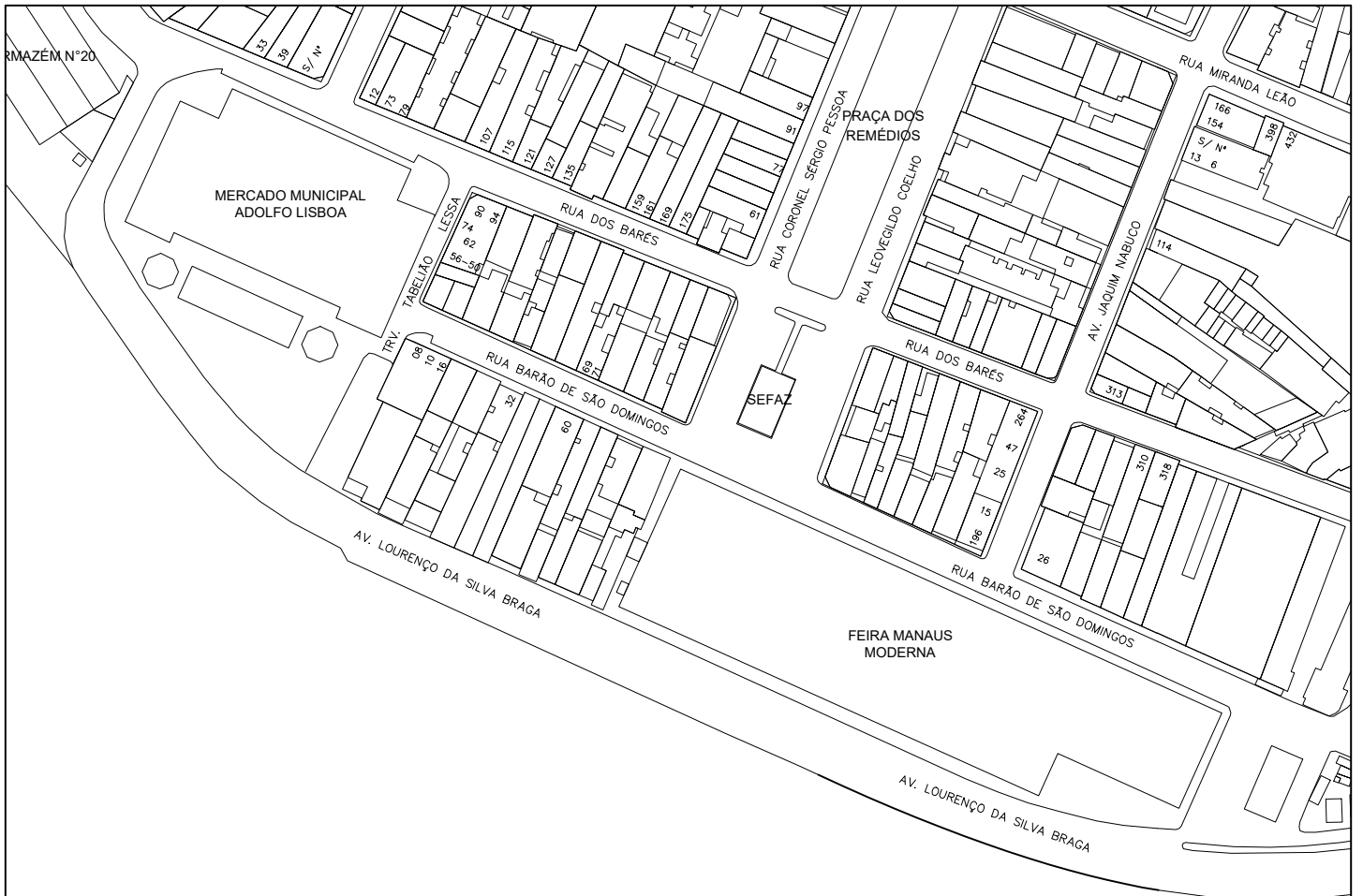
RIO NEGRO



QUADRANTE:

E3

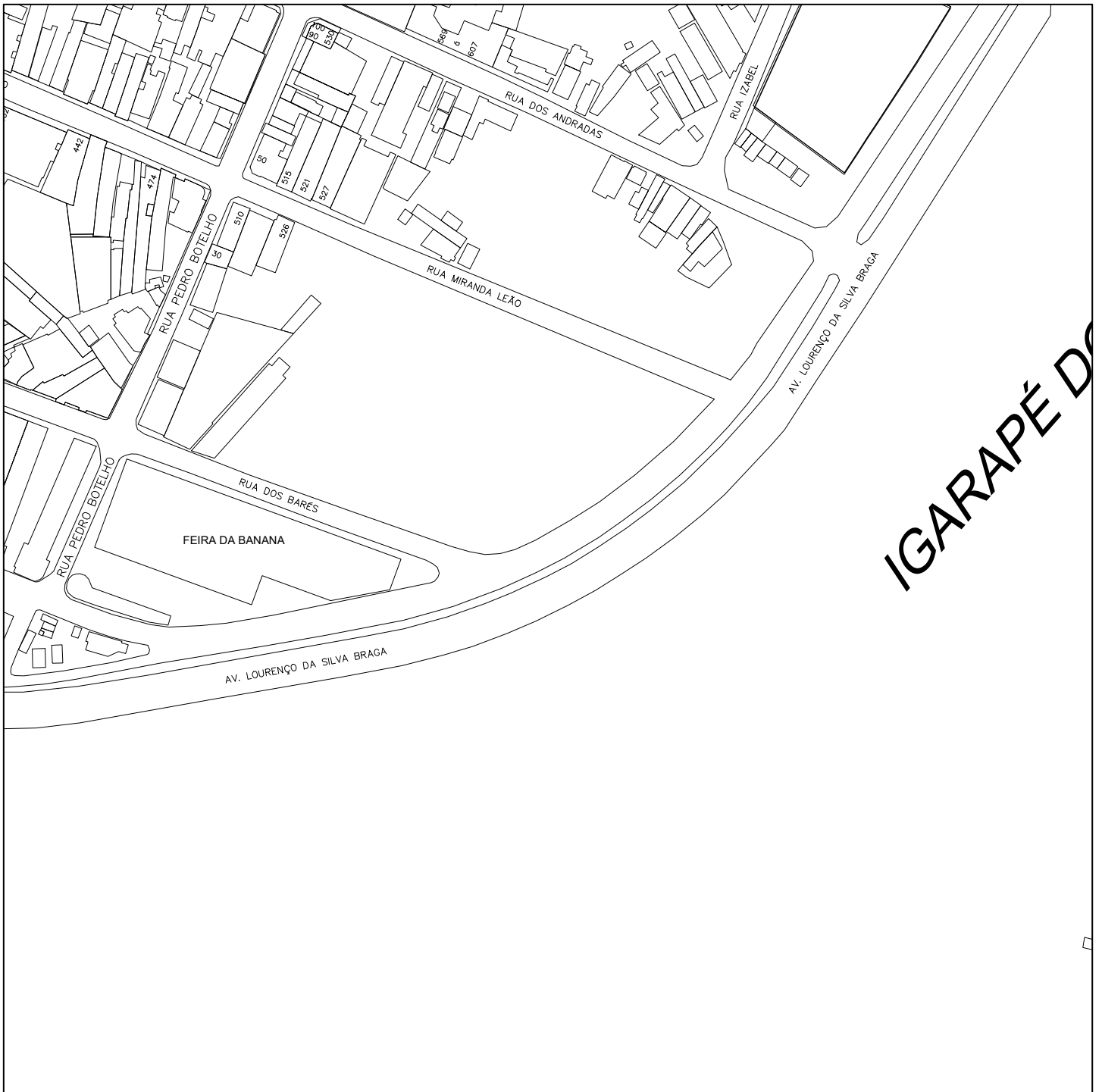
ESCALA 1/2200



QUADRANTE:

E4

ESCALA 1/2200



IGARAPÉ DO

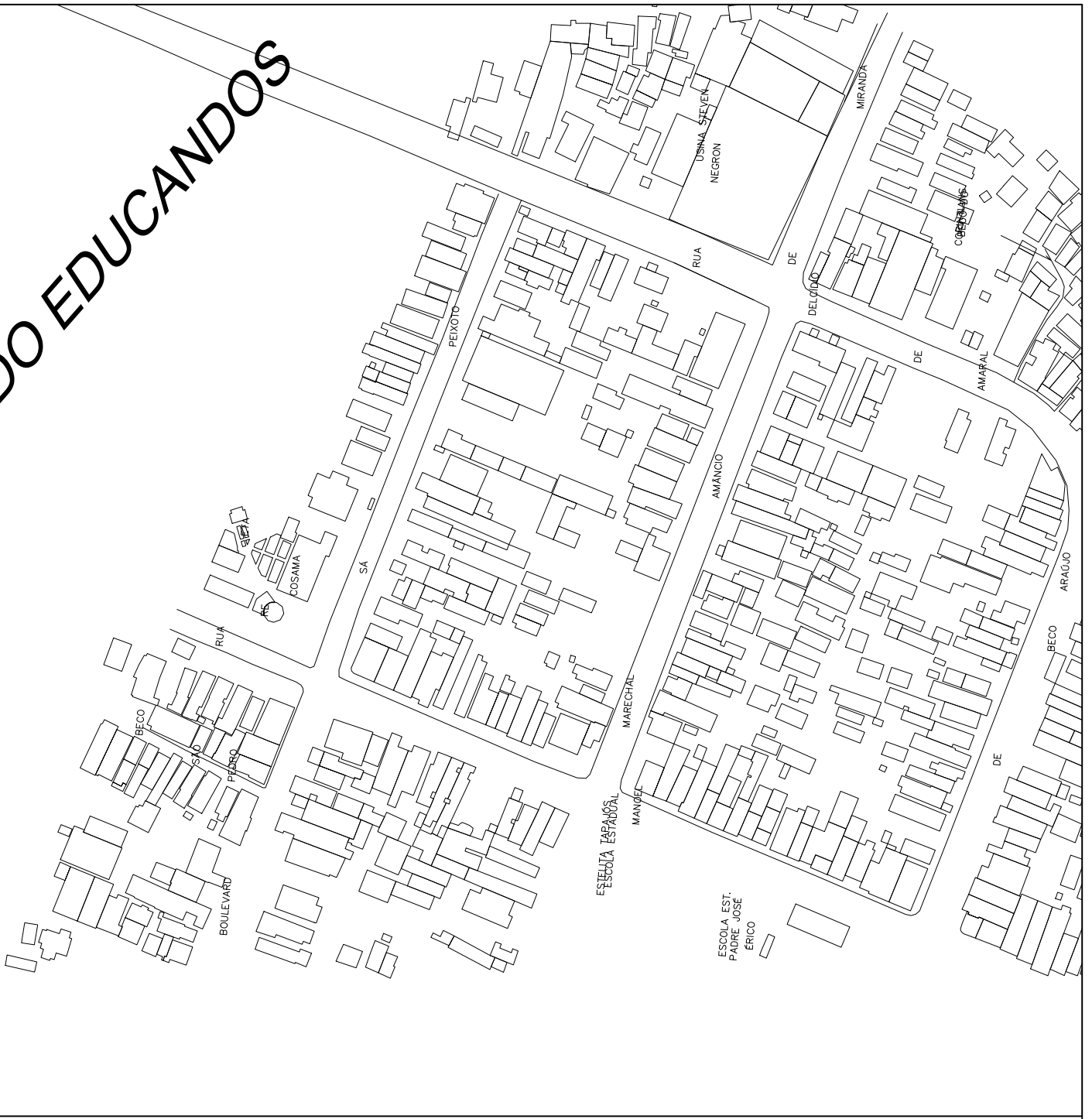


QUADRANTE:

E5

ESCALA 1/2200

DO EDUCANDOS



QUADRANTE:

E6

ESCALA 1/2200

IGARAPÉ DO



QUADRANTE:

E7

ESCALA 1/2200

